Negra, louca... Assim me (nos) chamaram

Costuralidade, Arte/Educação e
Saúde Mental de Mulheres Negras

Viviane Rodrigues

Pelotas, 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Faculdade de Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação

Tese de Doutorado

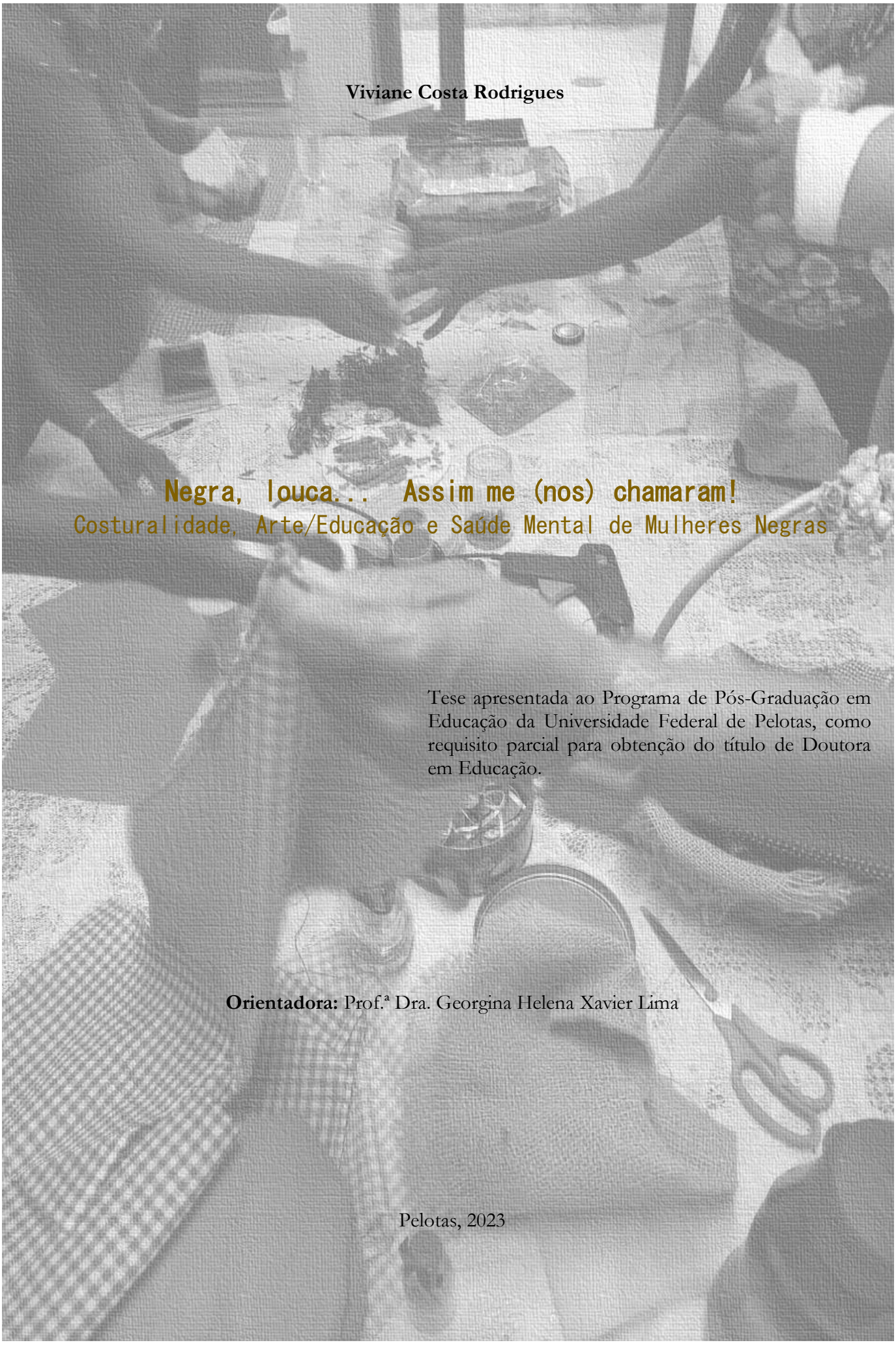
Negra, louca... Assim me (nos) chamaram!

Costuralidade, Arte/Educação e Saúde Mental de Mulheres Negras

Viviane Costa Rodrigues

Pelotas, 2023

Viviane Costa Rodrigues



Negra, louca... Assim me (nos) chamaram!

Costuralidade, Arte/Educação e Saúde Mental de Mulheres Negras

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof.ª Dra. Georgina Helena Xavier Lima

Pelotas, 2023

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

R696n Rodrigues, Viviane Costa

Negra, louca... assim me (nos) chamaram! : costuralidade, arte/educação e saúde mental de mulheres negras / Viviane Costa Rodrigues ; Georgina Helena Xavier Lima, orientadora. — Pelotas, 2023.

167 f. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

1. Arte/educação. 2. Mulheres negras. 3. Saúde mental. 4. Racismo institucional. I. Lima, Georgina Helena Xavier, orient. II. Título.

CDD : 370

Elaborada por Leda Cristina Peres Lopes CRB: 10/2064

Viviane Costa Rodrigues

Negra, louca... Assim me (nos) chamaram! Costuralidade, arte/educação e saúde mental de mulheres negras

Data da Defesa: 07/07/2023

Banca Examinadora:

Prof(a). Dr(a) Georgina Helena Xavier Lima
PPGE/UFPel (Orientadora)

Prof(a). Dr(a) Márcia Alves da Silva
PPGE/UFPel

Prof(a). Dr(a) Maristani Polidori Zamperetti
PPGE/UFPel

Prof. Dr. Gilberto Ferreira da Silva
UNILASALLE

Prof(a). Dr(a) Rachel Gouveia Passos
UFRJ

Agradecimentos

À Universidade Federal de Pelotas pela oportunidade de ingresso no Programa de Pós-Graduação em Educação através das Ações Afirmativas

Às mulheres negras que me contaram gentilmente suas histórias de vida e àquelas que, indiretamente, participaram deste trabalho.

À minha orientadora, Georgina, por quem tenho profunda admiração e respeito. Sem a qual não seria possível aprender tanto.

À Rejane Rodrigues, minha amada irmã, pela amizade e companheirismo.

Ao meu amor, Alex. Quem cuidou para eu não esmorecer.

Àquelas e aqueles que, além da amizade, refletiram comigo sobre diversos temas e contribuíram para a construção desta tese, em especial: Carol Duarte, Etiene Menezes, Carol Bandeira, Rosiane Cardoso, Izamir Farias e Maria Laura Couto.

À Bianca Medeiros e Angelina Pontes que confiaram a mim novos caminhos para uma luta antirracista.

A meu pai, por sempre estar por perto *(In memoriam*)

À vovó Jorgina que fez do afeto e do saber o seu legado (*In memoriam*)

Resumo

RODRIGUES, Viviane Costa. **Negra, louca... Assim me (nos) chamaram!** Costuralidade, arte/educação e saúde mental de mulheres negras. 2023. 167f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

Esta tese tem como objetivo analisar o tratamento do adoecimento mental de mulheres negras no âmbito das práticas arte/educativas desenvolvidas nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) em Pelotas/RS. Neste contexto, as práticas arte/educativas propõem um trabalho terapêutico a partir da recuperação psicossocial de usuárias/os com transtornos mentais graves, mas que, ao ser essencialmente forjada no campo da educação torna-se imprescindível atentar-se a outras dimensões, tais como raça-gênero. Sabe-se que o racismo produziu uma estrutura de desigualdades sociais colocando grupos raciais ou étnicos em situação de desvantagem no acesso aos benefícios gerados por diversas instituições e, assim, permitindo que as iniquidades históricas em saúde sejam asseveradas. Desse modo, o debate sobre a saúde mental é fundamental para problematizar as desigualdades que impactam diretamente a população negra, em especial, de mulheres negras que formam o grupo mais aviltado pelo entrecruzamento das múltiplas opressões sociais e raciais. Neste enfoque, o debate sobre o racismo em suas permanências, mas também em contradições e ambiguidades é imprescindível para pensar a atualidade dessas relações e, como hipótese, tem-se o Racismo Institucional, por meio de atitudes preconceituosas e discriminatórias nas rotinas de atendimento dos serviços de saúde pública como uma prática que contribui efetivamente para manter esse cenário inalterado. Para tanto, confluímos as questões étnico-raciais na educação e na saúde buscando introdutório debate entre o racismo institucional e a saúde mental, através do escopo teórico onde autores/as discutem o tema em diferentes perspectivas culturais e histórias, especialmente no Brasil. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de observação participante que se utilizou de ferramentas metodológicas como entrevistas semiestruturadas, análise documental e levantamento bibliográfico na interlocução com diferentes sujeitos e referenciais. Buscou-se revitalizar o fazer metodológico pela possibilidade de uma *Costuralidade* arte/educativa na qual a formação docente e as questões étnico-raciais são problematizadas e se alinham a uma memória afetiva que "costura" a existência de outras mulheres negras através de suas subjetividades e experiências múltiplas. A análise dos dados aponta que as práticas arte/educativas nos CAPS frequentemente negligenciam no tratamento do adoecimento mental as dimensões raciais e colaboram, portanto, para a manutenção das nuances institucionais do racismo em seus processos de trabalho. Em contrapartida, as mulheres negras interlocutoras da pesquisa elaboram condições de sobrevivência e de cuidado tanto pelo viés terapêutico quanto pelo "estar junto" aos seus pares, performando uma resistência política e social que é histórica. Como resultado, encontramos uma Responsividade individual/coletiva de todos os sujeitos envolvidos em diferentes níveis de consciência e pela qual as mulheres negras, principalmente, insurgem desde uma estética de existência utilizando-se de astúcias e maneiras próprias de enfrentamento ao racismo.

Palavras-chave: Arte/Educação; Mulheres Negras; Saúde Mental; Racismo Institucional.

Abstract

RODRIGUES, Viviane Costa. Black, **Crazy... that's what they called me!** Sewing, art/education and mental health of black women. 2023. 167f. Thesis (Doctorate in Education) – Thesis (Doctorate in Education) – Graduate Program in Education, Faculty of Education, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2023.

This thesis aims to analyze the treatment of mental illness of black women in the area of art/educational practices developed in Psychosocial Care Centers (CAPS) in Pelotas/RS. In this context, art/educational practices propose a therapeutic work based on the psychosocial recovery of users with severe mental disorders, but which, when essentially forged in the field of education, becomes essential to pay attention to other dimensions, such as race-gender. It is known that racism has produced a structure of social inequalities placing racial or ethnic groups at a disadvantage in accessing the benefits generated by various institutions and thus allowing historical inequities in health to prevail. Therefore, the debate on mental health is fundamental to problematize the inequalities that directly impact the black population, especially black women who form the group most demeaned by the intersection of multiple social and racial oppressions. In this approach, the ongoing debate on racism, as well as its contradictions and ambiguities, is essential for reflecting on the current state of these relationships and, as a hypothesis, Institutional Racism, through prejudiced and discriminatory attitudes in the care routines of public health services, is a practice that effectively contributes to maintaining this scenario unchanged. For such, ethnic-racial issues in education and health are converged, seeking introductory debate between institutional racism and mental health through the theoretical scope where authors discuss the topic under different cultural and historical perspectives, especially in Brazil. This is a qualitative research of participant observation that used methodological tools such as semi-structured interviews, documentary analysis, and bibliographic survey in the dialog with different subjects and references. The methodological approach was revitalized by the possibility of an art/educational Sewing in which teacher training and ethnic-racial issues are problematized and aligned with an affective memory that "sews" the existence of other black women through their subjectivities and multiple experiences. Data analysis shows that art/educational practices in CAPS often neglect the racial dimensions in the treatment of mental illness and thus collaborate to maintain the institutional nuances of racism in their work processes. On the other hand, the black women interviewed in this study develop conditions of survival and care both through therapeutic approaches and through "being together" with their peers, performing a political and social resistance that is historical. As a result, an individual/collective Responsiveness of all the subjects involved is observed at different levels of consciousness, and through which black women, mainly, emerge from an aesthetic of existence using their own astuteness and ways of confronting racism.

Keywords: Arts Education; Black Women; Mental Health; Institutional Racism.

Lista de figuras

Figura 1 Fotos extraídas do livro Holocausto Brasileiro 59

Figura 2 Ilustrações feitas como um exercício de memória através do fazer artístico: RODRIGUES, Viviane. Desenho, pastel e papel Canson, 29,7x 21,0mm - 2021 (Acervo da pesquisadora) 76

Figura 3 Oficina de crochê e costura no CAPS Porto (Acervo da pesquisadora, 2019) 79

Figura 4 Passeio cultural ao cinema e ao museu (Acervo da pesquisadora, 2019) 80

Figura 5 Oficina de plantas bioativas no CAPS Porto (Acervo da pesquisadora, 2019) 81

Figura 6 Ações externas realizadas durante a pandemia: Lagarteando na Praça, Visitas Domiciliares e Assembleias com usuários/as e familiares (Arquivo da pesquisadora, 2021) 82

Figura 7 Abraço coletivo em torno do CAPS Porto como ação em alusão ao dia de Luta Antimanicomial em maio de 2018 com a participação de diversos serviços de saúde mental e seus usuários (Acervo da pesquisadora) 109

Figura 8 Ação promovida pelo CAPS Porto na Praça Coronel Pedro Osório, localizada no centro da cidade, pela passagem do dia de Luta Antimanicomial em maio de 2019 (Foto: Carlos Queiroz – Diário Popular) 110

Figura 9 Diversos momentos do evento *Lagarteando com a Saúde Mental* realizado em 2018 e 2019 (Acervo da pesquisadora) 111

Figura 10 Protestos ocorridos em Pelotas no ano de 2019 em defesa da educação pública, onde profissionais e usuários dos serviços participaram juntos das manifestações (Acervo da pesquisadora) 111

Figura 11 Imagens do Curso Promotores em Saúde da População Negra, 2019 (Acervo da pesquisadora) 112

Figura 12 Card desenvolvido para a primeira atividade virtual realizada pelo Movimento UFPreta (UFPel) em 2020. O evento foi publicizado no Facebook e promoveu o debate sobre Saúde e Racismo na pandemia 112

Figura 13 Marcha Antirracista em Pelotas durante a pandemia em alusão ao 20 de novembro (Acervo da pesquisadora, 2019) 113

Figura 14 Encontro Estético-Metodológico no CAPS Porto (Acervo da pesquisadora, 2022) 117

Figura 15 Oficina de Patuá (Acervo da pesquisadora, 2022)..... 119

Lista de quadros

Quadro 1 Artigo/Tese/Dissertação encontrados no Banco de Dados por combinação dos descritores (2009-2019) 40

Quadro 2 Quadro descritivo dos Arte/educadores/as 86

Quadro 3 Quadro descritivo das Mulheres negras 87

Quadro 4 Quadro analítico e sistematização da pesquisa 98

Abreviaturas e siglas

ABPN	Associação Brasileira de Pesquisadores Negros
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNS	Conselho Nacional de Saúde
COVID	*Corona Virus Disease* (Doença de coronavírus)
FNB	Frente Negra Brasileira
GM	Gabinete Ministerial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFES	Institutos Federais de Ensino Superior
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais
MDH	Ministério de Direitos Humanos
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MN	Movimento Negro
MNU	Movimento Negro Unificado
MS	Ministério da Saúde
MTSM	Movimento de Trabalhadores de Saúde Mental
NUMESC	Núcleo Municipal de Educação em Saúde Coletiva
PBQ	Programa Brasil Quilombola
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PRI	Programa Racismo Institucional
RAAS	Registro das Ações Ambulatoriais em Saúde
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
RPB	Reforma Psiquiátrica Brasileira
RT	Residencial Terapêutico
SEPPIR	Secretaria de Promoção da igualdade Racial
SAI	Sistema de Informações Ambulatoriais
SNPIG	Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TEN	Teatro Experimental do Negro
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
WHO	World Health Organization

Sumário

1. Puxando fios introdutórios **22**

2. Para reconhecer as Mulheres Negras e suas tessituras históricas em educação e saúde **29**

2.1. Das transmissões orais, práticas e ancestrais inscritas no cotidiano 33

3. (Entre)linhas do conhecimento: O cerzir das literaturas **40**

3.1. Aproximações com a temática e tensionamentos possíveis 41

3.2. O racismo e a saúde: Captações históricas 44

3.3. Mulheres negras em movimento: Enfrentamentos históricos na saúde 52

3.4 Saúde Mental e as questões raciais 57

3.5. A pandemia e a tentativa de descarte da vida negra 66

4. Ateliê de *Escritação*: Das confecções metodológicas produzidas **73**

4.1. Formulações sobre o fazer metodológico e a pesquisa participante 73

4.2. Práticas arte/educativas e saúde mental: Inventários da *escritação* e metodologias 77

4.3. Por outras costuras: Problema, objetivos e hipóteses 83

4.4. Quadros descritivos dos participantes da pesquisa 85

4.5. Entrevistas, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), Aspectos Éticos 88

4.6. Arte, educação e os contornos de uma aposta metodológica cerzida em diferentes espaços: A *Costuralidade* 91

5. Tramas analíticas, fios que cerzidos, se transformam em *Costuralidades* **94**

5. 1. Categorias analíticas emergentes desde as narrativas dos participantes 95

5. 2. Proposições da pesquisa: Experiências cotidianas interseccionadas pelo racismo 99

5.2.1 Proposições alinhavadas à interlocução com os arte/educadores/as 99

5.2.2 Proposições alinhavadas à interlocução com Mulheres Negras 104

5.3. Ações antirracistas figuradas: Os sujeitos envolvidos (arte/educadores/as e mulheres negras) e a Responsividade factível 108

5.4. Encontro Estético-Metodológico: Artesanias de si e vivências (com) partilhadas 113

5.4.1 Qual é a nossa beleza negra? 116

6. Ressoantes analíticos e *Costuralidade* da pesquisa: Confluências entre sujeitos e práticas **121**

1º Ressoante: Prática arte/educativa, dimensão conceitual e familiaridade: A cilada dos afetos 121

2º Ressoante: Mulheres negras costuram existências possíveis ante as violências e apagamentos estéticos 130

3º Ressoante: Arte/educação e *Costuralidade* como intervenção política e emancipatória: O que pode a práxis educativa na saúde mental? 136

Para manter a pulsão da tese: A práxis educativa não encerra aqui **142**

Aposta de tese 146

Referências **151**

Anexos **160**

O fio da escrita tece

Um longo tempo aqui será explorado. Por este exercício de revisitar a memória, busco retomar lembranças, afetos e, acima de tudo, repensar a vida porque reconhecer-me negra foi desde os tempos de escola uma condição de temor. Nada fácil enfrentar os comentários maliciosos sobre a cor da pele, os lábios grossos e o cabelo não liso, caracteres que marcam socialmente negra/as e negros/as. O desejo era concluir o período escolar acreditando que, numa nova etapa, as coisas seriam diferentes.

Na verdade, minha formação familiar sempre rejeitou a ideia de uma ancestralidade negra, ao contrário, se buscava recursos desse apagamento pela insistência em alisar nossos cabelos, embranquecer (com relacionamentos interraciais) gerações de filhos/as e netos/as, em demonizar práticas religiosas ou, mesmo, negar a existência do racismo expresso no cotidiano. A instrução familiar foi eficiente ao implantar tais agruras, talvez com o objetivo de se preservar do embate, assimilando o caquético discurso reinante.

Entender o que foi, para minha mãe, apagar toda e qualquer referência à nossa negritude é parte de minha atual reflexão. A começar pelos cabelos alisados com ferro de passar roupa, pois dizia ela que assim o fazia em meninas ricas, quando trabalhava como doméstica. Sinto há muito tempo que esse diálogo nos faltou, pois em nenhum momento soubemos reconhecer nossas raízes africanas embora latentes, de fato, essa consciência parecia não ser determinante em nossas vidas.

Lembro-me com carinho da minha *vovó* Jorgina, benzedeira e rezadeira respeitada na comunidade que tinha por hábito "receber" pessoas em nossa casa. Tantas gerações foram atendidas em pequenos rituais de benzedura e simpatias, na elaboração de compostos de ervas. Além de conhecer muito bem plantas e chás, sabiamente elaborava porções de álcool para "fumentação" ou óleos de palminha para diversas enfermidades. Hoje percebo que, ao se dizer católica, nem mesmo ela percebia que seus saberes e práticas demonstravam uma herança marcada pela ancestralidade. A meu ver, uma contradição instalada no sobrepujamento do catolicismo em detrimento das religiões de matriz africana porque essa era uma condição de afastamento, de apagamento mesmo que inconsciente desses saberes ancestrais. Não conhecíamos outras referências imagéticas e simbólicas, tampouco sincretismos religiosos que nos colocassem em proximidade com a estética de matriz africana, dita como demoníaca.

Como em tantas famílias pobres, há sempre saberes aprendidos pela necessidade ou vulnerabilidade. Embora tivéssemos a presença de mãe e pai, a verdadeira autoridade se fazia pelo respeito à minha avó materna, pois foi com ela que aprendemos a tecer e costurar panos ou sobras de tecidos para confeccionar uma colcha que seria repassada a outras gerações. Era preciso criar, inventar

ou reelaborar o que não tínhamos acesso. O que em nós habitava era algo que não sabíamos reconhecer, criávamos assim, espaços de resistência sem que houvesse uma consciência exata sobre isso.

Por outro lado, o fato de vivermos numa cidade marcada pela herança escravista tinha os seus condicionantes. Pelotas, cidade localizada no interior do Rio Grande do Sul (RS), que se construiu pelo trabalho e sofrimento de negras e negros escravizados e pela produção econômica baseada no charque, é reconhecida sobremaneira e tão somente pela tradição cultural portuguesa.

Um lugar que, ao invisibilizar sua formação sócio-histórica pela contribuição de negras/os e indígenas, foi também versada por quem aqui viveu em pouco tempo essa dor.

A minha Pelotas
princesa do sul
onde branco
não faz misturada
"Adeus menina
Eu vou embora
Não sou daqui
Sou lá de fora"
Eita moreninha
da linha de Umbanda
o pai Bastião
quis até me prender

Solano Trindade[1]

O doce da princesa do Sul se forjou no amargo sal das Charqueadas. O enaltecer da herança portuguesa contrasta com a presença de negros não apenas na edificação arquitetônica, mas na sua composição étnica.[2] Há ainda resquícios desse apagamento na forte assimilação de ser um município de famílias outrora abastadas e ainda reconhecidas pelo sobrenome como pertença elitizante. Na periferia, porém, desterrados à típica precariedade da infraestrutura socioeconômica, encontram-se nas vilas ou bairros a população de maioria negra desde o pós-abolição. Sob fortes ares provincianos, essa cidade se sustenta ainda na reprodução de um discurso de herança europeia que procura apagar a evidente presença negra, destacada na cultura, na musicalidade e religiosidade.

Eu não saberia dizer como uma cidade com presença tão fortemente marcada pela população negra é capaz de ocultar sua herança africana, de modo a invisibilizá-la em diversos âmbitos da

[1] Poeta negro pernambucano e ativista político. Teve breve passagem pelo RS e ajudou a fundar, no início da década de 1940, o grupo de Arte Popular em Pelotas. Faleceu em 1974.

[2] Os dados populacionais contabilizados em Pelotas se referem ao Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2011) o qual apresentava um percentual de pessoas autodeclaradas brancas de 80,3%, enquanto apenas 10,7% se autodeclararam pretas e 8,6% se diziam pardas. Não sendo possível atualizar as informações a partir do Censo realizado em 2022, pois não houve encerramento da coleta de dados e divulgação dos resultados pelo IBGE até a finalização desta pesquisa.

sociedade. Entretanto, compreendo agora que nada pode ser mais pernicioso do que negar a identidade para proteger-se do racismo.

Foi pela experiência acadêmica na universidade que alcancei certos proveitos sociais e ascensão econômica, aspectos determinantes para repensar minha trajetória de vida nesses espaços enquanto mulher negra. Aprendi muito cedo que ser a única negra em sala de aula era um exercício de resistência. A escolha pela docência em arte na graduação, não por mero acaso, sempre traçou em mim a busca pela ressignificação das coisas, dos objetos e pela tentativa de compreender os sentidos que permeiam nossas vivências. Penso que criar, experimentar, reinventar são verbos presentes na trajetória de muitas vidas negras, inclusive na minha, por isso, a arte foi e ainda deseja ser condutora dessa existência.

Desde o trabalho com saúde mental, com início em 2017 após ingresso por meio de concurso público na Prefeitura Municipal de Pelotas, outros aspectos foram reacendendo essa reflexão, especialmente, ao me perceber mais uma vez como uma das únicas pessoas negras no ambiente laboral. Tal ofício, que preza pela saúde coletiva, não me possibilitou reconhecer a discussão sobre o racismo, ao contrário, reproduz tais práticas em suas rotinas de atendimento sem considerar as consequências devastadoras que o racismo impõe à saúde da população negra em várias dimensões.

O convívio de trabalho e a prática arte/educativa em grupos terapêuticos me fizeram perceber que mulheres negras apresentavam experiências de vida muito parecidas, arranjos sociais em que estavam colocadas como mães e avós, responsáveis pelo sustento da família, reduzidas ao subemprego, à precárias condições de saúde, exposição à violência doméstica e a tendência ao adoecimento mental a partir desses condicionantes. Por outro lado, suas particularidades e singularidades expressavam-se pela afetividade, em narrativas que abraçavam minhas memórias pessoais, quando demonstravam suas estratégias de resistência na vida. Esses foram os motivos pelos quais me voltei à reflexão sobre a vida de mulheres negras em adoecimento mental. E, para além disso, possibilitaram que outras questões pudessem emergir, no contexto da pesquisa, como potência de uma luta que é histórica e, ao mesmo tempo, atual.

Mas o que fazer a partir de agora? Ao fazer essa pergunta, voltei meu olhar à prática de trabalho com arte/educação nas oficinas e grupos terapêuticos no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), quando observava que apesar de ser um espaço regido pela tentativa de superar o estigma da loucura e da exclusão através do atendimento psicossocial, também podia ser capaz de rotular sujeitos de outras formas. Visto que a doença, a diferença e a pobreza eram igualmente potencializadas pelas práticas preconceituosas e racializadas, e, sim, o racismo ali também operava em mecanismos de opressão e negação de direitos. Desse modo, senti necessidade de investigar essa situação e problematizar o racismo institucional nos espaços de saúde mental, em particular dos serviços CAPS

nos quais não promoviam uma reflexão adequada, tampouco, demonstravam legítima preocupação com a emergência do tema. Foi assim que busquei realizar a seleção para o doutorado em educação na UFPel em 2019.

Considero esse momento um dos primeiros reviramentos, quando entrei em contato com algumas teorias (des)coloniais e pela aproximação com diferentes intelectuais negra/os, indígenas e latino-americanos, especialmente, mulheres. Algo libertador com certeza, contudo, ao mesmo tempo senti-me atrasada em relação à luta de diversos atores sociais e em débito com uma história de grandes transformações na sociedade brasileira que me foi furtada na escola. O despertar para uma nova postura, apoiada nessa intelectualidade, me fez refletir sobre uma mulher negra pesquisadora interessada nos assuntos relacionados a uma estética incorporada, mas não vivida. Há implicações nessa estética de vida em devir quando o corpo negro encontra elementos substancialmente afetivos, mas ainda colonizados por uma formação sociocultural racista que soube garantir esse apagamento, onde esse corpo que é também coletivo e individual, está tomado pela tentativa de descolonizar-se. Um rasgo. Um vir a ser incessante.

Após ser convidada a participar de um curso em Porto Alegre,[3] aproximei-me de discussões atinentes à compreensão de que o racismo se apresenta nas instituições de saúde de forma eloquente e insidiosa. Em poucos meses, somando a longas leituras do Doutorado a participação em eventos nacionais e como pesquisadora no Observatório de Ações Afirmativas da UFPel,[4] foi possível repensar o racismo e suas formas de operar nos corpos negros. Nessa empreitada, julgo ser importante debruçar-me sobre o trabalho teórico que compreende as formas históricas do racismo, valorando o ativismo dos movimentos sociais, de atores sociais que dedicaram sua vida a essa luta e, principalmente, às mulheres negras brasileiras, que tiveram sua contribuição apagada. Essas, sobretudo, sujeitas a múltiplas opressões perante o fato de que raça, classe e aspectos geracionais ainda balizam lugares na sociedade.

Mas é imprescindível considerar que as experiências de mulheres negras diante do racismo não estão balizadas a uma conduta vitimizada, ao contrário, deve-se refletir sobre as singularidades e subjetividades que as tornam também diferentes umas das outras em suas lutas. A ideia de uma organização coletiva, de intervenção e posicionamento político sempre esteve presente na história dessas mulheres, de modo que nem mesmo o escravismo como flagelo impediu que assumissem uma

---

[3] O Curso de Promotores da Saúde da População Negra, realizado em 2019, fez parte do projeto Estudo sobre a *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no Rio Grande do Sul: avaliação e implantação através do apoio institucional*, financiado pelo Ministério da Saúde em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, governo do estado do RS e municípios interessados em implantar a política.

[4] Trata-se do Observatório Interinstitucional de Ações Afirmativas nas Instituições Federais de Ensino (IFES) na região sul do RS. O projeto, que conjuga extensão e pesquisa, busca acompanhar as ações afirmativas nas quatro IFES da região sul do Rio Grande do Sul (UFPEL, UNIPAMPA, FURG, IF SUL) pelo ingresso no serviço público federal de pessoas com deficiência, pretas e pardas, mediante o recorte afirmativo garantido pelas Leis 8.112/90 e 12.990/14.

postura resiliente e insubordinada. De fato, elas souberam inscrever sua contribuição histórica na formação sociocultural e econômica deste país criando astúcias individuais ou coletivas no cotidiano de grande parte das famílias brasileiras, ainda que as suas desvantagens sociais, econômicas e em termos de dignidades humanas continuem a representar-lhes obstáculos a transpor.

Enquanto atualizo este prefácio, a pandemia Covid-19 declina após o início da vacinação mundial e tendo sido declarado o fim da emergência em saúde pública pela OMS.[5] Entretanto, o impacto social e econômico sobre os grupos populacionais mais vulneráveis representou um novo cenário de desigualdades na sociedade, no qual mulheres negras foram um dos grupos mais impactados (CERQUEIRA, 2021). Morte e vida combinadas com todo o tipo de violência, sobrecarga, exploração do trabalho e adoecimento, mas também com a resistência que essas mulheres encontraram e ainda encontram no autocuidado, no amparo de suas famílias e comunidades, notadamente, ancoradas por suas lutas cotidianas sociais e políticas.

[5] Em 30 de janeiro de 2020, a OMS (Organização Mundial de Saúde) declarou pela primeira vez o surto do novo coronavírus SARS-CoV-2 conhecido pela sigla Covid-19 (*Corona Virus Disease*) e, após (2) dois anos de sua propagação pelo mundo, este constitui um dos momentos históricos de maior risco em saúde pública diante do número de mortes e infectados/as. No Brasil, esse cenário foi marcado pelo negacionismo político que impactou diretamente a população socialmente mais vulnerável, com relativo atraso da vacinação em relação a outros países. E, em que pese a proteção alcançada com a descoberta da vacina, novas variantes do vírus reforçam a preocupação de que não somente o Brasil, mas todos os países precisarão avaliar constantemente os seus protocolos de saúde.

Apresentação da pesquisa

Esta tese tem o desejo de problematizar o racismo e a saúde mental de mulheres negras em atendimento nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) na cidade de Pelotas/RS.[6] Interessa, na abordagem das práticas educativas em saúde mental, trazer a perspectiva ético-estética-política da arte/educação (BARBOSA, 2012) ao debate sobre o racismo institucional em consonância com uma memória afetiva que costure a existência de diversas mulheres negras sem desconsiderar elas têm suas subjetividades mobilizadas por distintas formas e experiências de vida. Ou seja, de modo a pensar sobre os lugares sociopolíticos nos quais estão inseridas e de que modo são capazes de questionar as estruturas de dominação que insistem em colocá-las em perspectivas essencialistas excludentes (hooks,[7] 2017; BERTH, 2021).

À espreita de outras reflexões, busquei participar de ações sociais e políticas que me constituíam enquanto mulher negra estudante e trabalhadora da saúde mental, desse modo, vi também fecundar pela *escritação*, o anseio de provocar uma mudança na prática de trabalho e na conduta pessoal ao compartilhar vivências com usuários, familiares, colegas de trabalho e comunidade. Para tanto, alinhavei à *escritação* uma ampla discussão sobre o racismo ao trazer interlocutores que transitam sobre o tema das relações étnico-raciais nos campos da educação e da saúde, além da interlocução com o trabalho artístico e literário de muitas mulheres negras brasileiras.

Durante o processo de pesquisa, emergiram outras reflexões sobre a práxis pedagógica e a formação docente, por meio da qual compreendi que as questões sobre o racismo e saúde mental estavam fortemente imbricadas um diálogo tecido entre a escrita, a memória e a ancestralidade.[8] A hibridização dos diferentes campos de conhecimento, em especial educação e saúde, requeria o tensionamento de abordagens teóricas resultantes do debate em torno do racismo e suas extensões históricas, não apenas no Brasil, haja vista a importância de se compreender os aspectos teórico-

---

[6] O título *Negra, louca... Assim me (nos) chamaram!* foi pensado a partir do relato de uma entrevistada e escolhido por representar duas dimensões bem presentes na vida das mulheres participantes da pesquisa: o racismo e o estigma da loucura. Se de um lado é trazido o processo histórico de aniquilamento da subjetividade e apagamento das epistemes produzidas por elas porque decorrem da lógica colonial de inferiorização desses corpos, há também a representação da loucura ou do sofrimento psíquico como produção do racismo histórico e de tentativa de mantê-los excluídos da sociedade. Já o subtítulo, *Costuralidade, Arte/Educação e Saúde Mental de Mulheres Negras* refere-se ao tema central da pesquisa que pretende construir uma metodologia ancorada na práxis educativa de enfrentamento ao racismo.

[7] O nome bell hooks, propositalmente escrito em letra minúscula, é pseudônimo de Gloria Watkins (1952 – 2021). Segundo a autora, bell hooks é ludicamente sua voz de escritora.

[8] De acordo com Oliveira (2005), a Ancestralidade tem a ver com a reivindicação de uma epistemologia africana que se ancora na cultura e na filosofia baseada na experiência africana ressemantizada no Brasil, e que, desde a diáspora, conecta-se com o mundo contemporâneo.

práticos de diversos atores e intelectuais a partir de uma perspectiva não-hegemônica. Para tanto, trouxemos as epistemologias do feminismo negro e latino americano como potências descolonizadoras.

Sob o preâmbulo: *Puxando fios introdutórios* discorremos sobre aspectos sócio-históricos importantes que estruturam a sociedade brasileira desde a escravidão e que fornecem base teórica para questionar como o racismo tem balizado as relações sociais, pois não foge dos fundamentos materiais ancorados no colonialismo e no capitalismo.

A segunda seção, *Para reconhecer as Mulheres Negras e suas tessituras históricas em educação e saúde*, propõe uma reflexão sobre as experiências socioculturais, políticas e artísticas de mulheres negras, ressaltando que, apesar das múltiplas opressões às quais estão submetidas historicamente, são elas as grandes propulsoras das formação sócio-histórica do Brasil. E, para além na condição de produtoras de conhecimento e de saberes ancestrais ora invisibilizados, são também pioneiras dos debates intelectuais em torno das áreas da educação e da saúde que emergem não somente no âmbito acadêmico, mas também de suas lutas cotidianas como mães, trabalhadoras, líderes comunitárias, entre outras trajetórias de atuação político-sociais individuais e coletivas.

Na terceira seção, *(Entre)linhas do conhecimento: o cerzir das literaturas*, a revisão bibliográfica propõe dar sustentação a pesquisa a partir dos referenciais teóricos escolhidos e pensados dentro de uma compreensão crítica do cenário atual brasileiro. Neste arcabouço, se inserem teorizações nas áreas da educação e saúde partindo de epistemologias outras, ou seja, que tenham buscado evidenciar saberes não hegemônicos especialmente quando relacionados a América Latina, ao feminismo negro e aos movimentos sociopolíticos que pautem reflexões contra o racismo interpelado pelas discussões sobre gênero, classe e outros marcadores sociais que impactam a vida das mulheres negras no Brasil.

A quarta seção, *Ateliê de Escritação: Das confecções metodológicas produzidas*, apresentamos a perspectiva metodológica da tese onde são trazidas as ferramentas investigativas escolhidas (entrevistas semiestruturadas e diário de campo) por ocasião de um estudo exploratório, pela observação participante e pela qual havia a tentativa de empreender um estudo acadêmico comprometido com prática pedagógica alinhada à linha de pesquisa, ou seja, a Formação de Professores. Neste sentido, durante o processo de investigação foram articuladas outras linguagens expressivas atreladas à escrita literária pelo viés da criação artística. Com isso, esperava-se arrematar um segundo impulso da tese, segundo o qual a pesquisa deve repousar na problematização do tema e na produção de dados através da aproximação com o lugar e os sujeitos da pesquisa, no reconhecimento de epistemologias diversas e na memória e restauração de uma estética negra.

Nesta seção, retomamos ainda os conceitos de *escritação* e *escricostura* que se encontravam no projeto de pesquisa e são agora sintetizadas pela aposta metodológica de uma *Costuralidade*

arte/educativa, onde se propõe impulsionar fazer pedagógico regido por diversas polifonias como a arte, a literatura, as memórias ancestrais e as múltiplas vozes escolhidas nesta composição. De tal forma, a *Costuralidade* pretendeu reivindicar um método/categoria de análise da experiência de mulheres negras com o racismo no âmbito dos serviços de saúde mental CAPS, mas que também pudesse ser pensado em outros espaços pelos quais a performance educativa se debruce experimentalmente sobre a arte.

Na quinta seção, chamada *Tramas analíticas, fios que cerzidos, se transformam em Costuralidades* destacamos a etapa de análise dos dados produzidos na investigação e, com esse intuito, propomos um movimento particular para pensar a pesquisa quando desejante de recuperar a metodologia e o empirismo da pesquisadora quanto a conjugar um processo de escrita e pensamento em que o puro fazer acadêmico possa ser ultrapassado. O primeiro movimento, desfazer-se, consistia numa tentativa em descolonizar o pensamento, pesquisar a história, desacomodar-se. Desatar os nós da subalternização do conhecimento quando se propõe uma reflexão sobre as práticas de educação no trabalho, assim como na vida. Pensar para que serve o desfazimento no embate contra o racismo e o que poderá significar aos sujeitos desta pesquisa e a mim mesma. O segundo movimento, propõe refazer-se pela tentativa de reconstruir-se. Remontar e remendar peças da vida em experiências. Quando assim o fazemos, colocamo-nos à disposição de uma nova conjuntura, na qual o que se aprende poderá alterar a forma de perceber-se e colocar-se no mundo. Nesse sentido, deve-se refletir sobre o que vem a ser o refazimento para os mesmos sujeitos diante do racismo.

Para compor a sexta seção, *Ressoantes analíticos e Costuralidade da pesquisa: Confluências entre sujeitos e práticas*, trazemos uma discussão sobre as categorias analíticas elaboradas e onde são convertidas e onde foram amarrados os fios que deram suporte ao problema/pergunta da pesquisa: Como o racismo institucional impacta no tratamento do adoecimento de mulheres negras no âmbito das práticas educativas no CAPS?

Já a seção: *Para manter a pulsão da tese: A práxis educativa não encerra aqui* tece algumas considerações sobre os dados empíricos e metodológicos entrecruzados com as perspectivas teóricas, e assim, outras costuras serão permanentemente tecidas. Terminamos uma tese, mas esta não se encerra justamente por tratar de uma escrita que traz mulheres negras no centro da sua discussão. Compreendemos que a dinâmica das suas vidas no entrelaçamento de seus mecanismos de doença-cura e o cotidiano de uma sociedade racializada, não poderia ser compreendida neste período tão datado que é essa formação acadêmica por mais que os aprendizados tenham extrapolado o exercício formal de uma investigação.

Aprendi a costurar sozinha
É que eu comecei a fazer aquelas rodinhas
fazia e fazia
Trabalhava fazendo guardanapinho
e aquilo virava um chapéu
Aí eu desmanchava

Até que eu tentei, tentei e consegui
Aprendi
O tricô também voltava na agulha
e ficava uma volta e meia perdia
um ponto e voltava pra trás

Aí eu ficava pensando
mas e agora como é que eu vou tirar da agulha?
Custei a aprender e aprendi também
Mas eu sou mais do crochê

Eis aí, uma bela metáfora da vida! [9]

[9] RODRIGUES, Viviane. Ensaios Poéticos, Diário de Campo, 2022.

1. Puxando fios introdutórios

"Uma secura na garganta, um vazio no estômago... a sensação de que um buraco se formava ao redor, sem direção para onde ir. Como se o momento não tivesse fim" (DIÁRIO DE CAMPO, 2019). Só quem passou por uma situação de racismo pode dizer das sensações que já sentiu, por isso, é que inicio esta conversa com uma exposição do que eu mesma já vivi durante a escola, mas é preciso muito mais para falar desse sentimento e de suas marcas dolorosas.

Quando se trata de compreender o racismo em suas conformações históricas, deve-se lembrar que o colonialismo nas Américas atravessou os séculos e seu desfecho modificou as estruturas, mas não a perversidade trazida por ele (CESAIRE, 2006; AZEVEDO, 1987).[10] De tal modo, o pós-abolição no Brasil significou uma nova arquitetura das desigualdades sociais para negras/os já que o racismo ainda sofisticou-se por meio teorizações científicas como ideologia de subalternidade da raça (GUIMARÃES, 2011**;** HASENBALG, 1979; MUNANGA, 2004), com grandes pretensões no advento da Revolução Industrial. Importando-se ideários raciais de países da Europa e Estados Unidos apoiadas em teorias eugenistas e medidas políticas que notoriamente mantinham o escopo do racismo: a inferioridade negra.

Conforme Guimarães (2011), Hasenbalg (1979) e Munanga (2004), as teorias raciais no Brasil pretenderam manter uma ideia biologizante advinda do período escravista pela hierarquização racial, onde o conceito de raça como suposta superioridade manteve a discriminação do negro em todos os aspectos da sociedade. De tal modo, a raça como elemento fundante no processo de dominação e como conceito sociológico, fez também assentar o ideário social que se estruturou nas relações da sociedade brasileira.

Para Guimarães (2011), teorias biologizantes de raça no Brasil tomaram um corpo político próprio, elaboradas por intelectuais e uma elite que desejava estimular o processo de *branqueamento*[11] com a entrada de imigrantes no país. Como afirma ainda Hasenbalg (1979), seguindo a lógica do industrialismo, certas características individuais, como raça, etnicidade e sexo tenderam a ser menos relevantes como estrutura das relações sociais, entretanto, a questão racial e do racismo permaneceram assegurando a estabilidade política do empreendimento capitalista, ao manter as minorias raciais na base da pirâmide social.

---

[10] Para Célia Azevedo (1987), a Revolta de São Domingos (1791-1804), conhecida como *Revolução Haitiana*, teve papel fundamental na luta antirracista pelo mundo. Ela inaugurou a chamada *Onda Negra* dos processos de libertação pelas Américas, entretanto não significou o fim da exploração econômica, política e cultural desses povos, revelando assim o racismo estrutural.

[11] A política de imigração foi também uma consequência das teorias de branqueamento e degenerescência do negro, do indígena e do oriental fecundadas pela eugenia (cf. RAMOS, 1995).

Portanto, a ideia de uma democracia das raças foi, desde sempre, uma estratégia de falsear a estrutura social desigual que precisava ser mantida para o bem dos privilégios da classe dominante, elitizada e branca. A partir de uma política imigratória como instrumento para embranquecer o país "[...] de forma a limitar de qualquer maneira o crescimento da população negra" (NASCIMENTO, 2016, p. 85) facilitou a vinda de imigrantes europeus que se estabeleceram principalmente na região Sul, onde estruturava-se uma nova identidade social com base na ascendência europeia. Tal cenário se solidificou num exercício ferrenho de marginalização de negras/os logo após a abolição, os quais permaneceram sem direito à terra ou trabalho, a menos que aceitassem permanecer explorados pelos antigos senhores de escravos em atividades não assalariadas.

Lélia Gonzales (2020) acrescenta que o intuito em manter os mecanismos de opressão econômica foi uma estratégia do imperialismo patriarcal. Dessa maneira, negras/os teriam de conformar-se à ideia de que a luta de classes seria a única propulsora das desigualdades na sociedade brasileira fato que, segundo a autora, impediu por longo tempo que a questão racial fosse problematizada. Nessa lógica, anunciava-se uma falsa ideia de igualdade de direitos entre negros e brancos, a qual teria concebido ainda o mito da democracia racial presente nos dias atuais.

Para Abdias do Nascimento,

> Uma "democracia racial" cuja artificiosidade se expõe para quem quiser ver; só um dos elementos que a constituiriam detém todo o poder em todos os níveis político-econômico-sociais: o branco. Os brancos controlam os meios de disseminar as informações; o aparelho educacional; eles formulam os conceitos, as armas e os valores do país. Não está patente que neste exclusivismo se radica o domínio quase absoluto desfrutado por algo tão falso quanto essa espécie de "democracia racial?" (2016, p. 54).

Sob o argumento de que o negro brasileiro teve sua subjetividade deformada pela alienação escravocrata. Guerreiro Ramos (1995) afirma que ele pode "branquear-se", à medida que se eleva economicamente e assim adquire os estilos comportamentais da elite. Pois o racismo funciona como uma estratégia simbólica quando se trata de impedir que esses sujeitos tenham sua subjetividade respeitada e, por outro lado, mantém a conduta de uma *branquitude* ou *branquidade* (BENTO, 2022; SCHUCMAN, 2012) como condição de privilégio, de negação do racismo num lugar social marcado pelo silenciamento ante as práticas racistas cotidianas e pela absorvência de uma ideologia que insiste na inferioridade e subalternidade da população negra.

Sobre tal noção de ideologia no contexto do século XIX, Marx (apud HALL, 2003) coloca que as relações de dominação econômica fundamentalmente imaginária pretenderam mascarar os privilégios da classe burguesa, de modo a conformar os interesses de uma sociedade capitalista em plena ascensão

industrial. As formulações sobre a categoria ideológica são vistas pelo autor no prisma do materialismo histórico e dialético em sua relação com a realidade social objetiva.

Conforme Stuart Hall (2003), as formulações de Marx sobre as bases materiais históricas determinam as condições de existência predeterminadas pela hierarquização da classe. E ainda que as questões subjetivas de raça e gênero não apontadas pelo autor, asseguram que a sociedade imputa aos sujeitos condições de existir, ao mesmo tempo que também negadas. Tornando uma ambivalência histórica nas relações que historicamente estiveram atreladas ao resultado das interações socioculturais e econômicas.

Assim, a acumulação originária (HALL, 2003) e mercadológica do corpo negro não pode ser descolada da perspectiva econômica colonial que apostou sofisticadamente na produção braçal sustentando a economia do país, mesmo após a escravidão. Nesta perspectiva, o discurso capitalista naturalizou a exploração dos trabalhadores principalmente no que se refere aos trabalhadores negros e negras que passaram a ocupar posições subalternizadas de trabalho, subemprego ou informalidade. E para isso, contou com intelectuais europeus que dessem guarida à concepção de um sujeito inculto, incivilizado proveniente da África.[12]

Frantz Fanon (2008), alerta que a formação ideológica teve origem no empreendimento colonial ao cunhar a inferioridade do corpo negro pela naturalização de termos e ideias pejorativas, que reafirmavam a sua subalternidade, demonstrando-se assim o menosprezo por qualquer forma de constituição cultural de herança africana e uma tentativa de encobrir o saber por ela produzida. É uma forma desmedida de impor ao negro a negação de sua identidade cultural, negando também sua constituição subjetiva.

O autor acrescenta:

> A análise que empreendemos é psicológica. No entanto, permanece evidente que a verdadeira desalienação do negro implica uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais. Só há complexo de inferioridade após um duplo processo:
> - inicialmente econômico;
> - em seguida pela interiorização, ou melhor, pela epidermização dessa inferioridade (FANON, 2008, p. 28).

A ideologia, categoria que marca a dominação do capital sobre o trabalho, é capaz de corroborar que a objetificação de negros e negras permaneceu no imaginário social, ou seja, ainda que tenham a possibilidade de transformação social, tal grupo permanece submetido à hierarquização racial.

[12] A historiografia ocidental se esforçou em invalidar o conhecimento de outros povos. Kant e Hegel contribuíram massivamente para uma concepção plena de inferioridade negra a partir dos critérios ocidentais e iluministas da filosofia. Ver o capítulo *O preto e o reconhecimento* do livro *Pele Negra, Máscaras Brancas* (FANON, 2008).

Trata-se de um fato que se evidencia na sociedade pelas diferenças abissais entre brancos e negros, por exemplo, nas estruturas de trabalho, diferenças salariais e na violência estatal praticada contra essa população.

Em sua análise sobre violência, Achille Mbembe (2018), afirma que o terror da morte praticada pelo Estado na contemporaneidade inclina-se sobre uma pretensa soberania desde a "ocupação colonial", enquanto demarcação e afirmação do controle físico e geográfico. Sendo a raça, mais uma vez, fundamental para esse encadeamento porque "destinada a permitir o exercício do biopoder" (MBEMBE, 2018, p. 18) como velho direito soberano de matar.

Lélia Gonzales (2020), pioneira em trazer problematizar o papel social da mulher negra na formação da sociedade brasileira, afirma que o racismo se constituiu numa neurose cultural cuja sintomática de violência simbólica contra a mulher negra. E o mito da democracia racial compõem um modelo de dinâmica de racismo por denegação, no qual o discurso ideológico dominante invalida o seu lugar na sociedade e, ainda, reforça o estereótipo de alienação e inferioridade (GONZALES, 2020). Sobre os estereótipos raciais, Stuart Hall (2003, 2005) analisa que são vestígios históricos da escravidão instalados na sociedade onde existem mais desigualdades de poder e, portanto, fixam também imagens e representações negativas sobre os indivíduos racializados.

Em outras palavras, a prática desumanizadora remete à interiorização subjetiva, por parte do colonizado, das mazelas oriundas da situação colonial discursiva, como um "complexo de inferioridade" que culminou na alienação negra. Entretanto, para além da dimensão psíquica do sujeito negro, seria preciso entender que não se trata apenas de uma questão individual, e sim de um aparato sociocultural enquanto sociogenia das relações (FANON, 2008). Isto posto, porque o racismo tende a uma perspectiva sociológica e não ontológica do ser que se estabelece numa dinâmica discursiva da sociedade, ou seja, "[...] é o racista que cria o inferiorizado" (FANON, 2008, p. 90). Por conseguinte, a identidade negra passa pela formação social ideologicamente assentada no padrão hegemônico branco e europeu. De tal maneira, todas as outras identidades não-brancas são vistas como inferiorizadas, folclorizadas e estereotipadas.

Segundo Hall (2003) a questão da identidade se configura pela complexidade histórica quando fragmentada na modernidade e não-resolvida pelas mudanças estruturais e institucionais no advento da Globalização (econômicas, políticas e socioculturais), pela imigração e pela internet, entre outros aspectos. Mas que afluem na compressão espaço-tempo (MASSEY apud ARANTES, 2000; STUART HALL, 2003) quando diminuídas as distâncias físicas, quando atualizadas constantemente as informações e no resultado das interações sociais, que modifica essas identidades atendendo ao consumo capitalista que coopta, em muitos casos, a própria subjetividade.

A concretude das relações sociais no Brasil pensada a partir da lógica da manutenção dos privilégios de pessoas brancas, naturalizou a ideia de que negras/os não podem participar de todos os espaços em sociedade. Desse ponto de vista, o privilégio econômico distribuiu-se conforme a hierarquização racial, naturalizando também as desigualdades estruturais, porquanto percebe-se o racismo como pano de fundo dessas relações.

Para Almeida (2018), o racismo "é decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo "normal" com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social, nem um desarranjo institucional" (p. 38), sendo assim, percebe-se o racismo como um fenômeno estrutural. Contudo, a ênfase na análise estrutural não exclui outras duas instâncias em que o racismo acontece: o institucional e o individual, porque ambas as formas estão incorporadas no cotidiano das relações em sociedade. O racismo institucional está presente nas relações de poder no interior das práticas institucionais, enquanto o individual se manifesta de maneira direta na relação interpessoal (ALMEIDA, 2018; WERNECK, 2016). A presente concepção individualista, baseada nas noções de intencionalidade e arbitrariedade, tende a um entendimento de que se trata de uma forma de "preconceito" sem efetivamente assumir a existência do racismo estruturado nessas relações, visto que outras categorias também aparecem no cotidiano brasileiro associadas ao racismo. A exemplo da discriminação racial imputada ao tratamento diferenciado ou repúdio a indivíduos ou grupos pela origem étnica ou condição racial e do preconceito racial que, por sua vez, é o juízo baseado em rótulos ou ideias acerca de indivíduos de determinado grupo, podendo ou não resultar em práticas discriminatórias.[13]

Werneck (2016) e López (2012) asseveram que o racismo institucional se desloca do âmbito individual e se insere na estrutura, valendo-se de políticas institucionais através de normas, ações e efeitos que produzem ou conservam a vulnerabilidade de indivíduos e grupos sociais vitimados pelo racismo. Alguns desses efeitos localizam-se nas rotinas de trabalho de instituições públicas ou privadas, por meio de procedimentos e ações interpessoais, além de discursos que negligenciam ou impedem o direito à educação, à saúde, à moradia e outras demandas específicas dos grupos minoritários. O racismo institucional, também conhecido como racismo sistêmico, foi conceituado por ativistas negros estadunidenses na luta pelos direitos civis americanos[14] e manifesta-se quando perpassam ideologias

[13] No Brasil, enquanto o racismo é entendido como um crime contra a coletividade, a injúria é direcionada ao indivíduo. Vale ressaltar, em 12 de janeiro de 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sanciona a Lei 14.532, de 2023, que tipifica o crime de racismo a injúria racial, com a pena aumentada de um a três anos para de dois a cinco anos de reclusão, equiparando-as.

[14] Ver HAMILTON, Charles V; KWAME, Ture. *Black power: the politics of liberation in America*. Nova York: Random House, 1967.

científicas ou culturais pelas organizações públicas ou privadas na reafirmação ou potencialização de práticas excludentes e discriminatórias.

Outro efeito dessa ideologia institucional é alimentar-se de privilégios e arquétipos patriarcais que incidem em prejuízos às mulheres através de um sexismo institucional (WERNECK, 2009; PRESTES, 2018). À vista disso, deve-se compreender que independentemente da posição social que mulheres negras ocupam, as interseccionalidades de raça, classe e gênero (CRENSHAW, 2002; DAVIS, 2016) já estão colocadas visto que o racismo vai marcá-las tanto pela persistência de estereótipos e exploração econômica (GONZALES, 2020; CARNEIRO, 2011), quanto pela refutação do protagonismo nos diversos setores da sociedade.

Concluímos que debater o tema do racismo no Brasil, a partir de seus engendramentos institucionais, implica uma mudança de postura ético-política pela qual é necessário reconhecer que esse fenômeno apenas submergiu, uma vez que continua a operar em diversos aspectos do cotidiano com a chancela, muitas vezes, do próprio Estado. Frente a isso, com a mesma chancela, se vê recuperando o poder de morte e invisibilidade da população negra.

Ao pretender realizar um deslocamento teórico/prático que possa também pensar a descolonização[15] do conhecimento, traremos algumas possibilidades de reflexão quando reconhecidas como epistemologias não-hegemônicas em diferentes territórios corpóreos e estéticos negros (GOMES, 2017), os quais se fazem pelo signo da cultura e religiosidade, pela oralidade e pelas lutas históricas por emancipação desses sujeitos, propondo recuperar os saberes ancestrais que não estão circunscritos em um modelo de pensamento dominante e que valorizem a história invisibilizada de negros e negras.

[15] Neste estudo, trazemos como principal movimento o argumento *descolonial* a partir de Frantz Fanon (2008, 2015), a partir de uma perspectiva epistêmica e política situada pelas lutas emancipatórias e pós-coloniais desde a primeira metade do século XX no continente Africano. Do qual depreende-se ter influenciado o movimento teórico e prático, político e epistemológico *decolonial* propagado na América Latina a partir dos anos 1990.

Flores negras não existem?

Por que será?

Outro dia, me perguntei
Talvez porque a analogia inexiste
Metáfora triste
De uma beleza da natureza
Que não pode ser compartilhada
Talvez porque roubada
Apagada, anulada
Foram tantas as vezes que busquei entender
Porque não estava à vista
Não havia espelho
Sem reflexo, sem pertença

É isso?

Diz pra mim
Qual o perfume
Qual a textura da flor
Que é negra a cor[16]

[16] RODRIGUES, Viviane. Ensaios Poéticos, Diário de Campo, 2022.

2. Para reconhecer as Mulheres Negras e suas tessituras históricas em educação e saúde

Este trabalho fala de práticas, existências e lutas que mulheres negras travam no cotidiano estabelecido pela estrutura patriarcal, racista e sexista. Ou onde seja possível potencializar saberes e fazeres traduzidos pela oralidade, pelas trajetórias vividas em meio à opressão e violência. Por isso, pretende-se uma escrita repleta de ação e afeto ao mesmo tempo. Desejo redimensionar a imagem da mulher negra retratada, desfigurada pela ideia de subalternidade e resignação. Por isso, ao lado das perversidades impostas pelo racismo estrutural, menciono também diferentes práticas de emancipação, sem, contudo, deixar de respeitar as mulheres que, por algum motivo, não se encontram nesse lugar visível de enfrentamento, o fazem, muitas vezes, naquilo que é subterrâneo para nossas compreensões, no entanto, nem menor, nem menos válido.

A digressão histórica é importante porque diz respeito às memórias coletivas no combate ao racismo e porque reconhece as mulheres negras ativas nessa trajetória. Por outro lado, pretendo validar a subjetividade e individualidade negada a essas mulheres, justamente porque cada uma experimenta a vida de modo diferente e, em razão disso, através da cronologia dessas existências, pode-se presentificar outras táticas de resistência e transformação.

Primeiramente, será preciso compreender a forma como o colonialismo foi determinante ao promover uma série de perversidades a mulheres, homens e crianças escravizadas. Contudo, mulheres negras sofreram toda forma de violência pelo estupro de seus corpos e exploração de mão de obra, ademais, consideradas reprodutoras e cuidadoras, eram impedidas de vivenciarem a própria maternidade, uma vez que, ditada compulsoriamente pelo cuidado de crianças brancas, não tiveram direito a experimentá-la subjetivamente. Por esse motivo, também exerceram um tipo de maternidade ligada à radicalidade quando recusavam conceber filhos ou a mantê-los vivos num cotidiano de trabalho forçado, açoites e abuso sexual.

Sobre os atos relutantes de infanticídio durante a escravidão, Davis (2016) afirma que:

> Não era porque as mulheres negras haviam descoberto soluções para suas agonias, e sim porque elas estavam desesperadas. Abortos e infanticídios eram atos de desespero, motivados pelo processo biológico do nascimento, mas pelas condições opressoras da escravidão. A maioria dessas mulheres, sem dúvida, teria expressado seu ressentimento mais profundo caso alguém saudasse seus abortos como um passo rumo à liberdade (p. 208).

Dessa forma, o retrato resignado da mulher negra cuidadora perpetuou eloquentes assertivas da falsa democracia racial, tanto quanto a miscigenação, mascarando a violência do estupro e da

maternidade negada. Tal estrutura de violência impediu que mulheres negras vivenciassem por muito tempo o pleno exercício de suas subjetividades, porque revogaram os direitos à maternidade, afetividade e ao trabalho remunerado. E, apesar de apresentarem demandas diferentes, ainda são percebidas pela sociedade de modo unívoco e, estrategicamente, colonizador. As ideologias mantidas pelo racismo estrutural reforçam a compreensão de que somos um corpo descartável, objetificado e, por isso, limitado a certos lugares sociais.

Conforme Passos (2020), a perpetuação da opressão do trabalho de mulheres negras na sociedade brasileira está vinculada à construção da nossa formação social, por exemplo no trabalho de babá (cuidadora) e trabalhadora doméstica, formas revisitadas da escravização. Essa realidade decorre do escravismo como funcionamento de um sistema que manteve essas mulheres, antes amas de leite, e hoje levadas ao mercado de trabalho em condições similares de subordinação. Ainda que hoje encontrem "assegurados" certos direitos nas organizações sindicais,[17] permanecem na luta para que estes sejam cumpridos e respeitados diariamente.

Lélia Gonzales (2020) já chamava atenção para a dinâmica econômica e sociocultural que impõe às mulheres negras a condição de mulatas tipo exportação, mães pretas ou domésticas, porque simbolicamente "domesticadas" por seus senhores. Dessa maneira, o imaginário social é reforçado por concepções eivadas de hipersexualidade e subalternidade. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), mulheres negras, em geral, negras e pobres, com baixa escolaridade, representam 18,6% das trabalhadoras domésticas no Brasil. O estudo revela ainda que "é preciso lembrar dos abusos e dos assédios morais e sexuais a que essas trabalhadoras estão submetidas, da desvalorização e desprestígio social da profissão, das jornadas exaustivas e mal remuneradas" (IPEA, 2021).

Por outro lado, não há dualidade ou polaridade diante dessas concepções, considerando-se que os lugares sociais destinados às mulheres negras na sociedade são, ao mesmo tempo, entrelugares (BHABHA, 1998), marcados pela tensão entre a incorporação de diferenças ou pela conservação das tradições culturais, em que se pressupõe uma negociação, por isso, podem ser ambas possibilidades numa dinâmica de hibridismo. Para Bhabha (1998), criam-se zonas de contato que formam as experiências intersubjetivas e coletivas "[...] dando início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade" (idem, p. 20).

[17] Somente em 2013, durante o governo PT, essa luta teve êxito, com a PEC das Domésticas sendo aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pela presidenta Dilma Rousseff. Desse modo, todos os direitos da CLT foram estendidos aos trabalhadores e trabalhadoras domésticas.

Em tal condição, desarticula-se a lógica binária, frequentemente construída para certas identidades, especialmente quando se deseja manter certos grupos oprimidos.

À medida que o racismo e o patriarcado internalizados influenciaram a formação da identidade social desse grupo, a própria experiência com o amor ficou restringida ao maternal ou ao cuidado familiar. Para Lagarde (2005), o ideal do amor foi desde sempre uma construção social baseada numa colonização amorosa, isto é, amar para as mulheres significa submeter-se a uma ideologia patriarcal de que todo tipo de amor (fraterno, maternal, romântico) está acima delas e, portanto, é preciso abdicar dos próprios desejos a fim de atuar em nome das pressões sociais. Mas para mulheres negras essa condição é ainda mais pungente porque elas foram impedidas, desde a escravidão, de viverem o afeto e o amor de seus parceiros passando a não obedecerem aos padrões patriarcais, menos ainda aos padrões modernos de relação amorosa homem-mulher (RATTS, 2006).

Se por um lado, para mulheres negras, o amor romântico ultrapassa os limites patriarcais de gênero e vai para lugar de rejeição quando preteridas por homens negros que desejam ascender socialmente a partir do relacionamento com mulheres brancas (FANON, 2008; GONZALES, 2020), por outro, elas buscam resistir a essa condição quando produzem relações afetivas e de autoafirmação ativadas pelas diferentes experiências familiares, na vida em comunidade, com a natureza e nas relações amorosas não normativas (LORDE, 2019; hooks, 2019; BERTH, 2019).

Por isso mesmo, ao trazer as noções de afeto e afetividade, considero o resgate da ancestralidade a partir de uma construção intelectual com base no amor que ultrapassa o romântico-patriarcal, que é ativado pela memória e pela formação de saberes costurados com outras existências. Para Berth (2019), fortalecer essa afetividade consiste em um processo que se torna invariavelmente uma questão de sobrevivência:

> Não à custa de um mergulho profundo em si mesmo, mas na busca interior por suas raízes culturais, emocionais, artísticas, afetivas etc. Um resgate, é exatamente essa a palavra. Um resgate lento e gradual daquilo que fomos e que podemos retomar para continuar sendo (BERTH, 2019, p. 71).

A restauração da ancestralidade pode um desses mecanismos, encontrado nas transmissões orais de contação de histórias ou quando mulheres negras entoam afetos pelas cantigas de ninar, nos cantos de trabalho, na relação com a natureza e sincretismo religioso, traços de resistência pela tentativa de preservação cultural. Vistos como subterfúgios de difícil captura para os "dominantes", os acalantos ou cantigas não apenas nos seus veios comunicantes transgeracionais foram atribuídos às mulheres negras escravizadas em seus afazeres domésticos e preservam, ainda hoje, um bem cultural registrado na infância de muitas pessoas (MACHADO, 2012).

Em outras palavras, as práticas de resistência encontradas por essas mulheres descrevem-se como táticas de burlar a dominação e opressão instaladas no cotidiano (CERTEAU, 2014), tanto para subverter o poder amarrado socialmente quanto para guardar noção de pertencimento, sobretudo quando resguardadas as memórias ancestrais. No embalo e no cuidado se explicitava um canto reativo a toda opressão. Ou seja, o corpo que constituía o maternal era, ao mesmo tempo, insurgente:

"Menino vá dormir, eu tenho o que fazer, vou lavar, vou cozinhar Vou sentar para coser Menino durma cedo, dormindo vais crescer, vais ser forte e corajoso pra poder e defender"

(Acalanto - Domínio público)

"Boi, boi, boi Boi da Cara Preta
Pega essa menina
Que tem medo de careta"

(Boi da Cara Preta – Domínio público)

Para Beatriz Nascimento (apud RATTS, 2006), é necessário compreender que nem todas as mulheres negras se encontram na mesma condição de subalternidade e alienação cultural. Apesar de vivenciarem a negação de sua autoestima em diferentes situações, são capazes de articularem sua sobrevivência e, dessa autoconsciência individual e coletiva, resultam agrupamentos ou aquilombamentos, sistemas alternativos[18] que não devem ser tratados apenas como resistência, e sim "continuidade histórica" (RATTS, 2006) justamente pelo fato de alguém se situar socialmente no lado oprimido das relações de poder não significar que pense epistemicamente a partir de um lugar subalterno (BERNARDINO-COSTA; GROSFOGUEL, 2016).

Em razão disso, mulheres negras também se ancoram em experiências de positividade, autoafirmação e diferentes níveis de consciência de sua negritude. E essa postura independe de instrução ou intelectualidade porque está impregnada de vida e astúcias, que demonstram a compreensão que têm sobre si mesmas:

[...] Ah eu me sinto bem, sabe. Sou elogiada. O pessoal às vezes bota o meu ego lá em cima. Aí tu é bonita, aí eu penso lá no meu ego será que eu sou? Se as pessoas estão dizendo então é porque eu sou (Usuária, DIÁRIO DE CAMPO, 2022)

[...] Eu gosto do meu nariz. E a qualidade... eu acho que sou bem caridosa também porque gosto de ajudar as pessoas (Usuária, DIÁRIO DE CAMPO, 2022)

[18] Vale lembrar a trajetória de Beatriz Nascimento, historiadora, ativista e poeta sergipana com importante contribuição para o estudo acadêmico das relações étnico-raciais no Brasil, sobretudo de mulheres negras. Tendo ressignificado a palavra quilombo entre ativistas dos movimentos negros na década de 1980 como conceito de resistência urbana da cultura negra. Foi assassinada em janeiro de 1985, quando defendia uma amiga que tinha um companheiro violento.

Trata-se aqui de sublinhar e enaltecer um conjunto de vivências, a partir de mulheres negras, quilombolas, trabalhadoras domésticas, mães e avós, que considera as diferentes realidades percebidas por cada uma. Mais que provedoras de afeto, trabalho ou cuidado familiar, essas mulheres são ao mesmo tempo provedoras de si mesmas quando se desdobram em tentativas de sobreviver à interseccionalidade das opressões sofridas.

2.1. Das transmissões orais, práticas e ancestrais inscritas no cotidiano

A mulher negra se articula desde sempre em saberes e fazeres (CARNEIRO, 2003; NUNES, 2014; EVARISTO, 2016; LOPES; WERNECK, 2009) e nesse exercício, tornam-se professoras, líderes comunitárias e religiosas, enfermeiras, assistentes sociais, artistas, cientistas, entre tantas outras que protagonizam a produção histórica de conhecimento. São experiências de vida encharcadas de resistência diária, por vezes não reconhecidas como tal. Já que [...] "ser negro é (...) tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece" (SOUZA, 2021, p. 115). Portanto, algumas mulheres negras podem não se perceber em práticas de efetiva resistência, uma vez que se encontram na pluralidade de experiências e subjetividades não atravessadas pela consciência do racismo.

De acordo com Nunes (2014), a exemplo das mulheres quilombolas, estas conduzem um movimento de manutenção das práticas culturais tecidas pela resistência, na valoração do território geográfico e simbólico, nas políticas de combate ao racismo, reconhecimento e reinvenção de suas tradições. É nesse lugar revelador de uma ancestralidade postulada que se encontram as políticas e as microrresistências.

> Essas são políticas de todos os dias, que se reconfiguram em elementos de contestação, porque, às trincheiras, elas vão com suas corporeidades delineadas pelo trabalho na roça, pela sabedoria e força de se revigorar através das rezas e benzeduras, pelos seus jeitos de festa, ginga na dança ou na simples forma com que (em) caminha, na presença marcada pelas saias, lenços e cores, enfim, as políticas espelham mulheres que, em todas as idades, são ventos, são negras, são furacões! (NUNES, 2014, p. 184).

A exemplo de reinvenção dessas tradições, observamos na cidade de Pelotas o apagamento do saber negro no que toca a produção cultural, aludida comumente à herança portuguesa. Em contraposição, a influência africana, assim como dos indígenas, é notória porque está expressivamente percebida na cultura de vida, na tradição doceira, exercida principalmente por mulheres, e nos saberes

junto à religiosidade de matriz africana (KOSBY, 2015).[19] Nessa acepção, práticas culturais resistem e extrapolam os limites da violência simbólica para assentar-se em territórios ritualísticos da estética negra.

De acordo com Kosby,

> [...] se em Pelotas se desenvolveu uma tradição doceira, que há mais de um século sustenta inúmeras mulheres e suas famílias [...] tanto a criação quanto o sustento dessa tradição viva, muito se deve ao fato de Pelotas ser uma cidade negra. Porque mesmo quando as receitas vinham de dentro dos livros das senhoras de família charqueadora, de origem europeia – enriquecidas pelo sal e pelo sofrimento de negros e bois –, as mãos que mexiam o tacho sabiam por demais do sangue para que se diga que fazer doces não foi tarefa de uma força sagrada muito mais vigorosa que qualquer brutalidade (2015, p. 116-117).

Aqui falamos de uma visão de mundo africana, segundo a qual os saberes foram postos à margem, aliada ainda ao desprezo pela cultura e simbologia religiosa. Como já foi destacado, a tarefa de apagamento desses saberes também encontrou resistências, produzindo-se diferentes táticas individuais e coletivas de manter a memória ancestral praticada.

Anderson (1989) propõe a definição de uma comunidade política imaginada enquanto reconhecimento da ancestralidade. Para esse autor, a comunidade é imaginada porque nem os membros das menores nações irão conhecer a maioria de seus compatriotas, embora esteja viva a noção de comunhão. Exemplo disso, pode-se citar, a potência que a comunidade negra produziu na tradição de terreiro. As noções de ancestralidade e comunidade, desse modo, acompanharam diasporicamente os povos negros pelo mundo.

Oliveira (2005), por sua vez, defende a pulsação da ancestralidade a partir de uma cosmovisão africana:

> A sabedoria é uma produção ancestral; um conhecimento coletivo! Ela brota da terra - da experiência dos antepassados, e nutre a vida comunitária, dela se nutrindo. A sabedoria é fruto de uma experiência coletiva e é tributária de uma cosmovisão, que no caso da africana, é telúrica, circular, integrativa, diversa e inclusiva. Foi essa sabedoria que atravessou o oceano junto com os negreiros (p. 279).

Assim, os saberes e fazeres tecidos por mulheres negras pulsam de uma cosmovisão africana ancestral e encontram refúgio na relação com a natureza através dos benzimentos e simpatias (quebranto ou mau-olhado, cobreiro, rendidura, sapinho, espinhela caída, encalhe e água benta),nos compostos e receitas de chás (guaco, arruda, poções de plantas embebidas no álcool para

[19] Pelotas ganhou contornos próprios na cultura religiosa afro-brasileira manifestados nas "terreiras": o batuque, a umbanda, o quimbanda e a magia (KOSBY, 2015), nos quais os doces são consagrados como elementos cerimoniais de oferenda.

"fumentação"), nos fazeres artesanais (costuras, remendos, crochê, tear, etc.) ou na preparação da comida celebrada em comunidades quilombolas e nos terreiros. A relação com a natureza, os laços comunitários, os saberes cantantes e dançantes expressos diariamente resultam da transmissão dos valores culturais, mas também recuperam a memória de existências negras, importantes pela oralidade e saberes tradicionais repassados às novas gerações.

A transmissão de saberes compõe um aspecto pedagógico também encontrado no interior das famílias brasileiras, valorados enquanto práticas de cura e na relação com elementos da natureza: a água, as plantas e raízes, os animais, no refazimento mental e espiritual:

> *Com Deus me deito, com Deus me levanto, Com a graça de Deus e do Espírito Santo. Se dormir muito, acordai-me, com todas as tochas de vossa Trindade, na mansão da eternidade.*[20]

Esses pequenos ritos buscam energia no sagrado não necessariamente ligado à religião, mas pela ancestralidade conectada com os saberes ressemantizados na diáspora:

> *O que eu coso?*
> *Osso quebrado, carne machucada e nervo rendido.*
> *O que eu coso? –*
> *Osso quebrado, carne machucada e nervo rendido.*[21]

Em contraposição à produção epistemológica, concebida e sobrevivente principalmente às mulheres negras, tem-se a tentativa de interditar esse discurso por meio de seu apagamento como produtoras de conhecimento e ao relegar-lhes lugares subalternizados na sociedade. Tal narrativa social contradiz o fato de serem lideranças comunitárias, provedoras da família, pensadoras e protagonistas de diversas formas de resistência pela manutenção da sua identidade pessoal e histórica (RATTS, 2006). Basicamente, essa imagem aponta para um contexto social de intensas disputas por igualdade de direitos, marcadamente políticas e intensificadas por uma organização também coletiva.[22] Por esse motivo, para que as mulheres negras não sejam negligenciadas pela superficialidade e essencialidade (COLLINS, 2016), impostas pelo patriarcado, e possam requisitar seus direitos a partir do amplo

[20] Todas as práticas ritualísticas mencionadas têm confluência entre as religiões cristã (catolicismo), africanas e as tradições indígenas, sendo utilizados diversos elementos associados num mesmo momento ritualístico.
[21] Tipo de benzedura feita por minha avó Jorgina, acompanhada de linhas e panos costurados à mão diante da pessoa submetida ao ritual.
[22] Ainda na década de 1930, Laudelina de Campos Melo, mulher negra que desde os 16 anos trabalhava como empregada doméstica, fundaria a primeira Associação de Trabalhadores Domésticos do País, imediatamente fechada pelo governo Vargas. Laudelina foi também ícone da luta de mulheres trabalhadoras domésticas e ajudou a fundar a Frente Negra Brasileira (FNB), uma das primeiras organizações no século XX a exigir igualdade de direitos e participação dos negros na sociedade brasileira.

reconhecimento de sua participação na formação social do Brasil, é imprescindível considerá-las na sua pluralidade.

Gomes (2017) aponta alguns vetores que resultaram em mudanças efetivas nesse cenário, principalmente, as pretensões históricas do Movimento Negro em relação aos direitos coletivos e individuais a partir da implementação de políticas públicas em diferentes áreas; também se deve destacar o surgimento de organizações de mulheres negras no combate à perversa simbiose entre racismo, sexismo e LGBTfobia, nos chamados coletivos pela representatividade em diversos espaços. São essas pedagogias que emergem da capacidade que a comunidade negra possui, em especial mulheres negras, de produzir conhecimento indagando a sociedade sobre suas demandas.

E acrescenta-se que:

> Mulheres negras também trouxeram como tema de denúncia e de luta a violência que atinge as comunidades quilombolas, a intolerância religiosa, o extermínio da juventude negra, a LGBTfobia, o feminicídio de mulheres negras e a ditadura da beleza eurocentrada (GOMES, 2017, p. 74).

Para Lorde (2019) seria uma arrogância particularmente acadêmica desconsiderar a contribuição importante de mulheres negras, mulheres pobres do Terceiro Mundo e lésbicas nas discussões sobre a teoria feminista. Tendo em vista o fato de o mundo patriarcal investir-se de poder sobre todas as mulheres, há necessidade de conectar os saberes distribuídos para superar as disputas que nos são colocadas como estratégias de opressão. A propósito das "diferenças" entre as mulheres, é antes a recusa em reconhecê-las que mantém o poder patriarcal e distorce suas lutas. Assim como as mulheres brancas não devem ignorar seus privilégios, "[...] as diferenças existentes entre mulheres negras também são deturpadas e usadas para nos separar umas das outras" (LORDE, 2019, p. 152) e comprometem a liberdade em relação à opressão racial e sexual.

Mulheres feministas como agentes do conhecimento possibilitaram que muitas vozes e pautas fossem colocadas em questão ante as formas de opressão, sexismo e violência vigentes. Porém, a perspectiva do feminismo negro (CARNEIRO, 2011; hooks, 2019; COLLINS, 2019) precisou sofrer uma alteração para a reelaboração dos discursos e práticas políticas, que invalidavam esse grupo até então, porquanto a formulação clássica do feminismo representava ainda uma identidade branca e ocidental, incapaz de abarcar as pautas de mulheres negras e indígenas, especialmente da América do Sul, em toda a sua diversidade.

Os avanços engendrados, pelo trabalho do Movimento Feminista Brasileiro, reposicionaram as ações no cenário nacional e, também, internacional,[23] visto que as pautas apresentadas, desde a efervescência dos embates pelos direitos civis e contra a ditadura a partir dos anos 1960, foram colocadas em conjunto na tentativa de superação das desigualdades que vão além da raça, classe e gênero. Segundo Carneiro (2003), o movimento feminista brasileiro obteve grande expressividade a partir de mudanças políticas advindas com a Constituição de 1988, quando já se desenhavam ações voltadas, especialmente, às situações de violência contra a mulher.

Carneiro (2003) ressalta que essas questões compreendem um coletivo de "[...] mulheres negras, indígenas, brancas, lésbicas, nortistas, nordestinas, urbanas, rurais, sindicalizadas, quilombolas, jovens, de terceira idade, portadoras de necessidades especiais, de diferentes vinculações religiosas e partidárias" (p. 126). Nesse sentido, torna-se necessário congregar teorias e experiências vividas por esses grupos, que se encontram num sistema político-econômico e cultural que reforça a dominação patriarcal racista; descobre-se, assim, onde cada uma está alocada em opressões e privilégios mais ou menos visibilizado.

Gomes (2017) vai dizer que os saberes construídos pela comunidade negra foram sistematizados pelo Movimento Negro, portanto, é composto por diferentes atores em suas distintas trajetórias sociais. Sendo assim, podemos considerar que, para além do Movimento de Mulheres Negras e seus saberes políticos, tem-se o protagonismo de mulheres não acadêmicas que reforçam a busca por emancipação e direitos. Com uma organicidade coletiva, afetiva e pelas diversas formas de atuação que colocam "[...] em jogo uma *ratio* popular, uma maneira de pensar investida numa maneira de agir, uma arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar" (CERTEAU, 2014, p. 41).

Em outras palavras, a presença da mulher negra na história brasileira não deve ser considerada mero apêndice às conquistas que foram atribuídas aos homens negros. Pois sua presença é muito mais relevante quando assume o papel de dinamizadora das relações sociais: na estrutura familiar, no trabalho, na religião, na educação, na economia e em outros setores. A mulher negra anônima (GONZALES, 2020) seria a grande protagonista de uma luta pela sobrevivência também nos dias de hoje.

Dessa maneira, em um primeiro passo investigativo, tem-se a convicção de que há um arranjo corporal do racismo estrutural e institucional que continua a ameaçar práticas insurgentes de mulheres negras. Como pesquisadora, mulher negra, professora e profissional de saúde, tenho encontrado muitos

[23] Algumas referências no plano internacional têm sido trazidas na atualidade porque iniciam a discussão sobre violência física e simbólica contra mulheres negras desde a escravidão. A exemplo de Sojourner Truth, mulher negra estadunidense, feminista e defensora dos direitos das mulheres, que a partir do discurso proferido em 1851 na Convenção pelos Direitos das Mulheres em Ohio, *Não sou uma mulher?* inaugurou o feminismo americano.

desafios. E, nesta reflexão, digo que o racismo inaudito, que tantas vezes sufoca minha liberdade de falar, requerer e tomar posse de minha negritude, está sendo confrontado. Há que se dizer, fiquei muitas vezes em silêncio, condição que é também infalível para promover o sofrimento mental (SOUZA, 2021; PASSOS, 2017).

Em que pese o desejo de empreender uma luta antirracista, educar para a liberdade pressupõe também desafiar e mudar o modo como pensamos os processos pedagógicos (hooks, 2017), quer seja na sala de aula, quer seja em espaços de saúde ou acadêmicos.

Diante do exposto, ao cartografar os espaços e práticas, experienciadas por mulheres negras em situação de atendimento no CAPS, disparam-se sentidos a partir de narrativas que não se sobrepõem, mas costuram existências para além das iniquidades que lhes são impostas.

Que possamos costurar nossas existências, saberes e afetos através da memória e resistência permanente.

Peço *bença*[24] às mais velhas!

[24] O hábito de pedir benção às/aos mais velhas/os foi tradição por um longo tempo em nossa família, especialmente durante a infância. Após a morte de minha avó e de outros familiares, esse hábito foi sendo perdido e, agora, cito-o como tentativa de trazer outras memórias. Como resposta ao pedido, dizia-se: *"Deus te abençoe!"*.

"Nego é isso, nego é aquilo"
Parece um assombro
Que nos tira a paz

Nem sempre tenho certeza
Do que pode ser
O mais terrível é crer

Que ser negra
Não é só (re)existir
É também (re)sistir[25]

[25] RODRIGUES, Viviane. Ensaios Poéticos, Diário de Campo, 2022.

3. (Entre)linhas do conhecimento: O cerzir das literaturas

Para o levantamento bibliográfico, foram acessadas no período entre maio/2020 e outubro/2020 as bases de indexadores pertinentes ao estudo investigativo e compreendidas no marco teórico dos últimos 10 anos, em face da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) instituída pelo Ministério da Saúde, ou seja, desde 2009. A saber: o Portal de Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), a Revista da ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as) e o Portal da BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações). A escolha dessas bases ajustava-se a interface apresentada pela pesquisa entre educação e saúde, tendo em vista a idoneidade dos principais sistemas de avaliação em pesquisas acadêmico-científicas no Brasil (CAPES), de um periódico que congrega prioritariamente pesquisadores negras/os (ABPN) e de um portal que integra os sistemas de informação de teses e dissertações (BDTD) produzidas no Brasil. Como demonstra o quadro a seguir:

Artigo/Tese/Dissertação encontrados no Banco de Dados por combinação dos Descritores (2009-2019)	Periódicos CAPES	Revista ABPN	Portal BDTD
Mulheres Negras	53	41	59
Arte/Educação	20	2	21
Saúde Mental	465	7	127
Racismo Institucional	17	9	16

Quadro 1: Elaborado pela pesquisadora

Nesta sondagem preliminar, consideramos o núcleo temático da pesquisa a partir da busca pelos/as descritores/palavras-chave: Arte/Educação, Mulheres Negras, Saúde Mental, Racismo Institucional e, enquanto critério de inclusão e exclusão, foram considerados principalmente os trabalhos em língua portuguesa. Com base no quadro apresentado acima, podemos constatar que no período entre 2009 e 2019 o tema saúde mental apresentava um número acentuado de produções acadêmicas se comparado aos temas arte-educação, mulheres negras e racismo institucional. A partir

desse movimento, buscou-se triangular as palavras-chave e realizar uma leitura flutuante sobre textos que compreendia a introdução, a metodologia e a conclusão, excluindo aqueles que não estavam articulados mais especificamente com a temática da pesquisa. Assentado nesses termos, foram escolhidos 28 estudos e, deste total, selecionamos (5) cinco artigos junto ao Portal de Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), (14) quatorze artigos na Revista da ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as) e (9) nove produções acadêmicas (2 teses e 7 dissertações), no Portal da BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações). Importante ressaltar, o quantitativo total de trabalhos encontrados junto às bases de dados apresentavam palavras-chave de forma aleatória, pois não faziam referência a combinação específica entre Arte/Educação, Mulheres Negras, Saúde Mental, Racismo Institucional. Sendo que a área de Ciências da Saúde/Interdisciplinar apresentava um número apreciável de publicações em torno da saúde mental associada a outros temas.

3.1. Aproximações com a temática e tensionamentos possíveis

A partir dos estudos acessados foi possível elencar subsídios de aproximação e distância dos direcionamentos teóricos-metodológicos, considerando que seria necessário entender o cenário de produção de conhecimento nos campos da saúde e da educação daquele período, bem como analisar a relevância da temática para a discussão das relações étnico-raciais no País. Além disso, esse movimento permitiu avaliar quais eram as questões subjacentes a pesquisa cuja abordagem qualitativa buscou a interlocução de diferentes literaturas científicas com as vivências subjetivas dos/as participantes, experimentadas antes e depois do contexto de pandemia.

De início, o levantamento construído a partir dos trabalhos publicados no Portal de Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) resultou em (5) cinco trabalhos, dos quais, apenas o artigo de Assis (2018) chamou a atenção por anunciar o racismo institucional no título e resumo. Tal estudo trazia conceitos como interseccionalidade e direitos humanos como pano de fundo para compreender como o viés racial implícito incide nas possíveis práticas de violência obstétrica contra mulheres negras no Brasil. Enquanto o artigo de Veras (2019) também dissertava sobre a saúde sexual e reprodutiva de mulheres negras, entretanto, fazendo referência apenas aos Estudos descoloniais e a interseccionalidade sem mencionar o conceito de racismo institucional no desenvolvimento do texto.

No que concerne ao estudo sobre mulheres negras, Molet (2019) foi o único a analisar as experiências específicas de mulheres negras visando destacar os arranjos familiares marcados pela matrilinearidade, bem como as memórias da escravidão e as experiências no pós-Abolição. Sobre a saúde mental na relação com o racismo, o estudo trazido por Gouveia Damasceno & Zanello (2019) apesar de destacar as narrativas de mulheres negras sobre suas vivências com o racismo, observava que nenhum homem negro manifestou interesse durante o período de chamada para a participação na pesquisa. Já o trabalho desenvolvido por Xavier & Rocha (2017) tinha como objetivo de analisar a história de mulheres negras com doença falciforme e compreender como a subjetividade dessas é construída a partir dos sentidos subjetivos associados aos marcadores de gênero, raça e classe.

Com relação ao Banco de Revista da ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as), há de se ressaltar que, em se tratando de um repositório cujo objetivo é dar visibilidade às discussões sobre relações raciais, uma atenção especial foi dada aos estudos por ele disponibilizados com a perspectiva de encontrar elementos que se aproximassem a temática desta pesquisa, porém apenas (14) quatorze artigos trouxeram reflexões acerca do tema. Desses, Souza (2011) e Natália (2018) revisitavam o debate sobre o racismo institucional evidenciando o termo no título dos trabalhos e, apenas Natália (2018), associava o conceito a mulheres negras e a produção intelectual dessas. Porém, ambos afirmavam que apesar do conceito ter recebido atenção cada vez maior no Brasil também estava sendo utilizado de forma incompleta, chamando atenção para a discussão sobre suas origens históricas.

Sobre o racismo institucional atrelado à saúde, Araújo & Silva (2015) e Cruz (2013) dissertavam sobre a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) como instrumento de redução das iniquidades e disparidades étnicas em saúde, contudo, somente Cruz (2013) trazia o propósito de prevenir ou combater o racismo institucional e trabalhou o termo em todo o seu estudo. No que contempla a palavra-chave mulheres negras, Werneck (2010), Santos (2017), Aquino (2015), Souza (2015) e Santos; Rosa & Borges (2015) analisavam a construção da identidade profissional de mulheres negras na carreira acadêmica, o direito às especificidades em saúde e o seu protagonismo na sociedade brasileira com base nos valores, crenças, saberes e fazeres plurais. Esses artigos ainda traziam concepções sobre discriminações e violência presentes nos discursos de mulheres negras e quilombolas em diferentes regiões do País. E, em se tratando de racismo e saúde mental, Santos (2018), Oliveira & Nascimento (2018), Nascimento (2018) e Maluf & Aguiar (2018) mostravam alguns aspectos sobre a omissão da questão racial nos debates da Reforma Psiquiátrica brasileira, além dos desafios presentes para uma clínica ampliada e das rotulagens raciais como vetor de análise na produção do racismo. Em que pese a aproximação com a temática da pesquisa, nenhum dos estudos analisados direcionava o trabalho específico com mulheres negras. Por último, com especial atenção a

perspectiva da arte/educação, encontramos o estudo de Alves & Rodrigues (2018) que dissertava sobre o ensino da arte junto as proposições da lei 10.639 fazendo ponderações quanto a representação do negro na produção artística brasileira, e propunha algumas reflexões sobre a prática docente neste contexto.

No que corresponde a consulta realizada no Portal da BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações) encontramos (9) nove produções acadêmicas (2 teses e 7 dissertações), dentre as quais, Clemente (2019) cuja tese em Serviço Social discutia a relação entre o racismo institucional e a saúde da população negra de modo amplo, porém sem anunciar o termo no resumo ou descritores. Também no mestrado em Serviço Social, Correia (2014) faz uma análise das expressões do racismo institucional na saúde da população negra com doença falciforme a partir das primeiras ações em saúde pública no Brasil. Já Gnácio (2019), no mestrado em Saúde Coletiva, trazia o racismo institucional e a saúde mental como palavras-chave fazendo apontamentos sobre os desafios do enfrentamento desse fenômeno no cenário brasileiro em que pese existir a obrigatoriedade da PNSIPN. O trabalho também indicava a incipiência do estudo e as dificuldades de operacionalização da política, o que foi ao encontro das discussões posteriormente colocadas nesta pesquisa.

Sobre a categoria mulheres negras, foram encontrados estudos que investigavam o grupo em diferentes áreas. A exemplo da tese em Psicologia Social na qual Prestes (2018) que descreve estratégias de promoção da saúde para esse grupo com base na noção de interseccionalidade pelo prisma das relações raciais e de gênero, enquanto a tese de Damasceno (2018), em Psicologia Clínica, discute a invisibilidade do racismo na pesquisa, ensino e prática da psicologia junto as relações raciais e suas experiências de racismo como fonte de sofrimento mental. Já Martins (2019), no mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento, discorria sobre a prevalência de políticas públicas de saúde mental especificas para mulheres encarceradas, sobretudo mulheres negras, considerando também o racismo como projeto político e histórico constituinte da subjetividade e do adoecimento mental. E Oliveira (2014), por sua vez, narra no mestrado em Educação a trajetória de mulheres negras e intelectuais advindas da periferia de um município no interior do Brasil.

No mestrado em Artes, Aversa (2012) reflete sobre os alcances e limites da arte/educação e da saúde mental fazendo uso dos termos ainda no título, e propõe pensar os discursos e as práticas de profissionais e usuários nas atividades artísticas desenvolvidas em espaços terapêuticos. Essa análise foi importante para a pesquisa porque iria ao encontro da hipótese já levantada quanto às atividades artísticas que se valem de metodologias ancoradas no modelo estritamente terapêutico, sem contextualizar a arte e seu vínculo com o pertencimento social. Por outro prisma, Corrêa (2016), no mestrado em Educação em Ciências, evidencia os conceitos de arte/educação e saúde mental ao

compreender o papel do arte/educador/a no tratamento terapêutico para o uso de drogas, tratando especificamente de um estudo de caso individual. Esse trabalho contribuiu efetivamente para essa pesquisa ao ratificar o real potencial terapêutico da arte na saúde mental quando se reconhece o papel do educador como um agente capaz de promover a reabilitação social através da problematização da realidade pelo viés da arte.

Podemos concluir que os estudos pesquisados até aquele momento, apesar de escassos, trouxeram aproximações relevantes para pensar a produção acadêmica da pesquisa e a conjuntura atual em relação ao debate sobre as relações étnico-raciais no Brasil. Nesta síntese, os tensionamentos trazidos e não menos importantes forneceram caminhos para pensar contextos que vão além da educação e saúde porquanto expressam a necessidade de novas abordagens em pesquisa com especial foco na formação de professores.

De forma geral, as Bases de Dados pesquisadas apresentaram poucas contribuições sobre a temática de adoecimento mental para mulheres negras e racismo institucional, tampouco na relação específica com a arte/educação. Portanto, o cenário encontrado reforçava a análise apontada por Lopes e Werneck (2009) e Werneck (2016) sobre a carência de literatura com enfoque específico na saúde desse grupo, principalmente, em relação a saúde mental. O panorama apresentado nesta etapa da pesquisa foi importante para compreender as problematizações e discussões e o arcabouço teórico existente em torno do tema investigado e, ainda, ratifica sua emergência e relevância desde os campos teóricos analisados.

Na sequência, daremos ênfase às contribuições teóricas, epistemológicas e históricas que dialogam com o tema e, notoriamente, serviram de base para as produções acadêmicas encontradas e para aquelas que ainda se fazem na atualidade.

3.2. O racismo e a saúde: Captações históricas

Neste ponto, examinaremos duas dimensões que estão diretamente ligadas por uma conformação histórica desde o colonialismo: o racismo e a saúde. Quando resgatamos o período escravista, pródigo de iniquidades e mortes, sobretudo nos porões dos navios onde se amontoavam homens, mulheres e crianças em péssimas condições de higiene ou quando se mantiveram simbolicamente as senzalas atualizadas no pós-abolição quando relegadas/os à condição de marginalidade social é possível afirmar que os processos de adoecimento e morte estiveram historicamente atrelados a sujeitos negros e negras escravizados, junto à negação de sua humanidade.

De modo que a imposição desse flagelo promoveu infindáveis sequelas para os seus descendentes e fez com que algumas predisposições biológicas se tornassem específicas para essa população.

Ao traçarmos um paralelo histórico, verifica-se que não apenas o confinamento e as condições insalubres vividas naquele período, notadamente violentas, foram responsáveis por tal especificidade. A diáspora africana, enquanto uma experiência de sofrimento e servidão forçada (HALL, 2003; GILROY, 2001), também promoveu a fusão de negros/as vindos/as de diferentes regiões em África com características fenotípicas e culturais específicas. Segundo Paul Gilroy (2001), a diáspora africana na América empreendeu uma redefinição identitária, uma vez que diferentes grupos étnicos foram forçados a conviver no contexto de escravidão. Esse fenômeno também enfatiza "[...] uma ruptura absoluta nas histórias e experiencias do povo negro" (p. 24), sendo necessário que reinventassem práticas culturais e religiosas para construírem novas formas de viver. Somado a isso, a hibridização entre negros e brancos ocorrida no país tornou o espectro de saúde-doença dessa população ainda mais complexo.

Czeresnia; Maciel e Oviedo (2013) afirmam que os sentidos de saúde e da doença são configurados social, histórica e culturalmente, e não devem ser pensados de forma cristalizada, mas sim, processual ou dinâmica. Conforme Quijano (2010), a opressão e exploração econômica vivenciadas depois da escravidão na América Latina evidenciam a *colonialidade* dessas práticas como um processo ainda em curso, regido pelo controle da subjetividade, da cultura, e em especial da produção do conhecimento. Tal evidência, é denunciativa de um poder que redimensiona a relação entre racismo e saúde no Brasil porque as teorizações sobre assistência nessa área também estiveram fundamentadas em ideais eugenistas desde o início do século XX , mantendo-se fortemente balizadas na afirmação da degenerescência de pessoas negras.[26] Portanto, não é possível compreender as comorbidades em saúde da população negra separando-as da percepção histórico-social, política e ideológica.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a concepção de saúde é definida pelo "[...] estado de completo bem-estar físico, mental e social" e não apenas pela ausência de doenças (OMS apud AMARANTE, 2007). A partir dessa premissa, pode-se admitir que ainda não alcançamos esse estado de completude tendo em vista as profundas desigualdades sociais percebidas no cotidiano brasileiro. Logo, trazer o espectro da saúde para esse grupo requer compreender que os imobilismos causados pelo racismo estrutural e sistêmico no Brasil permanecem sendo atualizados. E consistem numa estratégia político-estatal que se exime da responsabilidade em atender uma universalidade de atendimento prevista por lei.

[26] Esse discurso marca a abertura da imigração europeia como estratégia para o processo de branqueamento da sociedade e, também, fundamenta a medicina daquele período.

Para o Sistema Único de Saúde (SUS), criado pela Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 no âmbito da Constituição de 1988, a universalidade compõe um dos três princípios estabelecidos no Art. 196 da Constituição e prevê o acesso universal às ações e serviços de saúde possibilitando o atendimento de qualquer pessoa em âmbito nacional. Além da Universalidade, há também o princípio da Integralidade como disponibilização de recursos e métodos diversificados e, ainda, o princípio da Equidade como adoção de execuções para cada população ou grupo a partir de suas demandas específicas (BRASIL, 2005).

Todavia, uma equidade que se confunde com uma saúde universalista pode, superficialmente, apontar para uma falsa ideia de igualdade. Por conseguinte, um projeto de universalidade de direitos em saúde que ignora as pluralidades, as especificidades e a diversidade de cada grupo populacional ignora também que tal complexidade precisa ser racializada.

Para Lopes (2005b), os aspectos econômicos, políticos e culturais influenciam diretamente na maneira como são previstas as políticas de assistência em saúde, especialmente quando verificada a ausência de ações do Estado no enfrentamento ao racismo estrutural. Fato que irá negligenciar o cenário no qual "[...] indígenas, negros e brancos ocupam lugares desiguais nas redes sociais e trazem consigo experiências também desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer" (p. 18). Deste modo, a premência em racializar as informações em saúde precisam atender aos princípios acima mencionados, mas também poderá determinar como serão distribuídos os recursos financeiros por cada esfera de governo (municipal, estadual e federal), quais políticas devem ser adotadas e quais características regionais precisam ser observadas.

Nesta perspectiva, os chamados Determinantes Sociais em Saúde (CZERESNIA*;* MACIEL, OVIEDO, 2013), também ajudam a estabelecer relações entre saúde pública e condições de vida ao abrirem discussões sobre as causas estruturais, sociopolíticas que interferem nos condicionantes de saúde e doença de diversos grupos. Valendo-se ainda de estudos epidemiológicos, estatísticos e sistemáticos para promover atuações políticas que interfiram positivamente nos agravos encontrados.

De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2017), no que corresponde à morbidade por doenças de caráter étnico que mais afetam a população negra estão a anemia falciforme, a deficiência de 6-glicose-fosfato-desidrogenase, a diabetes mellitus (tipo II), a hipertensão arterial e a doença hipertensiva específica da gravidez. Quando cruzadas com características socioeconômicas, essas doenças revelam condições de vulnerabilidade a que essa população está frequentemente exposta como: hepatite A, HIV/aids, mortalidade infantil e problemas decorrentes de gravidez, parto e puerpério e violência causada por lesões corporais ou vítimas de homicídio. Os indicadores também demonstram essa exposição aos riscos de depressão, tabagismo e outros agravos relacionados (BRASIL, 2017).

Neste cenário, dados apontam ainda que 70% dos cidadãos brasileiros que dependem exclusivamente do SUS são negros (pretos e pardos).

Apesar disso, observa-se que esse grupo encontra mais obstáculos no acesso aos serviços de saúde pela incapacidade médica de diagnosticar as doenças, dificuldades de acessibilidade a diagnósticos e terapias (BRASIL, 2005) ainda que sabidos condicionantes históricos quanto às especificidades dessa população e a prevalência de agravos em saúde. Por conseguinte, a precarização da saúde tanto para essa população negra comprova a ineficiência de políticas públicas que efetivamente cumpram com soluções para os condicionantes estabelecidos. Além da forma negligenciada como são atendidos ou diante da impossibilidade de terem suas especificidades em saúde compreendidas pelos profissionais, outro fenômeno se apresenta como impossibilidade de um compromisso efetivo com a equidade em saúde: o racismo institucional.

Atualmente, a concepção de racismo como uma forma estrutural, institucional ou sistêmica tem produzido digressivas acepções semânticas, dado que sua dimensão conceitual transita por literaturas de diferentes áreas do conhecimento. Contudo, já afirmamos aqui que o racismo é um processo histórico e político incrustrado na estrutura das relações em sociedade, logo, sistêmico. Compreendemos, assim, que as diferentes concepções trazidas sobre o racismo ajudam a problematizar não apenas os conceitos, mas também a questionar como será organizado o seu enfrentamento.

Desse ponto de vista, Silvio Almeida (2018) afirma que o racismo é sempre sistêmico porque estrutural. Sendo manifestado em práticas conscientes ou inconscientes reforçadas por uma reconhecida ideologia que culmina em desvantagem ou privilégio para certos grupos raciais (ALMEIDA, 2018) porquanto advém de um processo histórico desde a escravidão. Ao depender do contexto, ele irá assumir arranjos institucionais diversos como no caso da violência policial.

Podemos encontrar aproximações entre a definição trazida por Hamilton e Kwame (1967) e Jurema Werneck (2016), quando ambos denominam o racismo institucional como sistêmico porque corresponde exatamente a formas organizativas, políticas e práticas que resultam em tratamentos e resultados desiguais (WERNECK, 2016). Ou seja, quando "[...] uma organização coletiva falha em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica" (HAMILTON; KWAME, 1967, p. 4) reforça uma estrutura que não se move a não ser pela transformação das relações de dominação e exploração econômicas. De tal modo, mantendo-se inalterada.

Sob outra perspectiva, Joel Rufino dos Santos (1995) e Helio Santos (2001) consideram que ao tomar o racismo apenas como estrutural, reforça-se a ideia de que há pouco a se fazer para modificá-lo

e, neste sentido, o racismo permanece "inercial". Em vista disso, ao designar o racismo como sistêmico, para além do estrutural e institucional, atende-se a percepção de que ele perpassa toda a sociedade e segue resoluto porque se retroalimenta de visões deturpadas, redesenhando assim os mecanismos de funcionamento da sociedade.

Importante salientar que o racismo institucional como um arranjo de práticas e discursos discriminatórios difere daquele praticado nas relações entre pessoas, justamente porque o interpessoal ou individual se expressa no preconceito racial a partir de uma visão estereotipada (LÓPEZ, 2012; WERNECK, 2016; ALMEIDA, 2018). De qualquer forma, no escopo das interpretações trazidas por esses autores, entendemos que o racismo institucional ou sistêmico guarda relação com as formas estatais coloniais que historicamente operavam para a manutenção das técnicas de regulação e violência (MBEMBE, 2018).

Por conseguinte, quando os trabalhadores/as da saúde incorporam essas visões, acabam por discriminar e, assim, permitem que essa população não seja atendida com respeito às suas demandas e especificidades determinadas pela desigualdade racial e, principalmente, pelo racismo institucional que vem a ser "[...] um mecanismo performativo ou produtivo, capaz de gerar e legitimar condutas excludentes" (WERNECK, 2016, p. 542).

Para Werneck (2016), as barreiras estruturais desenhadas pelo racismo estão incorporadas nos processos de trabalho, protocolos, operações e políticas dos serviços de saúde porque fundadas numa dimensão ideológica que conforma as relações de poder na sociedade e, uma vez consolidada, a ideologia do racismo permanece por naturalizar as iniquidades produzidas. Como fenômeno ideológico, o racismo também vai se traduzir em políticas e arranjos sociais que impõem vulnerabilidades aos grupos mais oprimidos (LOPES, 2005a).

Como tecnologia de poder sobre os corpos, o racismo atende a diversas tecnologias como: a projeção da vida, a disciplina e o currículo, a gestão da saúde, da higiene e da alimentação, a sexualidade, a natalidade, os costumes, entre outras. Nesse escopo, a regulação por meio do racismo institucional também se configura como poder das hierarquias raciais porque mantém doutrinados os corpos, exercendo o controle sobre eles.

Achille Mbembe (2018), ao descrever os horrores perpetrados pelo Estado, analisa o conceito de biopoder em Michel Foucault (2018) como disciplina dos corpos por meio de discursos da verdade (científico, moral, político). E, ao reelaborar o pensamento desse autor insiste que qualquer relato sobre o horror moderno precisa assentar-se sobre a escravidão porque essa deve ser considerada a primeira forma de experimentação biopolítica. Nessa lógica, vai cunhar o conceito de *necropolítica* sobre os corpos

negros, enquanto uma "formação específica do terror" (MBEMBE, 2018, p. 43) a exemplo do que foi também o Estado colonial.

O racismo institucional, sob o ponto de vista de Mbembe, administraria várias tecnologias sobre a população negra e quilombola onde se criam barreiras de acesso aos equipamentos públicos pela exclusão socioeconômica, na criminalização de territórios periféricos e no encarceramento em massa (DAVIS, 2016; BORGES, 2019), apenas para citar algumas. A perícia em promover a expansão dos espaços de violência institucionais, sejam elas simbólicas ou físicas, traz como resultado a criminalização dos corpos negros e as desvantagens em relação aos direitos mais básicos. Conferindo à aparelhagem estatal o amplo direito de exercer a necropolítica ou política de morte.

Conforme o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022), o perfil das vítimas de violência urbana no Brasil demonstra a prevalência de homens, adolescentes e jovens pretos e pardos, sobretudo, os que vivem em zonas periféricas. O Anuário de Segurança Pública (2022) acrescenta que mesmo com o monitoramento das ações policiais, a letalidade continua atingindo brancos e negros de forma discrepante porque "[...] enquanto a taxa de mortalidade entre vítimas brancas retraiu 30,9% em 2021, a taxa de vítimas negras cresceu em 5,8%" (FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022, p. 83).[27] O estudo corrobora a prática de repressão e violência policial como um aspecto apresentado pelo racismo institucional.

Além disso, outros aspectos exemplificam como esse tipo de racismo impacta em diferentes instâncias para a população mais pobre e, portanto, majoritariamente negra (IBGE, 2018). Tal impacto pode ser percebido no acesso, por exemplo, a serviços públicos de saúde como hospitais ou clínicas especializadas, que, em muitos casos, encontram-se nas áreas centrais das cidades, distantes das periferias, compondo um processo de segregação urbana (SANTOS, 2000) no qual o espaço geográfico revela as contradições sociais e econômicas naturalizadas no cotidiano.

Para Milton Santos (2000), o espaço geográfico ou paisagem social atende a uma lógica de centralização dos equipamentos institucionais, na qual a realidade socioespacial das populações mais pobres contrasta periferia-centro-periferia quando pensado o acesso aos equipamentos ditos públicos. Por isso, o deslocamento atende aos aspectos da formação sócio-histórica que constitui as cidades, precisamente, quando cristalizados os interesses em manter marginalizados os grupos não hegemônicos. As convicções escravocratas arraigadas, mantêm os estereótipos, que não ficam no limite do simbólico, incidindo sobre os demais aspectos das relações sociais e, também, na urbanização das cidades (SANTOS, 2000).

[27]Disponível em: 05-anuario-2022-letalidade-policial-cai-mas-mortalidade-de-negros-se-acentua-em-2021.pdf(forumseguranca.org.br). Acesso em 05 nov. 2022.

Em 2020, no auge da pandemia Covid-19, o debate sobre o racismo estrutural produziu diferentes dados sobre saúde da população no Brasil, demonstrando o aumento dos índices de violência e desigualdade, em especial das camadas mais vulneráveis e grupos historicamente oprimidos. Segundo a Fiocruz,[28] o Conselho Nacional de Saúde (CNS) alertou sobre a necessidade de especial proteção, no atual momento pandêmico, a grupos em situação de extrema pobreza ou em risco, como as pessoas em situação de rua, com sofrimento ou transtorno mental, com deficiência, vivendo com HIV/Aids, LGBTs, população indígena, negra e ribeirinha e trabalhadores do mercado informal, como catadores de lixo, artesãos, camelôs e prostitutas (FIOCRUZ, 2020). Com efeito, quando verificamos os agravos a partir das estatísticas de vulnerabilidade social pelas condições precárias de vida, desemprego, alimentação e moradia, abissais entre negros/as e brancos/as, percebemos que os lugares de opressão e violência não se encontram apenas no espaço doméstico ou familiar, mas também atinge a população de rua, notadamente aumentada nesse período.

Dentro dessa realidade, para mulheres negras a lógica instalada pelo racismo em relação ao acesso a bens e serviços tem efeito imediato nas condições de tratamento em saúde. Conforme o Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS, 2022),[29] as taxas de mortalidade materna e cuidados pré-natais no Brasil, garantidos no acesso a Atenção Primária, mostram que os índices pioraram de forma mais acentuada para mulheres negras durante a pandemia. No ano de 2020, o Rio Grande do Sul apresentou razão de 41,3 óbitos maternos por 100 mil nascimentos, considerada uma taxa média segundo parâmetros da OMS. A maior incidência da mortalidade foi observada entre as mulheres negras de 30 anos ou mais; Multíparas (3 ou + gestações) e com ao menos 9 anos de estudo. As principais causas base dos óbitos maternos foram: Pré-eclâmpsia (9,3%), Hemorragia pós parto (7,4%), outras doenças e afecções (7,4%) e COVID-19 (7,4%).

Os dados da Nota Técnica n. 27 (IEPS, 2022), de 2014 a 2019, constatam que apesar das melhorias incrementais na realização de pré-natais em todo o país nos últimos anos, tem-se disparidades acentuadas na realização do pré-natal entre mulheres negras e brancas:

> Há um diferencial racial no acesso a serviços de atenção à saúde materna. Enquanto 76,1% das mulheres brancas realizaram um número adequado de consultas pré-natais em 2014, apenas 59,8% das mulheres negras acessaram esses cuidados. (...) Em 2020, com a pandemia, a Razão de Mortalidade Materna (RMM) para mulheres negras saltou para 75,5, aumento de mais de 28% comparado a 2019; e para as brancas, para 65,5, aumento de mais de 32% sendo os desfechos para RMM também piores para mulheres negras em todo o período analisado (IEPS, 2022, p. 3-4).

[28] Disponível em: https://portal.fiocruz.br/noticia/desigualdade-social-e-economica-em-tempos-de-covid-19. Acesso em: 13 jul. 2020.

[29] Disponível em: BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (saude.rs.gov.br). Acesso em 10 fev. 2023.

Esses estudos confirmam que o acesso, prevenção e tratamento estão associados às condições socioeconômicas e demográficas, ou seja, atravessados pelas desigualdades raciais que perpassam a geografia dos espaços urbanos e periféricos desenhados pelo racismo.

No caso das taxas de mortalidade de intervenção policial em todo o país, em relação a mulheres e meninas negras vítimas de feminicídio, o estudo feito pelo FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA (2022) [30] aponta para a disparidade racial quando comparadas a mulheres brancas. No ano de 2021, 37,5% das vítimas de feminicídio eram brancas e 62% negras enquanto nas demais mortes violentas intencionais, 70,7% eram mulheres negras e apenas 28,6% eram brancas. Os dados indicam uma possível subnotificação enquanto vítimas de feminicídio, tendo em vista que esse número pode ser ainda maior para mulheres negras.

Ao levantar a hipótese de subnotificação, o estudo aponta para o racismo institucional quando sugere que autoridades policiais enquadram menos os homicídios de mulheres negras porque são incluídas na categoria de homicídio doloso e não de feminicídio, ainda que sejam mortas na condição de serem mulheres. O racismo institucional configura-se, neste caso, pela conduta omissa dos agentes públicos na escuta da denúncia e, também, quando a informação recebida é desqualificada pelo agente, prejudicando os dados coletados. Além disso, relega às mulheres negras um processo mental ainda mais doloroso quando, já sendo vítimas de ato criminoso, são mais uma vez violentadas pela prática de racismo institucional.

Chamamos a atenção para as estatísticas de violência porque estão diretamente ligadas aos condicionantes sociais e influenciam sobremaneira o panorama da segurança pública no Brasil. Contudo, a subnotificação não é um dado ligado apenas a esse panorama visto que repercute também para a saúde como uma tradução contraditória da realidade, promovendo entraves sociais e implicações éticas sobre o trabalho dos/as trabalhadores/as (BRASIL, 2005). Desse modo, a necessidade de desagregar os dados epidemiológicos segundo critérios raça/cor e gênero irá possibilitar "[...] mudanças na cultura institucional, visando a garantia dos princípios antirracistas e não discriminatórios" (BRASIL, 2017, p. 32).

Por esse motivo, a obrigatoriedade de preenchimento do quesito raça/cor nos documentos do SUS, cuja determinação já constava nos documentos do Estatuto da Igualdade Racial desde 2010, constitui um mecanismo de redução das disparidades de informação em saúde pelo qual padroniza a coleta a partir das cinco categorias classificadas pelo IBGE (2011): preta e parda, branca, amarela e indígena. Este instrumento foi mais uma vez reforçado pela publicação da Portaria nº 344, de 1º de

[30] Disponível em: 10-anuario-2022-feminicidios-caem-mas-outras-formas-de-violencia-contra-meninas-e-mulheres-crescem-em-2021.pdf (forumseguranca.org.br). Acesso em 05 nov. 2022.

fevereiro de 2017, quando o Ministério da Saúde determina que sejam tomadas providências quanto a melhoria da qualidade de informações segundo critérios raciais/étnicos "[...] considerando a necessidade de subsidiar o planejamento de políticas públicas que levem em conta as necessidades específicas destes grupos" (BRASIL, 2017, p. 38). Somente com a publicação dessa Portaria, estados e municípios passaram a processar e analisar de forma qualificada e permanente os dados desagregados por raça/cor. Conforme Theodoro (2014), essa medida foi aplicada principalmente pelo embate de Movimentos Sociais, que já vinham discutindo, junto às Ações Afirmativas, a necessidade de buscar mecanismos de validação da autodeclaração também para pesquisas estatísticas e serviços de saúde conveniados ou contratados pelo SUS.

Apesar disso, percebe-se que a autodeclaração como instrumento de enfrentamento ao racismo ainda não apresenta eficácia diante da conduta pessoal dos trabalhadores. Quando se constata, por exemplo, que colegas de trabalho optavam pela avaliação subjetiva no ato de preenchimento do quesito raça/cor com a justificativa de não provocar uma situação dita "constrangedora" para ambos, usuários/as e profissionais (DIÁRIO DE CAMPO, 2022). Essa narrativa endossa as "[...] condutas individuais e o preconceito de profissionais de saúde na produção de desigualdades, bem como a vigência do racismo institucional ao longo do sistema" (BRASIL, 2005, p. 371).

Com isso, enfatiza-se que a proporção de desigualdades sociais atualizada pela pandemia Covid-19 continua a atender aos mecanismos do racismo estrutural como processo histórico, junto às invisibilidades e violências impostas à população negra em diversas instâncias da sociedade. Por outro lado, a ação coletiva de pessoas negras aponta para uma contribuição também histórica no debate das relações étnico-raciais no Brasil e no combate ao racismo estrutural e institucional.

Proponho que façamos uma revisão dessa notoriedade.

3.3. Mulheres negras em movimento: Enfrentamentos históricos na saúde

A despeito da inábil administração política no Brasil no período de 2018-2022, na qual o Sistema Único de Saúde (SUS) esteve por diversas vezes ameaçado de privatização e desmonte, pode-se afirmar que esse sistema foi imprescindível para ações de vigilância sanitária, epidemiológica e no atendimento de toda a população durante a pandemia Covid-19.[31] Desde que foi criado, pela Constituição de 1988, o Sistema Único de Saúde (SUS) teve o Movimento Sanitarista, o Movimento

[31] O ano de 2022 representou mais um momento histórico para o Brasil, onde as eleições para presidente estiveram constantemente ameaçadas pela contestação das urnas eletrônicas, pela divulgação de *fake news* e pelo assédio a autoridades do TSE, STF e imprensa. Apesar deste cenário, no dia 30 de outubro, foi reeleito o candidato à presidência Luís Inácio Lula da Silva (PT) reacendendo a confiança de grande parte da população brasileira, afetada pelo discurso golpista adotado desde 2018.

Negro e outros segmentos sociais como das mulheres negras como grandes protagonistas dessa conquista histórica. Além disso, é preciso validar a importância desse sistema como ferramenta para impelir o Estado a atuar na promoção, prevenção e assistência em saúde de toda a população brasileira.

De acordo com Lopes e Werneck (2009), a cronologia das lutas contemporâneas de mulheres negras assinala o debate mais profundo em torno do estabelecimento de uma política nacional de saúde da população negra, indo ao encontro de movimentos sociais que marcaram o início da década de 1990, os quais impulsionaram as indagações "[...] sobre o direito à vida, os direitos sexuais e reprodutivos, considerando que o racismo e o sexismo imprimem marcas diferenciadas no exercício desses direitos" (LOPES; WERNECK, 2009, p. 10). As autoras reforçam que, não obstante, persiste a tentativa de destituir a importante contribuição de mulheres negras para os debates, simplificando a sua contribuição intelectual, sem observar que a luta contra o racismo e o sexismo não está separada da ação política (BAIRROS, 1995; CARNEIRO, 2011). Ou seja, as discussões, lutas e resistências sociopolíticas no Brasil se compõem efetivamente pela constante participação de mulheres negras (BATISTA; WERNECK; LOPES 2012; WERNECK, 2009).

Para Gomes (2017), o Movimento de Mulheres Negras no Brasil merece destaque no que se refere aos saberes políticos a partir de suas experiências sociais teóricas e práticas, e apesar da tentativa de reedição do colonialismo e do capitalismo que insistem em invisibilizar suas contribuições teóricas, seu protagonismo e saberes dizem respeito "[...] à estética como forma de sentir o mundo, como corporeidade, como forma de viver o corpo no mundo" (p. 79).

Werneck (2009) afirma ainda que a participação efetiva dessas mulheres vem de longo tempo e marca a luta sobre direitos à saúde, educação e espaços de representação política. No qual, o movimento de mulheres negras a partir da década de 1980 representou uma postura ativista fundamental para a implantação de políticas na educação e saúde que ajudou a promover o desenvolvimento de políticas de saúde não universalistas (CALDWELL, 2014) que vem a ser de extrema relevância para pensar as especificidades em saúde da população negra chamando atenção, por meio de números alarmantes, para os problemas sociais que mais a impactam e que permanecem atualizadas pelo racismo. Sobretudo as experiências em saúde são ainda mais intrincadas porque interseccionadas por diversas opressões sofridas. Quando pensadas a partir de relações sociais mediadas pelo capitalismo, raça, gênero, classe e os aspectos geracionais são determinantes para pensar um modelo de desenvolvimento econômico que se esforça para essencializá-las (COLLINS, 2016; hooks, 2019) porque assim garante que sejam mantidas as estratégias de regulação biopolítica sobre esses corpos.

As categorias de classe e gênero são imprescindíveis para definir como as políticas públicas devem ser pensadas e elaboradas, tendo em vista a interseccionalidade (CRENSHAW, 2002, AKOTIRENE, 2019) das múltiplas opressões vividas por mulheres negras desde a escravidão. Porquanto "[...] são mulheres de cor, lésbicas, terceiro-mundistas, interceptadas pelos trânsitos das diferenciações" (AKOTIRENE, 2019, p. 30).

Stuart hall (2003), argumenta que os pilares sustentados no sistema estão em vigência no pós-colonialismo representado pelo capitalismo global, mantendo as relações históricas, materiais e ideológico-culturais atinentes ao racismo como um mito fundador de uma sociedade criada a partir de violações. Esses pilares tem ainda o machismo (GONZALES, 2020; RATTS, 2006) e o classismo (DAVIS, 2016; GONZALES, 2020) como marcadores sociais propulsores de uma dinâmica de relações que oprime mulheres de diferentes contextos socioculturais pelo mundo.

Contudo, particularmente no que se refere aos estigmas de raça, mulheres negras estão ainda mantidas na base da pirâmide de opressões sociais, pois esse grupo é também marcado pela discriminação de gênero e classe. Sendo o patriarcado e o capitalismo sistemas baseados na supremacia masculina, na opressão econômica tão eficaz quanto o racismo. Já que, mesmo com as mudanças sociais conquistadas por mulheres ao longo da história, tem permitido o sequestro das subjetividades a partir da imposição de valores morais, estéticos e do machismo pela violência material e simbólica incrustrada nesses sistemas.

Apesar disso, Lugones (2014) e Akotirene (2019) ressaltam que mesmo encontrando-se subscritas ao racismo patriarcal, ao sexismo e, também ao paradigma teórico de um feminismo branco. A postura metodológica de mulheres negras advém dos arranjos ancestrais, epistemológicos e insurgentes, os quais as tornaram pioneiras nas lutas históricas contra o colonialismo, o imperialismo e o monopólio epistêmico ocidental.

Nesta perspectiva, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) (BRASIL, 2017) como fruto de diversos trabalhos de reivindicação, inclusive desse grupo, desde os anos 1970, está articulada com diversas atividades que promoveram transformações socioculturais, políticas e econômicas de grande relevância para o cenário de saúde atual. Dentre as quais destacamos:

- ✓ A luta por saúde na agenda nacional da década de 1970;
- ✓ A intensificação das organizações de mulheres negras pelo pioneirismo do feminismo negro na saúde na década de 1980, que coloca a saúde como uma das suas pautas principais pelo direito sexual e reprodutivo;
- ✓ Atuação marcante do Movimento Social Negro e de mulheres negras na VIII Conferência Nacional de Saúde em 1986, marco histórico da luta em defesa da saúde

como direito humano fundamental, e a Conferência Nacional de Saúde e Direitos da Mulher, realizada em outubro de 1988 (LOPES, 2005a);

- ✓ Marcha Nacional Zumbi dos Palmares, pela Cidadania e pela Vida, em 1995, que levou a Brasília milhares de ativistas de todas as regiões do País, provocando a criação do Grupo de Trabalho Interinstitucional para a Valorização da População Negra (WERNECK, 2016);
- ✓ III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata em Durban na África do Sul, 2001, na qual o Brasil tornou-se signatário do pacto;
- ✓ A criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003;[32]
- ✓ Comitê Técnico de Saúde da População Negra (CTSPN) pela Portaria nº 1.678/2004 para assessoras as políticas e programas do Ministério da Saúde;
- ✓ A criação de uma vaga para o Movimento Negro no Conselho Nacional de Saúde (CNS), em 2005, após 68 anos de existência desse conselho. A representação negra no CNS favoreceu a realização de ações para instituição da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), aprovada pelo CNS em novembro de 2006.
- ✓ O Estatuto da Igualdade Racial, Lei Federal nº 12.288/10 e políticas de ações afirmativas na educação e saúde.

Em relação à institucionalização da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), foi somente em 2009 que ela atingiu o status de publicação por meio da portaria GM/MS nº 992 de 13 de maio, em consonância com o Pacto pela Saúde e a Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS (ParticipaSUS). A PNSIPN organiza-se em diretrizes, objetivos e estratégias de gestão definindo suas respectivas responsabilidades, devendo também ser apresentada no Plano Operativo de estados e municípios e reafirmar as responsabilidades de cada esfera de gestão do governo (BRASIL, 2017).

Entretanto, ao considerar o cumprimento da implantação da referida política, de acordo com dados apresentados no Plano Municipal de Saúde em Pelotas/RS - PMS (2022-2025)[33] e, após doze

[32] Durante o governo Bolsonaro (2019-2022), foram adotadas uma série de medidas que desarticularam secretarias e políticas afirmativas de combate ao racismo, a exemplo da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial que foi extinta nesse período. A Seppir é um dos ministérios que foram reativados pelo presidente Lula, após assumir a presidência do país em janeiro de 2023, tendo como ministra a jornalista Anielle Franco que é irmã de Marielle Franco, mulher negra e "cria" da favela da Maré eleita vereadora do Rio de Janeiro, assassinada em 14 de março de 2018 em um dos crimes políticos de maior repercussão na história recente do Brasil.

anos de instituição, verificou-se que a PNSIPN ainda não foi implementada.[34] Apesar de ter instituído área técnica chamada Rede das Equidades junto à secretaria de saúde, Pelotas não executou a política de forma efetiva porque ainda não garante todas as reponsabilidades da esfera de gestão municipal (BRASIL, 2017). Além disso, o PMS construído com participação comunidade não exibe recortes de raça, gênero e faixa etária. Com vistas apenas a elaboração de relatórios de aplicação relativos à promoção da equidade em saúde, sem apontar sequer o termo racismo institucional.

No tocante às ações realizadas, o texto informa que:

> Até o presente momento (novembro/2021), as prioridades da Rede das Equidades são: formalizar o credenciamento do ambulatório "T" junto ao MS, que ficará responsável pelo acesso ao tratamento hormonal para a população transexual do município que apresentar esta demanda (processo já em andamento) e ampliar as ações em saúde para a população LGBTQIA+; construir em colaboração com a SAS o Plano Municipal de Atenção à Pessoa em Situação de Rua; qualificar as ações em saúde para a população negra; manter a porta de entrada estabelecida no PRP; e **elaborar o plano de ação de promoção da equidade em saúde, conforme Portaria SES nº 635/2021, que viabiliza atividades de educação permanente com foco no enfrentamento ao racismo, preconceito e discriminação**. A equipe técnica é composta por uma assistente social coordenadora e duas psicólogas (grifo nosso).

É neste enxuto texto sobre ações voltadas a certos grupos que encontramos a saúde pública de Pelotas, onde há apenas menção genérica de enfrentamento ao racismo no escopo do Plano Municipal de Saúde e, por isso mesmo, desvelou a inação política e administrativa da gestão, executivo e legislativo, em responder aos aspectos dinamizadores da desigualdade racial historicamente apresentada nesta cidade. Isto posto, compreendemos a necessidade em produzir um debate que não se separa de outros contextos em saúde, mas que apresenta a urgência em refletir sobre a temática também no âmbito da saúde mental.[35] Em especial, nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) porque compõem um dos dispositivos mais importantes para a superação do modelo biomédico e manicomial.

A seguir, iremos examinar alguns processos políticos e sociais de fundamental importância para a valorização dessa reflexão porque instados pela urgência em debater o racismo e a saúde mental para além da atualidade pandêmica.

---

[33] Disponível em plano_municipal_saude.pdf. Acesso em 01 ago. 2022.

[34] A implementação da política pública refere-se a sua efetiva execução, ou seja, na formação e capacitação permanente dos profissionais, além de ações em saúde e articulação com os movimentos sociais na tomada de decisões nas esferas: federal, estadual e municipal (BRASIL, 2005).

[35] Ao longo do processo de investigação iniciado em 2019, junto ao Doutorado em Educação, foram acompanhadas todas as ações desenvolvidas pela secretaria de saúde do município e setor de saúde mental que pudessem aventar o debate sobre o racismo institucional.

3.4 Saúde Mental e as questões raciais

Sobre as características institucionais do manicômio, desde o princípio estiveram dedicadas a confinar e expurgar da sociedade indivíduos que não se adequavam ao conjunto de regras impostas pela sociedade, criando-se um espaço de arbitrariedade e violência contra os que lá se encontravam. Conforme Foucault (2017) e Goffmann (2003), as chamadas instituições totais sempre estiveram sob a égide do isolamento, vigilância e disciplina, com vistas à ressocialização, porém, além de promover o confinamento de pessoas, mostraram-se capazes de submetê-las a todo tipo de violência, maus tratos, excessiva medicalização e privação da liberdade. O papel do internamento fez expandir a verdade da loucura, de seu discurso figurado na repressão daqueles "[...] denominados, sem distinção semântica precisa, insanos, espíritos alienados, ou desordenados, extravagantes" (FOUCAULT, 2017, p. 144), logo, que não interessavam ao progresso da cidade burguesa.

Tal como foi instaurado no século XIX, o manicômio, como um poder político, soube operacionalizar junto ao racismo estrutural as técnicas que detiveram não apenas mulheres e homens desviantes da sociedade, mas reforçou o preconceito sobre indivíduos marcadamente estigmatizados, como a população negra, herdeira de outras tantas formas de opressão e violência, desde a escravidão.

A concepção manicomial, fortemente marcada pela dimensão da loucura como objeto da medicina no século XIX, foi sendo repensada a partir dos movimentos de antipsiquiatria na Itália, França e Estados Unidos, no final dos anos 1970. A reflexão sobre a superação de um modelo de exclusão social, hospitalocêntrico, também passava pela denúncia da exploração e violência permitida nesses espaços e dos custos elevados para os governos.

No Brasil, o debate se acentuou no início da década de 1990 em meio ao contexto de redemocratização e estimulou a participação da sociedade civil em eventos fundamentais para as mudanças propositivas com um processo de mudanças legislativas através de projetos de lei estaduais e municipais. Ainda como proposição de luta antimanicomial, tem-se a promoção da Carta de Bauru[36] redigida pelo Movimento de Trabalhadores de Saúde Mental (MTSM) num Congresso em 1987, a qual afirmava:

> O manicômio é a expressão de uma estrutura, presente nos diversos mecanismos de opressão desse tipo de sociedade. A opressão nas fábricas, nas instituições de adolescentes, nos cárceres, a discriminação contra negros, homossexuais, índios, mulheres. Lutar pelos direitos de cidadania dos doentes mentais significa incorporar-se à luta de todos os trabalhadores por seus direitos mínimos à saúde, justiça e melhores condições de vida (CARTA DE BAURU, 1987, grifo nosso).

[36] A Luta Antimanicomial, lembrada anualmente em 18 de maio, partiu da realização de um encontro com grupos favoráveis a políticas antimanicomiais no ano de 1987 na cidade de Bauru/SP. A escolha dessa cidade para ser sede do Congresso se deu porque naquela época havia naquela política municipal uma conjuntura progressista envolvida com a causa.

Esse documento significou um importante dispositivo, após o Golpe de 1964, o qual denunciava as repressões sofridas por pessoas que não se enquadravam no modelo social vigente. Entretanto, a Carta apresentava mais do que a busca pela superação do modelo hospitalocêntrico porque afirmava que essas repressões impactavam diretamente negros, homossexuais, indígenas e mulheres. A despeito disto, logo após anos de reflexões e debates que proporcionassem uma substituição ao modelo manicomial,[37] outro passo decisivo nessa direção foi dado com a promulgação da Lei nº 10.216, em 6 de abril de 2001, que, seguida de alterações no texto original, tornou-se a Política de Saúde Mental no Brasil ou, também, a chamada Lei da Reforma Psiquiátrica.

Segundo Amarante (2007), a Reforma Psiquiátrica Brasileira se refere a um processo político de transformação da assistência pública ofertada aos usuários com transtorno mental, por outro lado, a saúde mental e assistência psicossocial pretende diferentes estratégias de produção de saúde para que não se tornem espaços burocratizados e repetitivos numa Rede[38] "[...] entre sujeitos que escutam e cuidam – médicos, enfermeiros, psicólogos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, dentre muitos outros atores que são evidenciados neste processo social complexo" (p. 84). Como descrito por Amarante (2007), entre os dispositivos criados a partir das Portarias Ministeriais nº 189/91 e 224/92 encontram-se os hospitais-dia, as oficinas terapêuticas e os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), que mais tarde foram reestruturados em várias modalidades, conforme especificidades no atendimento e número de habitantes de cada município.[39]

Cabe lembrar, a visita de Franco Basaglia (1985) ao Brasil no final da década de 1970 é considerada um marco na história da reforma brasileira no que diz respeito aos conceitos e saberes que emergiram a partir do movimento de luta antimanicomial, e pelo debate sobre as práticas manicomiais e psiquiátricas ainda existentes sobretudo a partir da lógica de poder no interior dessas relações. Apesar disso, o processo de luta antimanicomial no país foi também marcado pela supressão das dimensões políticas, sociais e subjetivas do racismo em seu escopo teórico, no qual as questões raciais passaram longe da agenda política dessas visitas.[40]

---

[37] Apesar dos avanços, Pelotas mantém há 75 anos o Hospital Espírita, modelo de internação manicomial, como referência de tratamento psiquiátrico também para outras regiões da zona sul do estado.

[38] A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) foi instituída por meio da Portaria nº 3.088 de 23 de dezembro de 2011 sendo composta por Unidades Básicas de Saúde, Consultório na Rua, os CAPS, UPA, SAMU, entre outros serviços integrados.

[39] No Brasil, tem-se diversas modalidades de CAPS que funcionam durante cinco dias da semana (segunda à sexta-feira), com horário de funcionamento nos finais de semana, a depender do tipo de Centro. São eles, CAPS I (população entre 20.000 e 70.000 habitantes); CAPS II (população entre 70.000 e 200.000 habitantes); CAPS III (população acima de 200.000 habitantes, atendimento 24 horas); CAPSi (atendimento de crianças e adolescentes); CAPSad atendimento de dependência química (superior a 100.000 habitantes - álcool e drogas, funcionando até as 21 horas). Em Pelotas, atualmente, tem-se em funcionamento 6 CAPS II, 1 CAPSi e 1 CAPSad III.

[40] Apesar da invisibilidade racial na construção da Reforma Psiquiátrica no Brasil, ressaltamos que no século XIX, o trabalho do psiquiatra negro baiano Juliano Moreira (1872-1933) entrou para a história da medicina ao promover seus estudos em pleno período da escravidão.

No artigo intitulado *"Holocausto ou Navio Negreiro?": inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira*, Rachel Gouveia Passos (2018) assinala como o debate sobre raça, classe e gênero na construção da Reforma Psiquiátrica Brasileira e na Luta Antimanicomial "[...] faz parte de um problema que é estruturante e estrutural na sociedade" (PASSOS, 2018, p. 16). Para a autora, a atualização das práticas coloniais nos manicômios expressas pelo Estado a exemplo da violação dos direitos humanos, estaria mais atrelada ao colonialismo do que ao holocausto. A autora contrapôs ainda a ideia de Franco Basaglia quando o mesmo comparou o maior hospício do Brasil, a colônia de Barbacena em Minas Gerais, ao Holocausto Nazista.[41]

Nesta perspectiva, também não encontramos a perspectiva racial problematizada no renomado livro de Arbex (2013), *Holocausto Brasileiro.* Onde é possível perceber, para além das fotografias extraídas das experiências no hospício em Barbacena, que os sujeitos atendidos por aquele sistema desde o início do século XX eram, em grande parte, pessoas colocadas à margem da sociedade brasileira. Negros, indocumentados, mulheres e todo o tipo de figura "não aceita" estavam fadados ao esquecimento nos corredores do maior hospício do Brasil. A estimativa do Colônia era de que 70% dos atendidos não sofresse de doença mental. Tendo se tornado um depósito de gente socialmente indesejada:

> O Colônia tornou–se destino de desafetos, homossexuais, militantes políticos, mães solteiras, alcoolistas, mendigos, negros, pobres, pessoas sem documentos e todos os tipos de indesejados, inclusive os chamados insanos. A teoria eugenista, que sustentava a ideia de limpeza social, fortalecia o hospital e justificava seus abusos. Livrar a sociedade da escória, desfazendo-se dela, de preferência em local que a vista não pudesse alcançar (ARBEX, 2013, p. 25-26, grifo nosso).

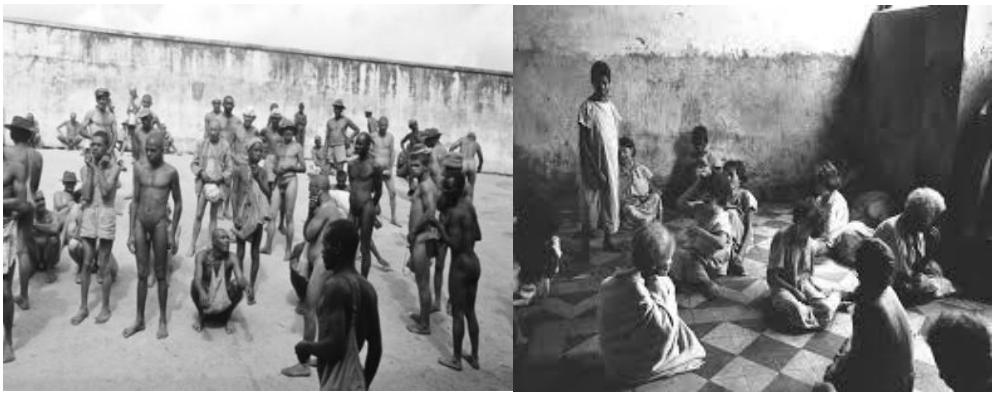


Figura 1 - Fotos extraídas do livro *Holocausto Brasileiro*. Onde são apresentadas, quase exclusivamente, pessoas negras no pátio do antigo hospício Colônia, em Barbacena (MG)

Também é possível identificar na literatura brasileira a denúncia que Lima Barreto faz em relação ao racismo, logo após a Abolição da Escravatura. O autor, vítima do alcoolismo e internado

[41] Segundo a autora, tal comparação foi feita pelo psiquiatra italiano quando visitava o Brasil.

diversas vezes no manicômio, no livro *O Cemitério dos Vivos* mostra como esse sistema era marcado pela presença predominante de corpos negros.

> Esse pátio é a coisa mais horrível que se pode imaginar. Devido à pigmentação negra de uma grande parte dos doentes aí recolhidos, a imagem que se fica dele, é que tudo é negro. O negro é a cor mais cortante, mais impressionante; e contemplando uma porção de corpos negros nus, faz ela que as outras se ofusquem no nosso pensamento (apud BOSI, 2017, p. 26, grifo nosso).

Retomando Passos (2018), a supressão da discussão racial na RPB também denota a subtração de autores como Frantz Fanon (2005) quando esse afirmava que "[...] a colonização, na sua essência, já se apresentava como uma grande provedora dos hospitais psiquiátricos" (p. 287). O autor adentrava aos aspectos sociológicos a partir de um sujeito que tem sua negritude e origem negadas, mas que não se deixava compreender apenas como colonizado e, ao refletir sobre tal dimensão subjetiva, também ousou superar os determinantes políticos e ideológicos engendrados na guerra anticolonial.

No entanto, quando observamos a experiência brasileira, não identificamos qualquer menção sobre a contribuição desse autor, embora ele tenho sido importante para o debate acadêmico nos idos de 1960.[42] Tendo trazido nessa primeira recepção conceitos importantes para pensar a realidade brasileira como *alienação* e *situação colonial* (FAUSTINO, 2015). Para Faustino (2015), o autor se tornou internacionalmente conhecido a partir de sua participação ativa nos movimentos anticoloniais e terceiro-mundistas, na qual "[...] sua voz sempre clamou por processos radicais de transição social" (p.137).

Não obstante, Faustino (2015) alerta que a retomada do pensamento de Frantz Fanon no Brasil tem produzido múltiplos fanonismos nos diferentes contextos sociais, políticos e teóricos em que é trabalhado. E apesar de sua grande contribuição para o debate racial, o interesse atual não pode desvincular-se dos aspectos oferecidos pelo autor a partir de sua própria experiência subjetiva como homem negro, com vistas ao entendimento dos reflexos da dominação colonial principalmente na esfera psicológica (FAUSTINO, 2015, p. 209). Porque a alienação do negro (FANON, 2008) é materializada quando se tem sua humanidade negada pela inferioridade, pelas condições de exploração e opressão e na internalização psíquica do ideal branco colonizador.

Neusa Santos Souza (2021)[43] e Frantz Fanon (2008), fundamentais para entender o impacto do racismo na subjetividade negra, reforçam o quão próximas estão as narrativas de vulnerabilidade social

[42] No Brasil, essa tendência foi também influenciada pelo Movimentos pelos Direitos Civis contra a segregação da comunidade negra nos EUA, entre os anos 1968 e 1970.

[43] Neusa Santos Sousa foi psiquiatra e psicanalista lacaniana, mulher negra, que inaugurou o debate analítico sobre o racismo no Brasil. Faleceu em 2008, vítima de suicídio.

e violência no entrecruzamento das múltiplas opressões vividas historicamente. Tendo em vista que a subjetividade de negros/as tem na sua dimensão primária a constituição intrassubjetiva de inferioridade trazida desde a colonização/escravidão.

Para Souza (2021), essa alienação determina um processo doloroso de alteração da subjetividade negra que aprisiona a própria consciência de si.

> Nascer com a pele preta e/ou outros caracteres do tipo negróide e compartilhar de uma mesma história de desenraizamento, escravidão e discriminação racial, não organiza, por si só, uma identidade negra. Ser negro é, além disto, tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência [...] assim, ser negro não é uma condição dada, a priori, é um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro. (Souza, 2021, p. 115).

À luz do pensamento desses autores, podemos afirmar que indivíduos negros, mulheres e homens, encontram-se na "zona do não-ser" porque são colocados numa condição de desumanidade, objetificação e extermínio. Por isso, buscam a todo o tempo maneiras de assumir o lugar do branco, seja porque assimilam a inferioridade ou porque desejam exprimir-se numa posição de poder. Mas essa condição nunca é fácil, porque o reconhecimento precisa ser validado. Sendo assim, numa relação assimétrica, imposta pelo racismo, sobram marcas psicológicas pelas quais se entende a alienação do negro não apenas como uma questão individual, e sim um fenômeno socialmente construído (PASSOS, 2017) que opera como importante mecanismo do capitalismo e do domínio das relações de desigualdade.

Desse exposto, Lagarde (2005) analisa historicamente que a associação entre mulheres e loucura é perpassada pela cultura patriarcal na sociedade, onde elas experimentam a dificuldade para integrar linguagens, tempos, espaços e diferentes papéis culturalmente antagonizados. Por isso mesmo, há um conjunto de expectativas estereotipadas de gênero a serem cumpridas e que estão na base da loucura do aprisionamento familiar e manicomial, no qual comportamentos e valores (feminilidade e maternidade, por exemplo) são vigiados por sujeitos sociais e instituições que legitimam essas relações. Neste sentido, mulheres que desobedecem a esse poder são colocadas como loucas na tentativa desesperada de serem ouvidas e, assim, a loucura culminaria como "[...] resultado da transgressão dessas condições de vida" (LAGARDE, 2005, p. 705). Desse modo, é também notório que a condição de ser mulher integra os processos socioculturais empreendidos em diversas sociedades e atribuídos estereótipos distintos para cada raça/etnia, entretanto, a sutileza das inúmeras opressões e violências a que mulheres negras estão submetidas faz com que a loucura se torne um dos estereótipos mais presentes, sendo, portanto, o grupo social mais aviltado por esse estigma.

Para Kilomba (2019), por se encontrarem na intersecção dessas múltiplas opressões e violências, mulheres negras vivenciam de forma mais contundente as marcas psicológicas do racismo porque estão ainda resumidas ao outro do *Outro*. Por conseguinte, essas mulheres estão fadadas à esfera do "não-ser", do diferente, do inferior, do desumano, uma condição existencial que é traumática.

> Que decepção, sermos forçados(as) a olhar para nós mesmos(as) como se estivéssemos no lugar deles(as). Que dor, estar preso(a) nesta ordem colonial. Esta deveria ser nossa preocupação. Não deveríamos nos preocupar com o sujeito branco no colonialismo, mas sim com o fato de o sujeito Negro sempre ser forçado a desenvolver uma relação consigo mesmo(a) através da presença alienante do outro branco [...] Sempre colocado como 'Outro', nunca como 'self' (KILOMBA, 2019, p. 175).

Em que pese a relevância das discussões e reflexões sobre saúde mental para mulheres negras trazidas até aqui, Werneck (2016) e Passos (2017) afirmam que no campo da saúde pública a escassez de literatura acerca de temas étnico-raciais é também componente do racismo alojado na sociedade brasileira. Tendo em vista a naturalização desse fenômeno no cotidiano, como impedimento a uma reflexão sobre os contextos de adoecimento associados ao racismo e ao preconceito, esse último como cristalização do pensamento enraizado naquele primeiro.

Neste sentido, autoras como Virgínia Bicudo (1910-2003), Beatriz Nascimento (1942-1995), Lélia González (1935-1994), Neusa Santos Sousa (1948-2008) e, atualmente, Cida Bento (2022), Maria Lúcia da Silva (2017) e Isildinha Baptista Nogueira (1998) produziram e ainda produzem um arcabouço teórico importante para pensar a dimensão estrutural do racismo e do sexismo.[44] Suas contribuições e ativismo político são essenciais para essa reflexão no campo da saúde, em especial para a Psicanálise e Psiquiatria Brasileira.

Do mesmo modo, assistimos a tantas *Estamiras,* mulheres negras em trajetórias de sobrevivência com suas histórias de vida levadas a público e, depois, negligenciadas até o fim de suas vidas. Uma dessas, Estamira Gomes de Sousa, catadora de lixo que sofria de transtornos mentais trabalhou por mais de 20 anos num aterro sanitário em Jardim Gramacho onde eram despejados os resíduos produzidos na cidade do Rio de Janeiro, apesar de ter protagonizado um documentário de

[44] Nos referimos ao livro de Maria Aparecida Silva Bento, *Pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022; ao livro organizado por Noemi Moritz Kon, Cristiane Curi Abud e Maria Lucia da Silva. *O racismo e o negro no Brasil: Questões para a psicanálise*. Editora: Perspectiva, São Paulo, 2017 e à tese de doutorado de Isildinha Baptista Nogueira, *"Significações do corpo negro",* Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade de São Paulo, 1998.

grande repercussão nacional, morreu aos 70 anos por consequência de uma septicemia, após grave infecção no braço e negligente atendimento prestado pelo hospital onde estava.[45]

Assim como Carolina Maria de Jesus, que serviu como exemplo de uma mulher negra que transformou sua experiência de luta diária e resiliência justamente porque abandonada pelo sistema. Em *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (JESUS, 2014) a autora relata o diário de sua vida como mulher negra, mãe solteira e moradora de uma das primeiras favelas de São Paulo, mostrando como buscava táticas de sobrevivência num cotidiano marcado pela miséria e pelo abandono das políticas de governo.

> Eu deixei o leito as 3 da manhã porque quando a gente perde o sono começa pensar nas misérias que nos rodeia. [...] Deixei o leito para escrever. Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. [...] é preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela. (JESUS, 2014, p. 58).

Para Conceição Evaristo (2016), a criação de outras maneiras de viver, de sobreviver através do afeto, da resistência e de uma *escrevivência* vem a ser um mecanismo emancipatório de produção da memória negra, porque "[...] enquanto um olho chora, o outro espia o tempo procurando a solução" (EVARISTO, 2016, p. 114). E essa forma de representar a própria realidade, através da escrita é também uma subversão da linguagem que tenta manter colonizadas as experiências dessas mulheres.

Contudo, quando que se discute a subalternidade da mulher negra na história brasileira, tão necessária ao debate racial, percebe-se a cooptação de suas lutas pela mercantilização e capitalismo midiático, uma estratégia para manter o status quo, pela subordinação de mulheres negras e seus direitos (GONZALES, 2020; RATTS, 2006).

O sofrimento psíquico gerado na experiência cotidiana de racismo, de discriminação e microagressões também é observado pela violência estatal e a dinâmica de guerra às drogas provocando um padrão de adoecimento (GONÇALVES; QUEIROZ; DELGADO, 2017), já que o grupo que mais sofre com o estigma é, sem dúvida, a juventude negra. Porém, as sequelas dessa violência fazem-se presentes também na vida das mães, avós e irmãs desses jovens, vítimas do genocídio e da perpetuação das práticas racismo. O luto de mulheres negras que tiveram seus filhos/as assassinados por agentes do Estado ou pela violência urbana as faz viver em permanente estado de alerta, medo ou hipervigilância (SILVEIRA, 2018).

---

[45] Estamira foi personagem-título de um premiado documentário brasileiro produzido em 2004 que retratou sua vida cotidiana em meio ao trabalho no lixão. Marcos Prado, diretor do documentário, lamentou o descaso que ela e Ernani, filho de Estamira, sofreram quando recorreram ao atendimento no hospital: "É triste saber que outras Estamiras vão morrer pelo mesmo descaso". Disponível em: G1 - Morre Estamira, personagem-título de premiado documentário brasileiro - notícias em Pop & Arte (globo.com). Acesso em 20 jun. 2020.

Segundo estudos recentes (ALZHEIMER´S ASSOCIATION, 2020),[46] por ser o grupo que mais frequentemente passa por experiências provocadas pelo racismo estrutural, mulheres negras têm maior incidência a sofrer distúrbios mentais. O estudo publicado em 2020 sobre as experiências de racismo e função cognitiva subjetiva em mulheres afro-americanas, com foco em pesquisas sobre o Alzheimer, apontou que a mulher negra, que frequentemente passa por situações provocadas pelo racismo estrutural, tem 2,75 vezes mais chances de sofrer distúrbios mentais do que mulheres que enfrentam pouca ou nenhuma situação de preconceito.

Conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS), o Brasil é o país com a maior prevalência de ansiedade no mundo e o número dois nas Américas quando o tema é depressão. O estudo confirma que o racismo também influencia esses rankings onde as situações de discriminação, sejam elas explícitas sejam sutis, produzem estresse e traumas que desencadeiam a longo prazo, transtornos psicológicos. Pesquisas nesse campo relatam que os negros apresentam maiores índices de estresse crônico e que a experiência do racismo não está associada apenas ao desenvolvimento de uma identidade racial negativa, mas intrinsicamente ligada as assimetrias raciais e as vulnerabilidades vividas no cotidiano. Portanto, se faz necessário não patologizar as reações de estresse e adoecimento tanto quanto não as interpretar como algo normal., ao contrário, é identificar o racismo como gerador de sofrimento psíquico (TAVARES; KURATANI, 2020) determinado também pelos condicionantes socioeconômicos e culturais.

Esses dados demonstram que as ações governamentais atuais se sobrepõem ao papel, da educação, da psicologia e de outros campos no enfrentamento ao racismo porque deveria ser, antes de tudo, uma postura de ação permanente do Estado. Por isso mesmo, a patologização e a medicalização da vida podem ser vistas como artifício de contenção dos sujeitos que não expressam a ineficiência do sistema em não atender esse e outros grupos nas suas demandas sociais.

Ao contrário do que preconizavam a RPB e a Carta de Bauru quanto ao tratamento mediante a ressocialização dos sujeitos, é possível verificar que a política atual do governo federal (2018-2022) assume a postura em manter dinâmicas manicomiais com pretensa exclusão dos sujeitos. percebe-se que os interesses políticos estão também vinculados ao capitalismo farmacêutico flexível aos interesses liberais "[...] haja vista que legitimam a perspectiva de hospitalização/institucionalização, bem como a centralidade do modelo biomédico" (PASSOS; MOREIRA, 2017, p. 344).

Entre 2019 e 2021, assistimos a uma revisitação do modelo isolacionista com a crescente ampliação dos Residenciais Terapêuticos (RT), dispositivos que não se voltam para o "tratamento" em saúde mental e sim para o isolamento e moradia de usuários comprometidos, em grande parte, pelo uso

[46] Disponível em: https://alz-journajournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/dad2.12067. Acesso em: 29 jul. 2020.

de drogas. Esses espaços ganharam a atenção do governo, segundo sua política de combate às drogas, que preferiu assumir um caráter de estigmatização e criminalização dos usuários do que se responsabilizar pelo enfrentamento ao tráfico.[47] Ao final de 2020, em pleno auge da pandemia, o governo federal, através do Ministério da saúde, propôs revogar mais de 90 portarias sobre saúde mental editadas entre 1991 e 2014, além de se articular para reduzir investimentos nos CAPS, aumentando a verba destinada a hospitais psiquiátricos. Diante disso, a sociedade civil e parte da comunidade médica recorreram à justiça para impedir esse desmonte.[48]

Neste contexto, os serviços substitutivos CAPS precisam enfrentar, além do desmonte das políticas públicas, também a ineficiência do governo federal na cogestão com estados e municípios. Os quais mantêm a debilidade dos equipamentos de saúde pela falta de médicos, no incompleto quadro profissional exigido, além da precariedade das condições de trabalho e atendimento aos usuários/as.[49] Portanto, é neste escopo de insuficiência do Estado que imperam os mecanismos do racismo institucional.

O que tem despontado como estudos e pesquisas nas áreas da educação e saúde, demonstra a emergência em debater as relações étnico-raciais também na saúde mental. A fim de descolonizar práticas e abandonar epistemologias centrais, ao promover o monitoramento das políticas públicas já mencionadas e, também, de produzir uma reflexão que coadune com Fanon (2008) ao tensionar uma tática revolucionária de pretensão radical humanista, pela qual "[...] só haverá uma autêntica desalienação na medida em que as coisas, no sentido o mais materialista, tenham tomado os seus devidos lugares" (p. 29).

Isto posto, o debate sobre o adoecimento mental de mulheres negras é de extrema importância para mobilizar atitudes em defesa das políticas direcionadas a esse grupo, mas também a toda a população negra. Aspirando a responsabilização das instituições e serviços de saúde acerca da vigência

---

[47] Desde o início do governo Bolsonaro, em 2019, viu-se uma avalanche de medidas a fim de desmantelar gradativamente as políticas públicas em saúde mental. Cogitou-se, ainda, a extinção dos CAPS AD, dedicados aos usuários de álcool e drogas, além de facilitar a compra de aparelhos de eletroconvulsoterapia (antigo eletrochoque). Após reação da sociedade civil e comunidade médica, o governo voltou atrás e suspendeu as medidas. Disponível em: Um 'não' à internação e ao eletrochoque: CNDH recomenda suspensão da Nova Política de Saúde Mental | CEE Fiocruz. Acesso em 25 mar. 2019.

[48] Em dezembro de 2020, foram realizadas diversas assembleias em âmbito nacional para criar o manifesto da Frente Ampliada em Defesa da Saúde Mental, Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial. Com a participação de usuárias e usuários do SUS, trabalhadoras e trabalhadores da saúde, ativistas de direitos humanos, LGBTs, indígenas e quilombolas, entre outros. O documento encontra-se disponível em: MANIFESTAÇÃO DE REPÚDIO À PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL | Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (fiocruz.br). Acesso em 28 dez. 2020.

[49] Algumas das precariedades observadas pela pesquisadora foram a falta de equipamentos de trabalho nas atividades práticas e administrativas. A falta de medicações psiquiátricas nas farmácias do município e do estado que afeta diretamente o tratamento dos/as usuários/as, além da sobrecarga de trabalho junto ao aumento da demanda, especialmente, durante a pandemia (DIÁRIO DE CAMPO, 2022).

do racismo, já que a conduta negligente admitida pelos gestores e profissionais tende a escamotear o racismo nesses espaços.

3.5. A pandemia e a tentativa de descarte da vida negra

Uma crise sanitária com precedentes, mas que teve a lancinante ganância e soberba humana a ignorar o que pudesse acontecer. Lapsos de memória histórica que assolam, principalmente, populações mais pobres e periféricas. A pandemia Covid-19 é também um cenário que compõe este trabalho de pesquisa, não apenas porque descortinou a desigualdade social e racial no Brasil, mas porque está moldando os processos de subjetivação no cotidiano da sociedade. Portanto, faz-se determinante apresentar quais grupos populacionais estão sendo diretamente atingidos.

Essa conjuntura expôs que o descarte da vida negra ainda é uma constante, atualizada pelo racismo na sociedade brasileira e, pode-se dizer, mundial. Sendo assim, ampliou-se o debate acerca do potencial transformador que alguns territórios negros alcançam em suas lutas, especialmente, como mulheres negras protagonizam essas lutas em diferentes aspectos.

Logo após disseminar o vírus, quando retornava de viagens internacionais, a classe média brasileira conseguiu em pouco tempo lidar com a informação recebida sobre o contágio e se preservou em seus espaços protegidos e bem arejados nas zonas mais nobres das grandes cidades. O contágio, então, acelerou entre as classes mais pobres e suscetíveis, sobretudo aqueles que vivem do trabalho informal ou ficaram desempregados nesse período. Falta de acesso à saúde de qualidade, vulnerabilidade de espaços em moradias que muitas vezes impossibilitam qualquer isolamento, falta de saneamento básico[50] são algumas das situações encontradas por grande parte da população brasileira.

Desse modo, a população negra tem sido a mais atingida, vulnerável às discrepâncias sociais, historicamente construídas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), a proporção de mortos pela Covid-19 no Brasil é de 10 brancos para 13 pretos ou pardos. No caso das internações pela doença, há um equilíbrio: negros representam 49,1% dos internados, enquanto brancos representam 49%. Mas, na análise das mortes, o descompasso aparece, pretos e pardos representam 57% dos mortos pela doença, enquanto brancos são 41% dos mortos.[51]

---

[50] O governo federal sancionou em julho de 2020 o novo Marco Legal do Saneamento Básico. Em plena pandemia, possibilitou a abertura para privatizações dos serviços prestados nessa área, ao extinguir o modelo atual de contrato entre municípios e empresas estaduais, aprofundando a segregação social no acesso à água e esgoto. Notoriamente, a livre taxação sobre os serviços básicos atinge maciçamente a população pobre e periférica, majoritariamente negra.

[51] Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/06/05/negros-morrem-40-mais-que-brancos-por-coronavirus-no-brasil. Acesso em 02 nov. 2020.

A esse grupo, não foi possível manter o isolamento social, visto que não são subsistentes. São, em verdade, reféns das piores condições de moradia, do desemprego, especialmente as mulheres negras, provedoras de várias famílias brasileiras. A instalação de um racismo estrutural exime a responsabilidade da branquitude (BENTO, 2022), que manteve o seu silêncio ensurdecedor.

Cabe destacar que um dos primeiros casos de Covid-19 no Brasil foi de uma mulher negra, empregada doméstica.[52] Cleonice Gonçalves, de 63 anos, não estava amparada pelos empregadores e, mesmo encontrando-se no grupo de risco, foi obrigada a cumprir a carga horária de trabalho, sem direito ao isolamento social. O episódio escancarou também as diferenças no acesso à saúde entre os brasileiros, as vulnerabilidades latentes, a violência doméstica e policial intensificadas e injustiças sociais de toda parte,[53] onde alguns setores de trabalho predominantemente ocupados por pessoas negras, mantinham as cidades limpas enquanto a mesma dormia (VERGÈS, 2020).

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2021) afirmam que no Brasil são as mulheres negras e pobres com baixa escolaridade que assumem o trabalho doméstico. Em geral, empregadas domésticas com carteira possuem rendimento similar e menor escolaridade do que as mulheres empregadas em outras ocupações sem carteira. Além disso, as mulheres negras compõem a maioria nessa ocupação, um grupo que já foi afetado de forma mais severa pela crise atual. No contexto da pandemia, a vulnerabilidade dessa situação pode ser uma dupla vulnerabilidade porque estão mais expostas à circulação do vírus e, ao mesmo tempo, não encontram apoio do Estado quanto à possibilidade de buscarem auxílio caso precisem se afastar do trabalho.

É importante notar que, "[...] as diferenças de saúde entre grupos raciais e étnicos geralmente são condições econômicas e sociais que são mais comuns entre algumas minorias raciais e étnicas do que entre os brancos" (SANTOS, 2020, p. 229). Logo, as disparidades apresentadas têm como preponderantes os fatores relacionados à desproporção no acesso à saúde, saneamento básico, desemprego e trabalho informal.

Esse desequilíbrio demonstra a configuração do racismo nos lugares mais impactados: a periferia, as favelas. Quem estaria mais suscetível senão a população negra, maior contingente instalado em lugares segregados socialmente? Locais onde a pobreza impera e todos se veem obrigados a

---

[52] Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/mulheres-em-isolamento-quando-a-propria-casa-e-o-espaco-inseguro/. Acesso em 12 abr. 2020.

[53] Uma das muitas tragédias apresentadas pela pandemia foi a morte do menino Miguel, deixado no elevador de um prédio de luxo pela patroa enquanto a mãe Mirtes, empregada doméstica, passeava com os cães daquela. O caso expõe o racismo e as relações abusivas entre patrões e empregados mesmo durante a pandemia. Disponível em: https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/03/policia-autua-por-homicidio-culposo-emp77regadora-da-mae-de-menino-que-morreu-ao-cair-do-9o-andar-no-recife.ghtml. Acesso em: 11 jul. 2020.

comprimir-se em espaços ínfimos, muitos de cômodo único, com diferentes arranjos familiares e intergeracionais?

Por outro lado, diante de uma resposta ineficiente do Estado, mulheres foram mais uma vez protagonistas em suas comunidades e em suas famílias. É fundamental que analisemos a combatividade de coletivos, movimentos e comunidades em ações realizadas nas periferias e favelas do País. Em grande parte, sob a liderança de mulheres negras, essas intervenções sociais buscam dar suporte às famílias atingidas pelo desemprego, pela fome e pelo descaso do governo em se comprometer com a situação apresentada.

A pandemia, por sua vez, tirou a dignidade da morte, do ritual, da cerimônia. Mas isso tende a ser mais uma dimensão do corpo negro: o violentado, o excluído, o desumanizado. A morte foi incorporada ao cotidiano como algo esperado, principalmente como descarte naturalizado de vidas negras. Do mesmo modo, a subnotificação ocorrida ante os casos confirmados de Covid-19, não fielmente reportados, expôs mais uma vez a negligência para com a saúde dessa população, maioria atendida pelo SUS.[54] Para Santos (2020), a necessária incorporação do quesito raça/cor na divulgação de casos confirmados se deu somente após "[...] posicionamentos do GT Racismo e Saúde, da Coalizão Negra e da Sociedade Brasileira de Médicos de Família e Comunidade" (p. 228).[55]

Outrossim, medidas sanitárias recomendadas, como o distanciamento social (World Health Organization - WHO, 2020), tiveram como preocupação principal o contágio e seu avanço, contudo, a população negra continuou vulnerável ao vírus, porque "representam a maioria dos trabalhadores informais, de serviço doméstico, comercial, da alimentação, transporte, armazenamento e correio, que se mantiveram ativos, mesmo durante a pandemia" (GOES; RAMOS; FERREIRA, 2020, p. 4). Sendo assim, tal condição coloca esse grupo em exposição constante aos riscos de contágio e impõe desvantagens no acesso aos equipamentos preventivos, como álcool gel e máscaras.

Pode-se afirmar ainda, que durante os primeiros meses de pandemia, a gestão do governo federal demonstrou total responsabilidade pela produção de desigualdade racial no Brasil. De acordo

---

[54] Uma das evidências do racismo institucional no cenário atual foi a necessidade de judicializar, através da defensoria pública, a verificação da análise de infectados por raça/cor. A liminar, depois de derrubada pelo congresso (ALMEIDA, 2020), divulgou resultados sobre o número de mortes pela Covid-19 em que se identificou uma subnotificação de 30% quanto ao grupo da população negra. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-15/populacao-negra-vai-a-justica-para-contar-seus-mortos-por-covid-19-e-expoe-leitura-deformada-da-pandemia.html. Acesso em: 24 mai. 2020.

[55] Apesar de não haver divulgação sobre dados específicos sobre o município de Pelotas, segundo informações do Sivep-Gripe (Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica da Gripe19) no estado do Rio Grande do Sul: "[...] a letalidade hospitalar por COVID- até 30/08/2020 para usuários de raça/cor branca no período foi de 32%, para pessoas de raça/cor preta de 38%, para pessoas de raça/cor parda de 37% e para pessoas de raça/cor indígena de 31%. Entretanto, é necessário ajustar tais proporções para o confundimento da idade, uma vez que a população de raça/cor branca possui maior média de idade enquanto as populações de raça/cor parda, preta e indígena apresentam menor média de idade". Disponível em: https://coronavirus.rs.gov.br/upload/arquivos/202009/05100004-nota-informativa-21-coers-preenchimento-raca-cor-escolaridade-e-ocupacao.pdf. Acesso em: 15 mar. 2021.

com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada,[56] nem mesmo a transferência de renda do Auxílio Emergencial foi suficiente para eliminar diferenciais de cor ou raça na vulnerabilidade à pobreza, já que, de modo geral, a pobreza permanece maior entre negros e negras. Embora sua importância econômica tenha sido observada, principalmente para mães solteiras (chefes de família monoparentais) e trabalhadores autônomos, em grande parte membros de famílias negras periféricas, verificou-se também a falta de acesso aos recursos tecnológicos, morosidade na aprovação e diversos tipos de fraudes. Sem contar a situação ainda mais precária de pessoas indocumentadas, moradores de rua, diaristas, prostitutas, populações transgêneros, quilombolas, ribeirinhos, pescadores e outros grupos que se encontram em extrema pobreza e permaneceram à margem da política adotada nesse contexto. Basta ver mulheres negras, quilombolas e indígenas constantemente atacados por manobras que buscam a desregulamentação de políticas já conquistadas,[57] que, furtivamente, são retiradas do rol de direitos desses grupos, sendo necessário buscar instâncias superiores para que o governo recue em suas determinações.[58]

O retrocesso atual em várias áreas corrobora a desconfiança, aliado à presença de um grupo político-partidário que, efetivamente, não se inclina a pautar as demandas sociais desses grupos, afinado com discursos conservadores e neoliberais. Além disso, o governo que permaneceu no período mais rigoroso da pandemia demonstrou o seu autoritarismo a partir da ameaça de privatização do SUS.

Um dos elementos da pesquisa trazidos aqui refere-se aos impactos do racismo no adoecimento mental ou sofrimento psíquico.[59] Deste modo, afirmo que o contexto de pandemia e o aumento expressivo de violência pelo Estado contra a população negra potencializaram aspectos já presentes, como ansiedade, depressão, o enlutamento e as dificuldades socioeconômicas. De acordo com Gonçalves, Queiroz e Delgado (2017), a exposição frequente à violência mostra efeitos psicológicos sobre a população, influencia no processo de saúde ou adoecimento, especialmente de grupos

---

[56] O Ipea ressalva ainda que os efeitos do Auxílio Emergencial são temporários e não focalizam os reais efeitos distributivos, tendo em vista não protegerem o enorme setor informal e em vulnerabilidade social no país, ou seja, a população negra. Disponível em: 218212_LV_Impactos_Cap21.pdf (ipea.gov.br). Acesso em: 12 dez. 2022.

[57] O governo Bolsonaro vetou uma série de medidas destinadas a realizar ações em prol da saúde de indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais durante a pandemia do novo coronavírus. O projeto, no teor da Lei nº 14.021/2020, aprovado pelo senado, obrigava o governo a fornecer água potável, cestas básicas e equipamentos hospitalares. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-07/bolsonaro-sanciona-lei-para-atendimento-indigenas-e-quilombolas. Acesso em: 30 ago. 2020.

[58] A ADPF Quilombola (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 742) foi proposta em 09 de setembro de 2020 pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), conjuntamente com os partidos políticos PSB, PSOL, PCdoB, REDE e PT. A CONAQ está acompanhando a logística de distribuição das cestas para inibir qualquer desvio de finalidade cujo objetivo é amenizar os impactos da pandemia de COVID-19 nos territórios quilombolas. Disponível em: ADPF 742: Após ação na justiça CONAQ garante cestas de alimentos para famílias quilombolas - CONAQ. Acesso em: 02 mar. 2021.

[59] O termo sofrimento psíquico e adoecimento mental aqui são trazidos como complementares, pois ambos se vinculam às condições objetivas e subjetivas que podem impactar na vida dos sujeitos.

periféricos. Nesse contexto, mulheres, jovens e crianças negras são mais prejudicados, pelos índices alarmantes de homicídio com agravos clínico-situacionais da violência urbana. Nesse sentido, podemos incluir as "[...] vulnerabilidades específicas dos portadores de transtornos mentais graves (esquizofrenia e outros quadros psicóticos), onde a exposição a confrontos e à rotina de ameaças agravam significativamente seus quadros clínicos" (GONÇALVES; QUEIROZ; DELGADO, 2017, p. 19).

Ademais, enquanto profissionais da saúde, mulheres negras representam a maioria das técnicas de enfermagem e agentes comunitárias de saúde expostas no combate ao coronavírus.[60] Mais uma vez, encontram-se atuando nas práticas de cuidado (PASSOS, 2017; VERGÈS, 2020), visivelmente marcadas pela dimensão racial e de gênero, enquanto fornecem meios de manter o confinamento da elite. Por essa razão, é preciso tonificar a questão racial porque ela passa intrinsecamente pela emergência do debate sobre a ordem socioeconômica e política,[61] pois o impacto diferenciado da Covid-19 evidenciou que as iniquidades em saúde foram devastadoras não apenas para a população negra (GOES; RAMOS; FERREIRA, 2020) mas também, para a população indígena, haja vista o que foi apresentado em relação a Terra Indígena Yanomami em janeiro de 2023. Porquanto descobriu-se que essa população havia sido abandonada em meio a violência do garimpo ilegal na Amazônia, por diversas doenças e pela fome extrema quando ali operava uma necropolítica de genocídio indígena perversamente mantido às barbas do governo. De acordo com o principal líder Yanomami Davi Kopenawa, as doenças e mortes causadas durante a pandemia são resultado de todo o tipo de violência agenciada pela exploração daquela Terra, mas também pelo descaso do governo nesse período que, apesar de todas as denúncias, continuou a incentivar a invasão desses territórios.[62]

Em 5 de maio de 2023, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) referente à COVID-19. A decisão foi tomada após a instituição receber recomendação do Comitê de Emergência encarregado de analisar periodicamente o cenário da doença. Dessa forma, os países passaram a adotar outras estratégias de manejo da doença e de outras infecções virais que possam estar associadas, além de novos acordos geopolíticos e econômicos internacionais. Contudo, o cenário causado pela pandemia ao longo dos

---

[60]Disponível em: https://mundonegro.inf.br/pesquisa-da-fgv-mostra-que-o-impacto-do-covid-19-em-profissionais-de-saude-negras-e-maior/. Acesso em: 14 jan. 2021.

[61] O debate sobre o racismo no país foi potencializado por uma série de ações nas redes sociais desde 2018 e, durante a pandemia, grande parte desse debate foi intensificado a partir dos casos de violência policial nos Estados Unidos, no Rio de Janeiro e em outras cidades no Brasil. Especialmente, pelo movimento mundial Vidas Negras Importam *(Black Lives Matter)* e pelo engajamento político de artistas, intelectuais e diversos setores da sociedade civil.

[62] Kopenawa denunciou a situação dos indígenas brasileiros, que estão morrendo vítimas de doenças como malária, diarreia, verminoses e por conta da grave desnutrição que atinge principalmente as crianças, A situação dos Yanomami se agravou nos últimos quatro anos, durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), devido ao incentivo à invasão de garimpeiros ao território indígena. Disponível em: "Yanomami Sob Ataque": a denúncia de Davi Kopenawa na ONU - Amazônia Real (amazoniareal.com.br). Acesso em: 07 fev. 2023.

últimos quatro anos não reduz o impacto social e econômico para os grupos minoritários que ainda se encontram em vulnerabilidade e, apesar das modificações político-partidárias apresentadas pós-eleições em 2022, constituem um desafio em permanecer na agenda política de todas as esferas de governo. Principalmente, porque a sociedade brasileira recentemente revisitou algumas ideologias impostas pelo racismo bem como pelos discursos classistas, machistas e colonialistas que caminham com ele.

E quando puder, nos interstícios da dor... transforme-a em aprendizado.[63]

[63] RODRIGUES, Viviane. Ensaios Poéticos, Diário de Campo, 2022.

4. Ateliê de *Escritação*: Das confecções metodológicas produzidas

4.1. Formulações sobre o fazer metodológico e a pesquisa participante

O CAPS se tornou o espaço de trabalho da pesquisadora em 2017 por ocasião do ingresso no concurso público para trabalhar como Técnica Superior em Artes – Artes Visuais na saúde mental de Pelotas.[64] Aos poucos, descobri que esse ambiente revelaria mais do que a assistência em saúde mental, pois também apresentava aspectos sociais pensados para além do cuidado com os usuários em tratamento.

Como professora de arte, minhas experiências eram em sala de aula com os anos iniciais, o ensino fundamental e a educação especial. Além disso, entre 2013 e 2014 trabalhei o artesanato com jovens e adultos num projeto social chamado Vida Ativa que tinha por objetivo oferecer atividades diversificadas de esporte e lazer na periferia da cidade, sendo realizado pela Prefeitura Municipal de Pelotas. Por isso mesmo, a saúde mental se tornou uma nova ambiência de ensino-aprendizagem porque exigia uma prática educativa direcionada ao trabalho terapêutico. Foi então que recorri às minhas referências formativas pela experiência pedagógica buscando compreender também os aspectos legislativos e estudos científicos dessa nova proposta de atuação.

Um estudo exploratório[65] teve início em 2018 dentro do serviço CAPS *Porto,*[66] lotação de trabalho da pesquisadora, a partir da proposta multiprofissional que assegura o atendimento em enfermagem, educação física, psicologia, assistência social, entre outras especialidades. Nesta perspectiva, são promovidas oficinas e grupos terapêuticos que preconizavam a promoção da autonomia, socialização e reinserção social dos/as usuários/as com transtornos graves e persistentes (BRASIL, 2001).

A rotina administrativa dos CAPS propõe ainda um Plano Terapêutico Individual (PTS) para tratamento, de acordo com a faixa etária, estabilidade dos sintomas, habilidades pessoais e disponibilidade de participação. A partir desse contexto, passou-se a refletir sobre as condições de vida de mulheres negras atendidas, onde havia uma rotina semanal de encontros em que eram realizados

---

[64] Conforme legislação municipal, Lei nº 5.013/2003, a denominação Técnico Superior em Artes – Artes Visuais foi criada para referir-se ao profissional em nível superior, com licenciatura ou bacharelado na área, cuja função destina-se ao trabalho na saúde mental nos CAPS de Pelotas.

[65] A etapa exploratória refere-se período anterior ao pretendido à realização da seleção para o doutorado. Nesta etapa foram acessados arquivos e documentos atuais e registradas informações que serviram para a elaboração da temática de pesquisa. Entretanto, não estão constantes neste projeto por considerar o estudo anterior ao Diário de campo.

[66] *Porto* é o nome dado a um dos serviços CAPS, que atende ao território próximo à zona portuária da cidade. Sete bairros da periferia formam esse território, porém ele atinge também uma parte considerada central.

debates e atividades práticas, as quais potencializavam uma reflexão sobre a maneira como essas mulheres lidavam com suas realidades sociais e com o próprio adoecimento. Por conseguinte, foram percebidos alguns aspectos comuns entre as mulheres negras quando traziam experiências de vida em que o racismo, a violência e a discriminação eram recorrentes.

Alguns relatos foram significativos, como os que descrevo a seguir:

> Minha irmã estava trabalhando e a chefe dela disse pra esfregar bem o chão até que a água do balde ficasse **da cor dela**. Pra mim, isso foi um preconceito muito grande e ela ficou pior ainda depois disso (DIÁRIO DE CAMPO, 2018, grifo nosso)

> Eu não gosto muito do meu cabelo assim, porque é muito duro e não consigo pentear. Os meus braços doem. (...) não acho ele bonito desse jeito (DIÁRIO DE CAMPO, 2019)

Tais relatos eram espontâneos e ocorreram em diferentes situações durante os trabalhos em grupo, não necessariamente tratando-se de temas como o preconceito, tampouco racismo. Mas vale ressaltar, ambos os relatos foram enunciados por mulheres negras quando buscavam de forma subjetiva traduzir o cotidiano que enfrentavam. A negativação de seus caracteres físicos, lastros da violência simbólica e física incidia sobre seus corpos, quer fosse no ambiente de trabalho, quer fosse noutras relações cotidianas.

De fato, esses relatos foram disparadores para a reflexão e realização da pesquisa. Essas questões foram também determinantes para que, enquanto mulher negra e profissional da saúde, pusesse-me a questionar o racismo nesses espaços ao observar como se davam as práticas educativas dos/as colegas. Pois junto a proposição terapêutica, havia também para mim o interesse em encontrar outros modos de ensinar, de realizar um fazer terapêutico que não se afastasse da dimensão educativa. Portanto, buscava uma outra tessitura com a arte/educação e a saúde, com a literatura ao recuperar a memória e a ancestralidade a partir da vivência de ser uma mulher negra. Pela costura das experiências conjugadas nas trocas afetivas familiares, na coletividade na profusão de saberes constituídos por uma corporeidade negra.

Sobretudo, desejava compreender quais as práticas arte/educativas no atendimento à essas mulheres em tratamento nos CAPS possibilitavam o debate sobre o racismo como potencializador de adoecimento e sofrimento psíquico. Haja vista perceber que a atuação dos/as colegas de trabalho nas demais rotinas administrativas de atendimento não se colocavam para essa disposição.

Durante o processo exploratório, algumas reflexões sobre o fazer metodológico já estavam sendo levantadas pela minha participação em cursos de extensão, seminários, capacitações na área de saúde. Todavia, para o desenvolvimento da pesquisa, seria preciso compreender como tais práticas são

executadas nos demais serviços que seguem a mesma proposição dentro da Rede de Saúde Mental (RAPS).

O interesse em investigar a prática educativa dos profissionais com formação acadêmica em arte nos CAPS tem a ver com a revisão do tema na saúde mental como fator terapêutico que propicie também essa educação em espaços não formais. Percebe-se, portanto, a importância da pesquisa em mapear a rotina desses trabalhadores/as nos serviços CAPS para analisar-se como essas práticas se articulam ou não ao racismo, e quais são os aspectos de enfrentamento positivo nesse ambiente. Uma vez que a naturalização de atitudes discriminatórias dos/as profissionais de saúde está inserida "[...] num contexto histórico, cultural e político e são respaldadas pela ideologia que perpassa esse contexto" (CUNHA; JAKOB, 2005, p. 22).

Ademais, a escolha metodológica poderá também contribuir para o campo da formação docente quando pretende avançar na produção de conhecimento alinhada às relações étnico-raciais e na problematização tanto das práticas arte/educativas quanto dos espaços outros que possibilitem observar esse trabalho. Tal argumento, vai ao encontro de uma proposição sobre a práxis (FANON, 2005; FREIRE, 2011; hooks, 2017) enquanto ação e reflexão pedagógica realizada em diferentes espaços, haja vista, não estar dissociada da docência formativa que precisa atualizar-se no cotidiano social em movimento.

Nesse sentido, retomo Brandão (2003), ao evidenciar a tônica de uma pesquisa que se ocupa de: Uma elaboração sistemática de conhecimentos, de saberes e de valores construídos solidariamente, gerados através de pesquisas sociais colocadas a serviço de experiências "[...] coparticipadas de criação coletiva de saberes, a partir do enlace entre profissionais e/ou militantes agenciados e as pessoas, grupos e comunidades populares (BRANDÃO, 2003, p. 56).

Ao considerar a hibridização dos campos do conhecimento, educação e saúde, as experiências com arte trazidas preconizavam também uma proposta interdisciplinar a partir do diálogo com outras literaturas e epistemologias. Propondo assim, uma filiação com a produção intelectual de mulheres negras a partir das suas produções artísticas e literárias históricas, como possibilidade de interlocução com o processo criativo da pesquisadora.[67]

[67]A criação artística na pesquisa se traduz na *Costuralidade* envolta ao processo experimental em arte, através dos desenhos e pela produção literária em Ensaios Poéticos. Esse processo foi sendo construído desde o início da pesquisa quando os desenhos surgiram pelo exercício de memória pessoal e, depois, os poemas e poesias que acompanham cada seção da tese foram elaborados a partir da etapa de entrevistas com mulheres negras, como uma tradução dos sentimentos compartilhados em momentos de cumplicidade com a pesquisadora.

Sobre o processo artístico, Michel de Certeau, no livro *A invenção do cotidiano: Artes de fazer* (2014), convoca a refletir sobre como somos acometidos pelas distintas experiências espaciais, que supõem diferentes territórios de subjetivação e podem configurar nossas ações. É na perspectiva do procedimento enquanto "[...] esquemas de operações e manipulações técnicas" (CERTEAU, 2014, p. 103) que tomo as práticas cotidianas do *fazer*, proporcionalmente às situações vividas, nas quais um jogo em movimento incide na construção social da vida entre conflitos, disciplinas e inquietações constantes. É por este fazer, como maneiras de saber, de conhecer e de viver, que busco me aproximar de uma "arte".

Nesta perspectiva, foram articuladas teorias, linguagens artísticas e escritas literárias de mulheres negras brasileiras (GONZALES, 2020; LOPES, 2005a; LOPES; WERNECK, 2009; PAULINO, 2011; NUNES, 2014; GOMES, 2017; EVARISTO, 2016; WERNECK, 2016; PASSOS, 2017, 2018), na proposição de que essas linguagens estivessem intimamente ligadas à minha constituição subjetiva e acadêmica, bem como, ao diálogo que me aproximava das mulheres a serem investigadas. Mulheres marcadas pelas vivências de corpos racializados e generalizados que também se atrelam à estrutura capitalista com distintas experiências, contudo, interseccionadas por um conjunto de opressões não exatamente consumidas por elas.

Figura 2 - Ilustrações feitas como um exercício de memória através do fazer artístico: RODRIGUES, Viviane. Desenho, pastel e papel Canson, 29,7x 21,0mm – 2021 (Acervo da pesquisadora)

Outrossim, esta pesquisa assenta-se uma abordagem qualitativa que se ancora na interpretação de textos, nas situações e falas de todos os atores sociais envolvidos (LÜDKE; ANDRÉ, 1986; MINAYO, 1992) tendo como pressuposto a elaboração de um processo de investigação e escrita que possa ir além do simples fazer acadêmico. Ou seja, este "complexo" fazer acadêmico aqui é pensado como uma dimensão prática e política, ao mesmo tempo, porque conduz a uma crítica sobre sua

construção metodológica e epistemológica, a partir de sua validação enquanto produto social e acadêmico. Esta tarefa não se afasta de uma crítica às concepções científicas produzidas na universidade, por meio da qual se pretende exercitar uma descolonização epistêmica (CARNEIRO, 2003).

Para Brandão (2003), a pesquisa é participante porque alinha-se ao prisma de um trabalho em movimento, que se projeta na ação coletiva e na dinâmica da atuação social, porquanto conectada com dinâmicas de trabalho já constituídas por algum tipo de interação. Em que pese esse modelo de estudo ter recebido diferentes nomes: "autodiagnóstico", "pesquisa ação", "pesquisa participativa", "investigação ação participativa", de modo geral, a pesquisa participante tende a ser concebida como um instrumento, "[...] um método de ação científica, ou um momento de um trabalho popular de dimensão pedagógica e política quase sempre mais amplo e de maior continuidade do que a própria pesquisa" (BRANDÃO; STRECK, 2006, p. 40).

A escolha pela pesquisa participante se deve também a meu trabalho com os elementos atribuídos à dinâmica de interação já existente, processual, que tem sido acompanhada ao longo do tempo, propondo aos participantes tonificar um debate imperativo ante as relações sociais em que todos estão envolvidas/os. Essas, podem ser acompanhadas no Diário de Campo cuja *escritação* se fez presente. A *escritação* refere-se à quantidade de experiências que se estabelecem em um roteiro dinâmico entre a vida como profissional do CAPS e a formação enquanto pesquisadora; ambas atividades imbricadas e alimentando uma e outra, indissociando, portanto, esse processo criativo de construção de itinerários de trabalho e metodológicos cujo inventariado apresento abaixo e, posteriormente, também se anunciam na metodologia.

4.2. Práticas arte/educativas e saúde mental: Inventários da *escritação* e metodologias

Na "costura" entre a arte/educação e o artesanal, amplia-se o fazer manual como experiência estética e subjetiva pela recuperação das memórias, através da materialidade, e dos saberes que se constituem na ambiência do *fazer* como possibilidade de um exercício crítico, em favor de uma educação do sensível. De acordo com Duarte Júnior (2010), essa tarefa decorre de uma inquietude em relação ao esforço educacional para desenvolver os sentidos de maneira acurada e refinada, onde nos tornemos "[...] mais atentos e sensíveis aos acontecimentos em volta, tomando melhor consciência deles e, em decorrência, dotando-nos de maior oportunidade e capacidade para sobre eles refletirmos" (DUARTE JÚNIOR, 2010, p. 185).

Importante lembrar que a arte como dispositivo de cuidar teve grande avanço no Brasil com a Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB), segundo a Lei 10.216/01, pela importância da utilização da arte como forma de intervenção no campo da saúde mental, para a efetivação do paradigma da reabilitação psicossocial, bem como para a proposição de novos olhares acerca da loucura (AMARANTE, 2007). Vale lembrar, que Nise da Silveira (1981) foi pioneira dessa proposta quando inaugurou algumas dessas atividades quando permitiu que pessoas em sofrimento psíquico expressassem seus sentimentos através da arte dentro de um hospital psiquiátrico, contribuindo assim para alavancar a arte como instrumentalização terapêutica no Brasil.[68]

No contexto dos CAPS, como proposta de reabilitação psicossocial, as oficinas terapêuticas possibilitam a reinserção social, terapia, geração de renda e produção artística (BRASIL, 1991). De modo geral, a arte como recurso terapêutico pode ser realizada por qualquer profissional, em nível médio ou superior, na proposição de uma atividade em grupo. Rauter (2000) aponta que essa é a grande tarefa da reforma, cuja empreitada é recuperar o louco como cidadão "[...] por meio de ações que passam fundamentalmente pela inserção do paciente psiquiátrico no trabalho, em atividades artísticas e artesanais, ou em dar-lhe acesso aos meios de comunicação etc" (RAUTER, 2000, p. 268).

Certeau, sobre as artes do fazer, ressalta que:

> Nas "oficinas" artesanais, bem como naquelas do inconsciente, jaz um saber fundamental e primitivo que antecede o discurso esclarecido, mas ao qual falta uma cultura própria. Ao saber do inconsciente – como ao das "artes" – o analista oferece por isso a possibilidade de palavras "próprias" e de uma distinção entre os "sinônimos" (CERTEAU, 2014, p. 135).

A dimensão entre arte e artesanato consiste numa expressão cultural, portanto, a concepção de cultura "erudita" e cultura "popular" nos leva a complexos pressupostos históricos (CERTEAU, 2014), que instigam a definir o que é criar ou o que é cultura. Entretanto, caberá nesta pesquisa o alargamento da palavra arte para contemplar também o artesanato enquanto ferramenta artística, porém não pretendo problematizar tal dimensão. Interessa-me, sim, perceber como são elaboradas as práticas educativas em arte e como são expressas as linguagens artísticas por mulheres negras no percurso do seu tratamento no CAPS e a partir de suas existências.

Compreendo que há um processo artístico no fazer que tange ambas as concepções: arte e artesanal onde o fazer manual se alia às experiências de mulheres em diversas culturas como forma de sobrevivência, de resistência e valoração da própria identidade. Nesse contexto, Paulino (2011) afirma

---

[68] Nise da Silveira foi uma importante psiquiatra e estudiosa da obra de Carl Gustav Jung. O filme *Nise, o coração da loucura (*2016) relata como ela introduziu a Arte como método terapêutico no Brasil a partir de 1946, período em que trabalhou no Setor de Terapêutica Ocupacional do Centro Psiquiátrico Pedro II, no Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-m4f6ha1gye. Acesso em: 02 jul. 2019.

que o uso de materiais artesanais como tecido, papel machê, barro, fitas, palha entre outros foram ou são ainda utilizados com frequência pela população negra, sobretudo por mulheres negras, as quais utilizam esses elementos fortemente ligados ao fazer manual em suas manifestações culturais e religiosas, como o carnaval, o Candomblé e a Umbanda (PAULINO, 2011).

O artesanal nesta pesquisa não é mero acaso, trata-se de buscar uma interlocução com diversos saberes que, historicamente, foram atrelados às mulheres. A atividade manual exercida por mulheres, seja pela costura, no crochê, pelo bordado, entre outros fazeres praticados em espaços domésticos, historicamente pode ser apreendida como uma tentativa de subordinação do feminino no âmbito do trabalho, não raro pensado como um domínio sobre seus corpos e mentes.

Figura 3 - Oficina de crochê e costura no CAPS Porto (Acervo da pesquisadora, 2019)

Por outro lado, alguns exemplos também demonstram que "[...] muitas mulheres na contemporaneidade passaram a rejeitar esses aprendizados em prol da luta por um processo de emancipação feminina" (SILVA, 2016, p. 11). Nessa dimensão, com efeito, o trabalho artesanal pode ser uma ferramenta de emancipação e um meio para acessar-se as memórias da tradição cultural, dos saberes produzidos. Ao mesmo tempo, pode ser uma prática afetiva de reconstruir os laços que se dão em "nós" ... esses nós, uma vez desmanchado, somente uma nova costura poderá reatar.

Para Duarte Júnior (2010), uma educação sensível desenvolvida pelo ensino da arte e da sua materialidade poderá contribuir para uma reorientação do que é estar no mundo, e consiste num processo, um abrir-se aos saberes do corpo e das experiências sensíveis, logo uma estética incorporada de estímulos visuais, táteis, auditivos, olfativos e gustativos. Desse modo, a dimensão estética pode ser também atribuída à composição e criação coletiva como elemento central da descolonização dos saberes e práticas da saúde mental (NUNES & SIQUEIRA-SILVA, 2016). Quero dizer, em minha

prática como arte/educadora busco trazer duas dimensões, coletivas e individuais, como aliadas, e não como antagônicas, porquanto o fazer manual é também repleto de saberes ancestrais que contemplam epistemologias diversas. As dimensões do fazer manual, transportadas para a reabilitação psicossocial na saúde mental, por meio das oficinas de crochê, costura e arte/educação, envolvem uma prática pedagógica e buscam compreender como as subjetividades e experiências de cada mulher se atrelam à perspectiva de produzir conhecimento, valorizando os saberes constituídos e as memórias afetivas que se colocam nesse exercício coletivo, e não a partir de algo já estabelecido e formulado (SILVA, 2016).

Há também a intenção de mediar o contato com outros espaços, sejam públicos ou privados, na forma de passeios a museus e cinemas, promovendo a apropriação consciente de tais locais. Nesse aspecto, Amarante (2007) diz que ressignificar o espaço de vida das pessoas, transformado pela institucionalização, dá-se quando se propõe trocas reais e simbólicas ante os mecanismos de solidariedade, rejeição e discriminação cotidianas. Reinsere-se, então, a possibilidade de estimular vínculos sociais, pois "[...] atuar no território significa transformar o lugar social da loucura em uma sociedade" (AMARANTE, 2007, p. 106).

Algumas das atividades realizadas fora do espaço do CAPS foi o passeio ao Cinema, onde usuárias/os e familiares mediada pela pesquisadora e estagiárias do curso de Enfermagem da UFPel, cuja proposta era interagir com a cidade e seus espaços públicos. Muitos/as usuários/as tiveram tal pela primeira vez oportunidade, enquanto outros relataram que há 30 anos não tinham contato com o cinema.

Figura 4 - Passeio cultural ao cinema e ao museu (Acervo da pesquisadora, 2019)

Segundo Amarante (2007), a dimensão sociocultural é uma estratégia fundamental para a promoção de autonomia e estratégia na reabilitação psicossocial, a partir da própria produção cultural e artística dos atores sociais envolvidos, já que esse modelo de tratamento considera o indivíduo e seu contexto social, por entender que as questões ligadas aos transtornos mentais vão além da medicalização e da doença. É preciso apontar que oficinas e grupos são territórios onde a arte por si só não basta para a consecução de uma proposta terapêutica. É justamente pela atenção ao trabalho multidisciplinar e interdisciplinar nesses espaços que um debate sociocultural poderá contribuir para a problematização da própria realidade dos usuários.

O entrelaçamento da arte e das práticas educativas com a saúde mental, estabelecidas no contexto sociocultural, simboliza um exercício de cidadania (NUNES & SIQUEIRA-SILVA, 2016). Ademais, as oficinas e atividades culturais pretendem ser espaços de produção criativa, de sensibilização e problematização da própria realidade, potências para se pensar as experiências de vida, assim como meios para valoração dos aspectos culturais, em que sejam respeitadas a diversidade de sujeitos, suas subjetividades e demandas sociais.

Outro exemplo é o projeto interdisciplinar Oficina de Plantas Bioativas promovido em 2019 pela pesquisadora em parceria com uma colega educadora física e estagiários do curso de Enfermagem da UFPel. A ideia era possibilitar o reconhecimento das plantas de uso doméstico, como chás e ervas, por meio do diálogo e respeito aos saberes de cada um, analisando seu emprego, por exemplo, como remédio. Compostos de temperos foram produzidos pelos próprios usuários e seus familiares, que, após a atividade, levaram a produção para casa. Outra edição bem-sucedida ocorreu em novembro do mesmo ano; pretendíamos dar continuidade ao projeto em 2020, abrangendo usuários de outros grupos, todavia, em virtude da pandemia Covid-19, não foi possível.

Figura 5 - Oficina de plantas bioativas no CAPS Porto (Acervo da pesquisadora, 2019)

Apesar da importância da arte na saúde mental, enquanto fator terapêutico, a potencializar também o autoconhecimento e a autovalorização, há que se considerar as dificuldades enfrentadas pelos profissionais perante a falta de uma estrutura de maior qualidade, no que se refere aos espaços de trabalho e materiais disponibilizados, os quais, em muitos casos, não contemplam diferentes técnicas artísticas a serem trabalhadas. Tal realidade, que impede o pleno desenvolvimento das propostas terapêuticas, reflete as limitações institucionais/estruturais do serviço público de modo geral.

Esse cenário foi potencialmente aumentado no contexto vivido durante a pandemia quando os serviços de saúde de modo geral tiveram o seu quadro de trabalhadores reduzido pela licença saúde atribuída àquelas/es que apresentavam algum tipo de comorbidade em saúde e de acordo com os protocolos sanitários precisou afastar-se das atividades. Desse modo, os profissionais que permaneceram no atendimento presencial, devido aos serviços de saúde mental estarem no escopo de necessidade pública, não poderiam fechar as portas e assim, tiveram que se adaptar à nova realidade de atendimento.

Neste panorama, enfrentamos também o aumento da demanda e sobrecarga de trabalho para além da precarização já existente, portanto, os atendimentos coletivos como oficinas e grupos foram cancelados nesse período e somente os atendimentos individuais se mantiveram. Assim, o CAPS Porto buscou realizar um plano de contingência que contava com o trabalho presencial de (4) quatro profissionais em atendimento presencial, passando a realizar também atividades virtuais (via WhatsApp) mediadas pelas/os profissionais em afastamento. Dentre as atividades realizadas, Visitas Domiciliares e, após a flexibilização dos protocolos pós-vacinação, também foram realizadas algumas ações externas com usuárias/os e familiares.

Figura 6 - Ações externas realizadas durante a pandemia: Lagarteando na Praça, Visitas Domiciliares e Assembleias com usuários/as e familiares (Arquivo da pesquisadora, 2021)

Noutras palavras, são essas pequenas operações, com ênfase nas interações sociais, pelas práticas de fazer e práticas de (vir) a ser que constituem as invenções do cotidiano (CERTEAU, 2014). As artes de fazer traduzem os atalhos buscados pelos sujeitos para (re)elaborarem e (re)existirem em meio aos desafios na ordem do dia, quase sempre predeterminados pela capitalização das nossas subjetividades e necessidades, e onde a medicalização da vida acontece.

É que nem sempre essas composições se fazem sozinhas e precisam ser mediadas por outros interlocutores, quer sejam objetos, quer sejam sujeitos ou a própria natureza porque, assim como nos diz Ailton Krenak (2020): "[...] esse contato com outra possibilidade implica escutar, sentir, cheirar, inspirar, expirar aquelas camadas do que ficou fora da gente como natureza, mas que por alguma razão ainda se confunde com ela" (p. 69-70). Nessa profusão de saberes/viveres, as definições de pesquisa foram criando os moldes dessa costura chamada pesquisa.

4.3. Por outras costuras: Problema, objetivos e hipóteses

A proposta era investigar, no âmbito desses serviços, como se davam as relações entre os sujeitos pesquisados e as dinâmicas de atendimento, compreendidas como processo de tratamento. Ainda que fizessem parte de um conjunto, ative-me apenas às práticas educativas relacionadas com a arte, mediante a experiência subjetiva de discriminação racial vivenciada por mulheres negras.

Enquanto problema, perguntávamos: **De que forma o racismo institucional impacta sobre o tratamento do adoecimento mental de mulheres negras no âmbito das práticas educativas desenvolvidas nos CAPS?**

Diante disso, algumas questões foram trazidas para aprofundar o debate:

- Os serviços CAPS reproduzem o racismo institucional nas suas rotinas de atendimento? De que maneira?
- Existem práticas educativas que trabalhem a temática do racismo nos serviços CAPS? Se sim, como atuam nessa perspectiva?
- Mulheres negras compreendem o racismo como potencializador de adoecimento mental?
- Quais formas de enfrentamento ao racismo decorrem da ação dos sujeitos (mulheres negras e instituições) envolvidos nesse cotidiano?

Como objetivo geral desta pesquisa buscamos investigar como o racismo institucional incide no campo das práticas educativas desenvolvidas pelo CAPS, em relação ao atendimento de mulheres negras.

Dentre os objetivos específicos, a pretensão de:

- Averiguar a presença do racismo institucional no âmbito dos serviços especializados em saúde mental – CAPS em Pelotas;
- Analisar como as práticas educativas em arte atuam diante do racismo;
- Verificar como essas práticas educativas atuam no trabalho terapêutico frente ao adoecimento de mulheres negras em contextos de racismo;
- Compreender as experiências pregressas de mulheres negras à chegada no CAPS, em relação ao seu processo de adoecimento, e como elas vivenciam o racismo no seu cotidiano fora desse espaço;
- Observar os movimentos contrários ao racismo institucional, resultantes de ações antirracistas no interior do próprio sistema de saúde regional, decorrente de ações advindas dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

Algumas hipóteses foram levantadas no intuito de responder, a princípio, as questões já apresentadas:

- As práticas educativas desenvolvidas nesses serviços não estão comprometidas com a problematização do racismo como um fator de adoecimento e componente a ser levado em consideração para o restabelecimento da saúde ou, mesmo, com a discussão do tema enquanto marcador de desigualdades sociais.
- O racismo institucional praticado nas rotinas de atendimento é determinante para a invisibilidade desse fator de adoecimento e tende a interferir na qualidade do tratamento de saúde integral das mulheres negras.
- Mulheres negras são capazes de externalizar suas vivências cotidianas interseccionadas pelas questões de gênero e classe, mas não se encontram dentro de uma estrutura político-econômica e cultural que possibilite problematizar ou reconhecer o racismo institucional ou não, enquanto experiência de sofrimento psíquico.
- Essas mulheres buscam no acesso aos serviços CAPS uma forma de enfrentamento ao racismo, atrelada a seus meios de autoemancipação, além de ajudas mútuas advindas de seus espaços de convivência: comunidade, coletivos, famílias.

Pretendi investigar o trabalho realizado por educadores/as em arte que se apresentassem como técnicos, devido à formação acadêmico-universitária. Em cada CAPS há pelo menos um profissional exercendo essa função nos turnos de atendimento, diferentemente da função de artesão/artesã,

realizada por profissional de nível médio e que não exige formação específica. Embora existam práticas educativas desenvolvidas por outros profissionais: enfermeiros, terapeutas ocupacionais e assistentes sociais, o critério de escolha é justamente a formação em arte.[69] Para tanto, um profissional de cada CAPS foi convidado a participar da pesquisa e na possibilidade de que houvesse mais de um profissional no mesmo serviço, ao coordenador /a coube escolher de acordo com a disponibilidade do momento.

Num segundo momento, foram selecionadas uma mulher negra de cada serviço. Em ambas as situações, a solicitação de participação na pesquisa obedeceu ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE),[70] que foi apresentado aos coordenadores/as de cada serviço, lembrando que, quanto ao critério de escolha das participantes em relação às mulheres negras, consideramos o aspecto geracional entre 40 e 70 anos e que não fossem interditadas, ou seja, incapazes de assumir determinadas ações da vida civil. Tal escolha se justifica na medida em que implica experiências de vida dinamizadas pela corresponsabilidade social, pois, em grande parte, são provedoras do lar e responsáveis pelo cuidado da família. Da mesma forma que é feita a escolha pelo marco geracional, também será considerado o tempo de tratamento no serviço (mais de um ano) que pudesse indicar adesão, ou não, ao tratamento e o entendimento sobre o seu funcionamento. Outro ponto a ser destacado foi a verificação do quesito raça/cor, preenchido em documento específico nos serviços do CAPS de acordo com a classificação negra (preta e parda), indígena, amarela e branca, definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018). A partir dos critérios estabelecidos, foi solicitado ao coordenador /a do serviço a indicação de usuária que apresentasse minimamente parte dos quesitos.

Em síntese, os sujeitos da pesquisa reúnem os educadores e mulheres negras das práticas educativas desenvolvidas em cada CAPS. A noção de sujeito discute como estes são constituídos historicamente tramando suas experiências através das práticas cotidianas e discursivas (CERTEAU, 2014), da mesma forma, não como seres passivos aos sistemas disciplinares ou institucionais. A questão é pensar como se elaboram, no interior dos enunciados com os quais operam, e os usos que deles fazem quando buscam se contrapor à passividade diante do sistema.

4.4. Quadros descritivos dos participantes da pesquisa

[69] Conforme edital específico, das atribuições para a função de Técnicos em Arte, considera-se "[...] produzir artigos referentes à ARTE versus SAÚDE. Pesquisar sobre a importância da Arte na Saúde Mental enquanto fator terapêutico. **Propiciar a educação através da Arte**" (Pelotas, Edital 08/2017, grifo nosso).

[70] Documentos anexos nesta pesquisa.

Ambos os quadros apresentam aspectos singulares e relevantes à compreensão do cenário atual de trabalho nos CAPS. Sobre as mulheres negras, verificou-se que apenas (1) uma superou o ensino fundamental e somente duas mulheres estão com trabalhos "ativos" (doméstica e babá/desempregada, sem direitos trabalhistas). Em relação aos arte/educadores/as, predominantemente brancos/as e qualificados/as, apresentam formação pedagógica inicial (licenciatura em Artes Visuais), sendo a maioria com mais de cinco anos de trabalho efetivo no CAPS.

Arte/Educadores/as				
	Idade	**Sexo**	**Raça/cor**	**Formação escolar**
CAPS b	50	Feminino	Branca	Licenciatura em Artes Visuais (2003), Especialização em Arte (2006), Mestrado em Linguagens verbais (2013), atua como professora em escola pública
CAPS z	53	Feminino	Preta	Bacharelado em Pintura e Artes Visuais (2001); Especialização em Arteterapia
CAPS c	57	Feminino	Branca	Licenciatura em Artes Visuais; Mestrado em educação; atuou como professora em escola pública e privada por 25 anos
CAPS e	Não havia profissional atuando no CAPS nesta etapa da pesquisa			
CAPS f	64	Feminino	Branca	Licenciatura em Artes (1976); Arquitetura (1982); Especialização em Conservação de Objetos; Mestrado em Memória e Patrimônio; Graduação em História (atual)
CAPS p	43	Masculino	Branca	Licenciatura em Artes – habilitação em música (2001); Especialização em Educação (2003); Especialização em Atenção Psicossocial (2008); Mestrado e Doutorado em Ciências da Saúde (2013-2017); Graduação em Filosofia (atual); Graduação em Psicologia (2021), atuou em escola pública por 10 anos
CAPS a	33	Feminino	Branca	Licenciatura em Artes Visuais (2013), Especialização em Ensino de Arte (2015), Mestrado em Artes Visuais (2018)

Quadro 2: Elaborado pela pesquisadora

Mulheres negras[71]					
	Idade	**Formação escolar**	**Estado civil**	**Tempo de atendimento**	**Ocupação/ Trabalho**
CAPS b	47	8ª série (correspondente ao 7º ano)	Divorciada	Não soube informar (acima de 1 ano)	Beneficiária de auxílio-doença
CAPS z	48	4ª série (equivalente ao 5º ano do ensino fundamental)	Solteira	9 anos	Beneficiária de auxílio-doença
CAPS c	50	4ª série (correspondente ao 5º ano do ensino fundamental)	Casada	10 anos	Doméstica
CAPS e	42	5ª série (correspondente ao 5º ano do ensino fundamental)	Viúva	20 anos	Aposentada
CAPS f	42	Superior incompleto	Solteira	10 anos ou mais	Desempregada (babá)
CAPS p	60	5ª série (equivalente ao 6º ano do ensino fundamental)	Solteira	7 anos	Beneficiária de auxílio doença
CAPS a	Não houve disponibilidade da usuária para realizar a entrevista				

Quadro 3: Elaborado pela pesquisadora

[71] No momento das entrevistas, todas as participantes se autodeclararam negras. Portanto, foram consideradas dentro do escopo Negra=preta/parda segundo critério do IBGE (2011).

4.5. Entrevistas, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), Aspectos Éticos

Entrevistas

Em razão da pandemia Covid-19, as entrevistas com técnicos/arte/educadores/as ocorreram de forma exclusivamente virtual com duração média de (40) quarenta minutos, através da plataforma *Google Meet*[72] tendo em vista os mesmos se encontrarem afastados por licença-saúde. Com relação às mulheres negras, foram entrevistadas presencialmente no CAPS de referência sendo solicitada, previamente, permissão aos coordenadores/as de cada serviço para a realização das atividades. A produção de dados ocorreu no período de setembro/2021 a novembro/2021,[73] em horário inverso ao turno de trabalho da pesquisadora a partir de entrevistas semiestruturadas em forma de roteiro discursivo, registradas em equipamento gravador de áudio.

Durante a etapa de entrevistas não havia profissional em atuação no CAPS Escola, portanto, (6) seis arte/educadores/as entrevistados representaram os seguintes serviços: CAPS AD, CAPS Porto, CAPS Baronesa, CAPS Zona Norte, CAPS Fragata e CAPS Castelo. Com relação às mulheres negras, das (7) sete mulheres escolhidas pelas/os coordenadoras/es dos serviços, apenas (1) uma desistiu por motivos pessoais, desse modo, (6) seis mulheres foram entrevistadas. Ao todo, (12) doze participantes foram entrevistados na pesquisa.

Para unificar a proposta às perspectivas teóricas e conceituais em arte, educação e saúde imbricadas com artes de fazer, foi apresentado um cesto de costuras às mulheres negras durante as entrevistas, onde os materiais (artesanatos) inclusos eram relativos ao trabalho manual: agulhas, linhas e tecidos diversos, os quais pudessem acionar uma memória relativa às experiências e a compreensão de quais escolhas subjetivas essas mulheres poderiam apresentar (PAULINO, 2011). Entretanto, percebeu-se que os materiais não tiveram grande interação a não ser pela sugestão trazida pela pesquisadora como parte inicial do roteiro de perguntas. Desse modo, considerando que o limite do espaço e o nível de "intimidade" entre pesquisadora e participantes não possibilitava, naquele momento, uma dinâmica do fazer, consideramos que, talvez, um diálogo anterior às entrevistas teria possibilitado

[72] Seguidas as orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual, conforme Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS. Disponível em:
http://conselho.saude.gov.br/images/Oficio_Circular-2_24fev2021.pdf. Acesso em 12 maio 2021.

[73] Neste período, estava mantido o estado de calamidade pública em todo o território do município de Pelotas conforme o Decreto nº 6.453/2021 para fins de prevenção e enfrentamento à pandemia causada pelo novo coronavírus. O Decreto também prorrogava a vigência das medidas e protocolos estabelecidos, devendo ser atualizado pela secretaria de saúde conforme cronograma estabelecido.

uma aproximação com as participantes e o ajuste de alguns tópicos do roteiro. Contudo, o contexto pandêmico foi o grande impeditivo dessa etapa.

À vista disso, buscou-se realizar um encontro estético-metodológico (estética negra, autocuidado mental) reunindo as mulheres participantes da pesquisa e usuárias convidadas, pela possibilidade refletir sobre outras dimensões estéticas (beleza, saúde e saberes) que se revelam como espaços corpóreos e culturais em torno da identidade de mulheres negras. A ideia era perceber outras nuances, expressões e sensibilidades acerca das diferentes subjetividades dessas mulheres, as quais não foram narradas durante as entrevistas, haja vista o tempo-espaço em que foram realizadas.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

O TCLE (Anexos B e C) foi enviado a cada participante da pesquisa por meio de documento eletrônico PDF via WhatsApp no celular. E, seguindo o objetivo de resguardar o compromisso ético com os sujeitos da pesquisa pela exigência estabelecida segundo os padrões éticos estabelecidos tanto na área da Educação quanto da Saúde. Foram mantidos o sigilo e a confidencialidade sem a obrigatoriedade de identificação nominal dos participantes.

Aspectos Éticos

Todos os procedimentos da pesquisa ocorreram de acordo com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), respeitados os princípios éticos previstos na resolução 466/12[74] do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (BRASIL, 2012), assim como a Resolução nº 510/20162,[75] do Conselho Nacional de Saúde. No intuito de preservar a identidade dos participantes da pesquisa na apresentação dos dados, a Carta de Anuência (Anexo A) foi remetida ao Núcleo Municipal de Educação em Saúde Coletiva (Numesc). De posse do aceite dessa carta e, após qualificação do projeto de pesquisa, o material foi submetido à Plataforma Brasil,[76] encaminhando-o, por fim, ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Sendo o projeto aprovado, deu-se início a coleta de dados a partir das entrevistas.

[74] Resolução Nº 466/2012: Incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, os quatro referenciais básicos da bioética; autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, entre outros, e visa assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos sujeitos da pesquisa e ao Estado.

[75] Dispõe as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução.

[76] Sistema eletrônico criado pelo governo federal para sistematizar o recebimento dos projetos de pesquisa que envolvam seres humanos nos Comitês de Ética em todo o País. Disponível em: http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil/login.jsf. Acesso em: 05 jun. 2021.

4.6. Arte, educação e os contornos de uma aposta metodológica cerzida em diferentes espaços: A *Costuralidade*

Durante a construção desse mosaico teórico-metodológico, algumas possibilidades de escrita emergiram da necessidade de criar, reinventar, de buscar um processo criativo onde as ferramentas metodológicas (documentos, diário de campo e entrevistas semiestruturadas) estivessem alinhadas ao processo de investigação, o qual transitava desde o início entre a educação e a saúde, entre a literatura e o artesanal/artístico.

A pesquisa desejava acessar as experiências individuais e coletivas de mulheres negras no trânsito entre as diversas maneiras de existir diante do racismo, onde os espaços se desterritorializam pela multiplicidade de linhas que costuram os seus saberes, fazeres e memórias. Para esse propósito, se tinha como interlocução as práticas arte/educativas emergentes de espaços terapêuticos dos CAPS.

A partir da ideia de uma *escritação,* trazida no projeto de pesquisa, pretendíamos desenhar um processo criativo pautado pela interdisciplinaridade no diálogo com outras áreas de conhecimento, com outros referenciais e com outros atores, mas também pelo ato de escrever agindo nos primeiros movimentos da pesquisa para então debater as questões étnico-raciais na atualidade brasileira e forjar uma cartografia dessas relações. Por outro lado, a *escricostura,*[77] idealizada pela metáfora da costura, remetia às manualidades potentes para mulheres e principalmente à manualidade envolta com a ancestralidade negra (OLIVEIRA, 2005; PAULINO, 2011) ou seja, se desejava fazer com que as memórias afetivas trazidas por mulheres negras pudessem encadear outras experiências, outras existências. E então o fazer/refazer/desfazer*,* que é processual e, também, um exercício, quiçá, uma reinvenção, poderia contornar essas memórias e produzir uma escrita que não deixa de ser coletiva, já que feita por várias "mãos".

Na transversalidade da memória, a costura atuava como um disparador e, ao mesmo tempo, uma instrumentalização ético-metodológica em que operava laços de pertencimento. A escrita, nesta seara, desejava suspender a ideia colonialista de um fazer acadêmico afastado das emoções, da potencialidade das mãos, onde o rigor científico é a própria formatação de um pensar hegemônico justamente porque não se compreende o afeto e o cuidado também como constituidores de epistemologias outras. Por isso mesmo, as escritas poéticas pretenderam anunciar cada seção do trabalho como um exercício artístico na interlocução com as mulheres negras, suas vivências descritas e as reflexões analíticas produzidas no processo de investigação.

---

[77] Durante a qualificação do projeto foi constatado que o termo escri-costura já havia sido usado no texto "The Patchwork Girl, estrategias de escri-costura de un cuerpo-texto artificial"? de Ana Lozano de La Pola, vinculada à Universitat de València. Portanto, a utilização do termo foi repensada junto à *escritação* enquanto processo de engendramento do conceito de *Costuralidade.*

Logo, propusemos alinhavar a escritação e a escricostura no engendrar de um conceito que é a síntese de ambos: *Costuralidade*. Para então problematizar a forma processual como todos/as envolvidos/as na pesquisa estão a desfazer algumas verdades e refazer alguns pressupostos atinentes ao tratamento de mulheres negras mentalmente adoecidas e à prática arte/educativa atribuída nessa relação. Desse modo, a *Costuralidade* traçava o percurso da pesquisa com muitas ações que convergiam (escrever, agir, costurar) aventando questionar principalmente o impacto do racismo institucional na saúde mental de mulheres negras, enquanto propulsor de adoecimento e restritor da dimensão terapêutica.

Portanto, a *Costuralidade* arte/educativa vem a ser uma análise da experiência com o racismo no âmbito educativo/terapêutico, neste caso, singular às mulheres negras. Mas é também um olhar atento às particularidades de cada pessoa/sujeito, onde se compreende que o lugar sociopolítico é mediado pela memória que nos conduz ao presente e essa condição emerge das reflexões sobre o existir, sobre a própria existência dos/as envolvidos/as. Apoiada nisso, se desenvolve uma práxis educativa enquanto atividade crítica, reflexiva e transformadora da realidade (FREIRE, 2019; hooks, 2017) preocupada com o sensível do afeto, que não se opõe a construção do conhecimento pela via das artes. Entre elas, a arte de viver, de resistir!

Eu saio do meu mundo
E posso ser o que eu quiser
Esse mundo que falei
Cheio de desesperança

Mas é preciso revirar o tempo
Fazer de mim um sol
Depois da chuva intensa
Só preciso cuidar de mim[78]

[78] RODRIGUES, Viviane. Ensaios Poéticos, Diário de Campo, 2022.

5. Tramas analíticas, fios que cerzidos, se transformam em *Costura/idades*

O que quero dizer com as tramas analíticas e os fios cerzidos pressupõe a interpretação dos dados produzidos durante a investigação, para além da metodologia, porquanto esses fios foram alinhavados num movimento em que se pretendeu realizar uma espécie de refazimento, ou seja, um exercício intencionado desde o início desta pesquisa. Nesse sentido, a análise dos dados que formam um mapa/cartografia de linhas costuradas se entremeia ao processo de fazer/desfazer dos pressupostos preconcebidos, onde os encontros, os diálogos e os acolhimentos terapêuticos/educativos tramam reflexões sobre o próprio fazer metodológico e, portanto, mediador de outras *costuralidades*.

Como pressuposto para avaliar as narrativas das/os participantes foi escolhida a Análise de Conteúdo em Bardin (2016) tendo como base o processo de codificação/categorização dedutiva (BARDIN, 2016) que infere sobre os conceitos atinentes à temática e trazidos no referencial teórico. Vale lembrar, que após a etapa de entrevistas, todas realizadas em 2021, deu-se início ao processo de codificação dos dados a partir da transcrição dos relatos gravados com o objetivo de organizar os conteúdos narrados nas entrevistas. Dessa maneira, se buscou elaborar um sistema de categorias que traduzissem as ideias-chave veiculadas pela documentação em análise, sendo a codificação construída a partir do recorte de unidades de contexto seguindo o tema da pesquisa e de unidades de registro pela triangulação de palavras como "racismo", "preconceito" e "discriminação". Nesta perspectiva, a Análise de Conteúdo se fez mediante um "[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações" (BARDIN, 2016, p.31) de acordo com as fases da pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.[79]

Visando a garantia dos critérios de sigilo e confidencialidade, procedemos conforme o protocolo apresentado ao Colegiado do CEP (Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Enfermagem) da UFPel mediante o Parecer Consubstanciado - CAAE: 47828321.7.0000.5316 e atendendo ao recomendado pela Resolução 466/12. Para tanto, os relatos serão apresentados sem a identificação nominal da/o participante e colocados entre parênteses ao final do fragmento.[80] Sendo informado, no caso das mulheres negras, o termo "usuária" e a idade da participante seguidos do CAPS de origem definido pela primeira letra correspondente. No caso dos/as arte/educadores/as, apenas o termo "profissional" seguido do CAPS de origem definido também pela primeira letra correspondente.

---

[79] De acordo com a Art. XI Inciso 2, Alínea f da Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) sobre o armazenamento e descarte dos dados, serão mantidos em arquivo, físico ou digital, sob guarda e responsabilidade da pesquisadora, por um período de 5 anos após o término da pesquisa.

[80] Foram preservadas as falas originais das/os participantes, sem que houvesse correção gramatical, considerando os aspectos socioculturais presentes.

5. 1. Categorias analíticas emergentes desde as narrativas dos participantes

A partir das narrativas/relatos selecionados por ocasião da codificação, foi possível identificar ~~a~~ quatro categorias centrais de análise que abarcaram todo o conjunto empírico, ou seja, das/os arte-educadoras/es e das mulheres. São elas: **Espaço**; **Adoecimento**; **Violências**; **Responsividade**. Doravante, apresentaremos a sistematização dessas categorias a fim de costurar os principais conceitos relativos ao tema de pesquisa junto ao cenário teórico-conceitual desenvolvido pela Revisão Sistemática de Literatura.

Espaço

Conforme Massey (2000), a compressão do espaço pelo tempo é definida pela comunicação, extensão das nossas relações sociais e da nossa experiência diante disso, o que irá resultar em uma localização desigual de pessoas/sujeitos num determinado contexto. É dessa perspectiva que podemos pensar a noção de espaço quando localiza uma *geometria de poder* (MASSEY, 2000) em relação aos fluxos e movimentos existentes entre esses diferentes sujeitos/as, os quais se relacionam também de maneiras distintas, sendo ou não capazes de compreender a condição de poder ao qual estão submetidas/os.

Para mulheres negras, essa geometria de poder é definida pelas relações sociais em diferentes espaços mediados pelo corpo negro no cotidiano: trabalho, doméstico ou familiar, escolar, etc. e durante as práticas arte/educativas, no atendimento geral no CAPS. Perante esse grupo, o desdobramento das relações sociais tem efeitos sobre as experiências e subjetividades, tendo como subvenção uma formação identitária constituída na dimensão sociocultural de distribuição do poder. Nesta perspectiva, à transversalidade das questões socioespaciais e relacionais (SANTOS, 2000; HALL, 2005) encontram-se marcadores sociais igualmente resultantes dessa geometria: geracional, classe, sexualidade junto a dimensão de raça/gênero.

Em vista dos arte/educadores/as, a definição de espaço concerne à percepção do racismo enquanto propulsor dessa geometria e como uma dimensão que se insere na dinâmica das relações interpessoais e de atuação da prática arte/educativa. E tal dinâmica pode se dar nos serviços de saúde quase sempre segregados e periféricos, porém, quando centralizados, constituem espaços onde há uma formação eurocêntrica de convívio majoritariamente branco que evidenciam o privilégio racial. Pois, como bem explica Berth (2020), é na arquitetura das cidades que se determina quem é privilegiado e quem é escamoteado pela ação direta do Estado e, muitas vezes, onde se concebem espaços de

formação que são também espaços de poder e decisão, conferindo arranjos sociais e culturais destituídos de representatividade e pertencimento.

Violências

A violência pode ser física ou simbólica (THEODORO, 2022) e, dessa forma, ela se apresenta na dinâmica das relações sociais, quais sejam, o sistema político, a família, a escola, a igreja, a justiça, as mídias, etc. Para mulheres negras, não apenas a violência sexual e doméstica, a repressão de aparelhos do Estado através da necropolítica (MBEMBE, 2016) e do encarceramento em massa (DAVIS, 2016; BORGES, 2019), mas também a violência da fome, da pobreza e vulnerabilidade social impedem historicamente o acesso à saúde, à educação e aos direitos mais básicos para esse grupo, que mesmo nos espaços de "direito" ainda continuam a ser violentadas diante do racismo institucional marcado pela estética da inexistência.

A dimensão de violência para os/as profissionais entrevistados/as não foi trazida expressamente nas falas, sendo que apenas uma profissional (autodeclarada preta) relatou situação envolvendo uma usuária no ambiente doméstico/familiar que poderia se compreender como uma violência psicológica. Neste sentido, é possível que a violência seja subliminar, envolta à invisibilidade/silenciamento do racismo que perpetua e se torna cumplice de um estado permanente e instituído outras tantas violências.

Adoecimento

Para as mulheres negras, o adoecimento pode estar atrelado a inúmeros aspectos, entre eles, a desigualdade social, ao complexo de inferioridade imposto pela colonização, pela vulnerabilidade social (acesso a bens e serviços), às violências, entre outros condicionantes socioculturais.

Para os arte/educadores/as, a percepção de adoecimento ou sofrimento psíquico relacionado ao racismo (FANON, 2008; SOUZA, 2021) demonstra o desconhecimento ou insipiência sobre o assunto, haja vista, apenas dois profissionais narrarem experiências diretamente ligadas às questões sociais. Num total de (6) seis participantes, somente (2) dois responderam assertivamente sobre a relação entre racismo e adoecimento mental, enquanto (2) duas participantes responderam de forma indireta, outras (2) duas afirmaram não perceberem tal relação.

Pressupõe-se que apesar do racismo, da discriminação e do preconceito estarem presentes no cotidiano relatado por alguns profissionais dos CAPS, não há consenso de que esse fenômeno possa

impactar no processo de adoecimento dos/as usuários/as dos serviços. Nesse sentido, doença, adoecimento e, talvez, mecanismos de cura não são consensos porque transcendem a questão preestabelecida nos discursos de verdade bem como nas práticas educativas e científicas; a ambivalência entre saúde e doença é perpassada por cotidianos (aí inclusos espaços, tempos e identidades) que o ser/saber/fazer de mulheres negras potencializam. Enfim, o adoecimento assumido, percebido, multifacetado esteve como pano de fundo dos diálogos estabelecidos e das respostas concedidas sob as mais diferentes formas de expressá-las.

Responsividade

Em relação às mulheres negras, a consciência estaria atrelada à capacidade em compreender que a dimensão racial interfere nos processos dos quais as mesmas participam, em diferentes espaços-tempo (da infância à vida adulta). A insipiência sobre os conceitos: preconceito, discriminação e racismo se confundem e passam a evidenciar o restrito acesso à informação, à escolaridade e manutenção da lógica do poder-saber (GOMES, 2005; FREIRE, 2011; MUNANGA, 2004). A responsividade, seria a capacidade de responder a uma situação, seja pela inércia ou ação, na autonomia para responsabilizar-se pela conduta admitida e ao criar ou não ferramentas emocionais e de resistência (FANON, 2005; RATTS, 2006; NASCIMENTO, 2016; GONZALES, 2020) que possibilitem o enfrentamento das iniquidades sociais e raciais que as impactam. Entretanto, deve-se compreender que a noção de responsividade não necessariamente expressa um ato de consciência justamente porque a omissão talvez seja uma forma de resposta, voluntária ou não. A exemplo dos profissionais que não evidenciaram ou anunciaram nas suas narrativas práticas que pudessem abordar o tema mesmo coletivamente, essa postura pode apresentar um caráter de responsividade.

A seguir, apresentaremos o quadro analítico seguido de sistematização, na qual as categorias definidas predizem responder aos objetivos específicos propostos no projeto de pesquisa:

Perguntas da pesquisa	Objetivos específicos	Questões das entrevistas		Categorias de análise
		Profissionais	Mulheres negras	
Os serviços CAPS reproduzem o racismo institucional nas suas rotinas de atendimento? De que maneira?	Averiguar a presença do racismo institucional no âmbito dos serviços especializados em saúde mental – CAPS em Pelotas	Fale sobre sua experiência de trabalho no CAPS	Sobre o trabalho manual, relação com os materiais e escolhas	Espaço, Adoecimento, Responsividade
Existem práticas educativas que trabalhem a temática do racismo nos serviços CAPS? Se sim, como atuam nessa perspectiva?	Analisar como as práticas educativas em arte atuam diante do racismo	Como as práticas artísticas atuam no trabalho terapêutico?	Fale um pouco de si mesma (tempos de infância, escola, família, etc.)	Espaço, Adoecimento, Violências, Responsividade
Existem práticas educativas que trabalhem a temática do racismo nos serviços CAPS? Se sim, como atuam nessa perspectiva?	Verificar como essas práticas educativas atuam no trabalho terapêutico frente ao adoecimento de mulheres negras em contextos de racismo	Sobre racismo, onde e como se produz?	Como chegou ao CAPS? Qual foi seu diagnóstico?	Espaço, Adoecimento, Violências, Responsividade
Mulheres negras compreendem o racismo como potencializador de adoecimento mental?	Compreender as experiências pregressas de mulheres negras à chegada no CAPS, em relação ao seu processo de adoecimento, e como elas vivenciam o racismo no seu cotidiano fora desse espaço	Há diferenças raciais e discriminação neste ambiente?	Como se sente como mulher negra?	Espaço, Adoecimento, Violências, Responsividade
			Sabe o que é racismo? Cite um exemplo, caso já o tenha vivenciado	
Quais formas de enfrentamento ao racismo decorrem da ação dos sujeitos (mulheres negras e instituições) envolvidos nesse cotidiano?	Observar os movimentos contrários ao racismo institucional, resultantes de ações antirracistas no interior do próprio sistema de saúde regional, decorrente de ações advindas dos sujeitos envolvidos na pesquisa.	É possível associar adoecimento mental às questões raciais?	Como se sente em relação ao tratamento no CAPS? Já sofreu racismo neste ambiente?	Espaço, Adoecimento, Responsividade
			Há relação entre racismo e adoecimento mental?	
		De que forma a questão racial e outras que se interseccionam às vidas das mulheres podem estar presentes nas práticas educativas?	As atividades artísticas e artesanais ajudam no tratamento?	

Quadro 4: Elaborado pela pesquisadora

5. 2. Proposições da pesquisa: Experiências cotidianas interseccionadas pelo racismo

Chamamos de proposições aquilo que os/as respondentes/participantes da pesquisa interpretaram e nos apresentam enquanto concepção própria de entendimento do que fora sugestionado durantes as entrevistas e encontro presencial em atividade cujo objetivo era, minimamente, perceber o quanto as mulheres negras, em coletividade, aproximam-se ou se afastam frente às suas experiências cotidianas e interseccionadas pelo racismo. Essas proposições são os anúncios de narrativas que desestabilizam verdades e provocam-nos a perceber desse mosaico de situações quais as possibilidades de responder à questão problematizadora deixando margens para o não apreendido frente à limitação que toda a investigação se depara: a abundância da experiência humana em sociedades, por vezes, extremamente desumanizadoras.

5.2.1 Proposições alinhavadas à interlocução com os arte/educadores/as

Importante lembrar que a experiência de trabalho da pesquisadora no CAPS Porto foi a grande propulsora desta pesquisa, tendo em vista perceber que as dinâmicas de trabalho estabelecidas no contato diário entre usuários/as e trabalhadores/as da saúde mental apresentavam uma constante de episódio racistas e preconceituosos, notadamente, velados.

Havia no espaço dos CAPS uma naturalização de práticas e discursos entre os próprios profissionais de saúde que apontavam para o racismo recreativo, o qual reproduzia ideias derrogatórias sobre as minorias raciais com o intuito de mantê-las em um lugar de inferioridade moral e intelectual (MOREIRA, 2019), por vezes, admitido também em relação aos usuários/as dos serviços. Essa naturalização fez tecer algumas críticas, mas que ainda não estavam balizadas por uma fundamentação teórica, portanto, para averiguar a presença (ou não) do racismo no âmbito dos serviços CAPS em Pelotas compreendemos que seria preciso alcançar outros espaços de discussão e aprofundar leituras que pudessem contribuir para um movimento que ousei chamar de *escritação*. No qual, o agir e o pensar se entrelaçassem e constituíssem uma práxis tanto em relação a própria identidade como mulher negra trabalhadora, mas também pudesse promover um debate acerca do racismo nos serviços de saúde mental. Assim, ante as evidências já apontadas pela pesquisadora na atuação como arte/educadora e pelo estudo exploratório a partir dos documentos e registros em saúde, propusemos investigar a presença do racismo institucional no contexto dos CAPS que compõem a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do município.

Ao retomar a concepção de Werneck e Lopes (2009) sobre a forma como os profissionais da saúde naturalizam visões estigmatizadas sobre a população negra, bem como, quando acabam por influenciar na reprodução de práticas preconceituosas que desconsideram a diversidade de grupos que acessam esses serviços, entendemos que os mesmos têm dificuldades em perceber o racismo estruturado na sociedade e naturalizado nas ações cotidianas das quais estão inseridos, por outro lado, pode ser também essa uma conduta de responsividade quando pensada enquanto categoria analítica desta pesquisa, ou seja respondem de diferentes modos, de forma crítica, bem como acrítica. São múltiplas formas de se colocar frente a um fenômeno/situação orquestrado pelo racismo.

Vale relembrar, o estudo exploratório realizado em 2018 (vide página 69), quando este estudo começava a se anunciar, já havia constatado que alguns instrumentos de coleta de dados dos usuários/as do CAPS estavam devidamente preenchidos quanto ao quesito raça/cor, haja vista a obrigatoriedade da autodeclaração e, assim, muitas vezes conduzindo a dados subnotificados ou ignorados pelos/as profissionais.

Em conformidade com a fala de uma profissional: "Quanta bobagem, somos todos humanos. Não precisa dessa diferenciação" (DIÁRIO DE CAMPO, 2019), outros relatos eram também trazidos em encontros de educação continuada pela Rede de Saúde Mental, onde participavam profissionais de todos os CAPS, sendo igualmente questionada a legitimidade desse instrumento. Reforça-se, portanto, que a invisibilidade estatística apresentada pelo defectível preenchimento do quesito raça/cor tem como resultado a impossibilidade de diagnosticar características que promovam a equidade nos serviços de saúde e, como parte uma política pública, afeta o monitoramento, a avaliação e a implementação de outras intervenções voltadas à saúde da população negra e, por consequência, o combate ao racismo institucional (GERALDO, 2022).

Acerca de uma conduta displicente, no relato dos/as profissionais entrevistados/as, percebe-se que esse espaço não parece estar compreendido em sua dinâmica composta por diferentes sujeitos e suas distintas realidades (CERTEAU, 2014) que possam ser atravessadas pelo racismo. Desse modo, acreditam que não há diferenças que possam espelhar sua própria conduta profissional.

> Não, nunca presenciei nada. Eu não percebo assim, né?! Pelo menos nas coisas que eu observo ou tô junto assim não nunca notei nada disso. Pelo menos dos profissionais em relação aos pacientes não sei se entre eles, mas eu também nunca presenciei (Profissional, CAPS c)

Ao considerarem que não há racismo nesse espaço, os profissionais não questionam se o fenômeno pode ou não influenciar no adoecimento dos/as usuários/as, tampouco são capazes de perceber suas próprias ações na reprodução de prática

discriminatórias e preconceituosas, as quais são evidenciadas veladamente. Como nos mostra o relato de uma usuária entrevistada:

> [...] já fiquei desconfiada, entendeu?! Tem falas que eu não ia porque eu ficava desconfiada por causa do racismo, por causa do fedor, dá mal arrumação. Um chinelinho que tu tá nos pés, um trapinho que tu tá na roupa. Tu sente quando a pessoa não tá te tratando bem, mesmo que ela te dê uma aula de música. Ela está fingindo que tá te tratando bem, ela não tá te tratando bem. Eu me sinto assim. Eu me senti assim (Usuária, 50 anos, CAPS c)

Esses relatos chamam atenção pelo aspecto "sutil" e "silencioso" como colocada a presença do racismo nos serviços CAPS e, por conseguinte, a suscetibilidade que possibilita manter essa situação inalterada. Como apontado por Munanga (2004) e Gonzales (2020), não é difícil entender que a existência de uma suposta harmonia racial no Brasil tratou de endossar o racismo de acordo com o critério ideológico-político e as relações de poder evidenciadas em quaisquer contextos socioculturais. Nisso, um tipo de "silêncio ruidoso" (GONZALES, 2020), no que diz respeito às hierarquias e desigualdades raciais sistematizadas, institucionalizadas paira sobre a sociedade brasileira buscando manter o status quo. Dessa maneira seria preciso considerar que na dinâmica dessas relações esse silêncio caminha no mesmo patamar histórico, estrutural de uma sociedade que insiste em manter as deformidades presentes porque se conectam com outras práticas opressoras, nem sempre perceptíveis pelos sujeitos partícipes dessas mesmas relações (ROCHA, 2021).

Além disso, a narrativa de que não é usual o debate sobre o racismo nesses espaços porque não determinado pela gestão ou administração municipal, ainda que percebida a atualidade da discussão, reforça a não responsabilização dos/as profissionais pelo enfrentamento. Desse modo, não trazem uma reflexão crítica sobre o próprio trabalho e "jogam" para o sistema, uma estrutura indefinida no espaço/tempo das relações interpessoais, ou para a precarização da estrutura a responsabilização pelo debate. Como é possível observar no relato a seguir:

> Então eu acho que é uma coisa bem difícil de ser trabalhada aqui dentro principalmente pela nossa pelo nosso excesso de trabalho e quantidade de equipe porque a gente tem uma equipe muito reduzida para uma extensão de acolhimentos muito grande (...) então, às vezes algumas questões importantes assim passam batidas. Eu Acredito que todos os CAPS sejam assim né, com pouca equipe. E com a rotina bem corrida (Profissional, CAPS a)

Outro dado importante a ser considerado ao analisar como as práticas educativas em arte atuam diante do racismo, é que a maioria dos/as profissionais entrevistados demonstram ter algum conhecimento da atualidade deste tema de pesquisa e das consequências históricas desse fenômeno na sociedade, embora não se utilizem de terminologias ou conceitos que o definam. Entretanto, possuir alguns níveis de consciência não sugere que escolham conduzir suas práticas de acordo com uma atuação antirracista,

pela qual se entende que é possível educar e formar para as relações étnico-raciais (GOMES, 2005), ou porque confiam que uma postura "não racista", na qual se conforma com a situação, seria o suficiente.

> Eu acho que se a minha postura for uma postura que não seja racista, eu já tô levando isso pras pessoas que tão convivendo comigo nas minhas práticas educativas, né?! Acho que a minha postura é a melhor forma de, de tanto de demonstrar o que eu penso, como não sei se de educar seria a palavra, mas eu acho que o exemplo da gente é o mais importante, né? Com relação a com quem tu tá convivendo, seja aluno, seja paciente de oficina, seja colegas, né eu acho que a postura da gente acaba de alguma forma influenciando quem tá convivendo com a gente. Eu acho que dessa forma, eu acho que seria isso (Profissional, CAPS c)

Nota-se que estar possivelmente ciente da dimensão racial não implica ter uma atitude que busque a responsabilização pela reprodução do racismo, e tender a "educar" pelo exemplo seria simplesmente não demonstrar uma postura individual com conotação. Deste modo, os arte/educadores/as apenas deslocam o racismo institucional para uma relação meramente interpessoal sem qualquer reflexão e ação que incida individual ou coletivamente na esfera dos atendimentos do CAPS que não estão apartados dos mecanismos históricos e socioculturais alicerçados pelo racismo estrutural.

> Eu acho que são coisas para discutir que não dá para fechar. Não dá para ter um posicionamento, né? mas é interessante tu perceber como a gente acaba, muitas vezes, nesse processo de vivenciar as práticas, né? de valorização. A gente acaba muitas vezes fazendo um discurso também, um discurso muitas vezes preconceituoso (Profissional, CAPS b, grifo nosso)

Em geral, as falas indicam que os/as profissionais não possuem uma ideia consensual acerca da presença do racismo nas relações cotidianas dentro dos serviços de saúde a partir de em suas experiências pessoais em outros espaços, sejam familiares ou institucionais. Ademais, contraditoriamente, evidenciam o "silenciamento" do racismo nas suas práticas e nas rotinas de atendimento quando afirmam serem capazes de reproduzir um discurso "preconceituoso". Mas apesar de perceberem o flagrante desnivelamento de condições sociais para usuários/as negros/as, talvez limitem essa percepção a questões de classe desracializadas, algo impossível, principalmente, pela gramatica dos números já apresentados das desigualdades sociais que são, também, raciais.

Sobretudo em relação às práticas arte/educativas e o trabalho terapêutico frente ao adoecimento de mulheres negras, já dissemos como competência dos arte/educadores/as nos CAPS tem a proposição de promover a ressocialização dos usuários/as e, também, enseja o fazer pela arte potencialmente criativo e expressivo (RAUTER, 2000; NUNES & SIQUEIRA-SILVA, 2016). Diante disso, faz-se necessário dizer que o trabalho arte/educativo não deveria se distanciar da realidade sociocultural que envolve as mulheres

participantes da pesquisa, porém, o que podemos apontar é que grande parte dos profissionais não é capaz de associar o adoecimento mental ao racismo.

Como bem demonstra o relato a seguir:

> Olha, tem uma experiência que eu tenho assim, eu nunca. Eu nunca fiz essa associação. Nunca, nunca vi, nunca nem ouvi, sabe?! E nunca percebi isso em algum, em alguma pessoa, algum paciente, sabe?! E eu nunca fiz essa associação mesmo. Não sabia por esse olhar assim. Acho que não. Não, não, não (Profissional, CAPS b)

Se, por um lado, alguns profissionais afirmam não associar o racismo ao adoecimento e sofrimento psíquico, em certo momento, são capazes de relacionar esse fenômeno aos ciclos de violência e vulnerabilidade social, portanto, aos condicionantes sociais produzidos pelo racismo.

> A gente sabe disso, quem normalmente cai de volta aqui sai daqui desintoxica e acaba caindo de volta normalmente o pessoal negro né, é o pessoal que não tem estabilidade lá fora, é pessoal que tem normalmente filhos em Conselho Tutelar, mulheres que estão com filhos em Conselho Tutelar, que não têm, não têm um amparo (Profissional, CAPS a)

Em termos de debate interseccional, apenas (1) uma profissional atribuiu diretamente o racismo como fator de adoecimento mental quando demonstrada a compreensão sobre os atributos de gênero e raça que, ao serem cruzados, expressam as condições sociais vividas e a consequência imediata desse adoecimento:

> Se eu tinha um grupo assim de 23 mulheres, eu conseguia levar 3 que eram brancas e que estavam sofrendo os mesmos problemas. A maioria era a mulher negra. Isso aconteceu nos grupos de homem também, mas como a gente tá falando de mulher era sempre assim, sempre, elas adoecem muito por questões externas, entendeu? É a falta de trabalho, é o abandono do companheiro, é o uso de drogas dos filhos e ter muitos filhos e não ter como sustentar esses filhos todos. É ganhar muito pouco e trabalhar muito. Chega a um ponto que elas não conseguem mais, elas adoecem e aí elas vão acabar no CAPS, em surto ou em depressão (Profissional, CAPS z)

O caso narrado acima desvela como os condicionantes produzidos pelo racismo têm distintas dimensões quando marcadas pela questão de gênero, ou seja, embora homens também possam adoecer por causas sociais que acometem também as mulheres, são elas que adoecem por questões relacionadas aos aspectos socioculturais que revelam por exemplo como são afetadas de forma desigual porque, muitas vezes sozinhas, incorporam o dever paterno e de trabalho ao chefiar famílias inteiras.

Ainda sobre os arte/educadores/as e a responsividade sobre suas práticas, é importante verificar que são capazes de refletir sobre os condicionantes percebidos na estrutura das relações sociais, e ponderam que haja assimetrias raciais também marcadas pela intersecção das múltiplas opressões que mulheres negras carregam.

> Elas diziam que o homem quando tem transtorno mental sofre muito, os jovens sofrem muito, jovens homens, jovens mulheres e as mulheres sofrem muito. Mas as mulheres brancas talvez sofram um pouco menos do que as mulheres negras porque as mulheres negras carregam além do sofrimento psíquico, o estigma de serem negras (Profissional, CAPS p)

Esse excerto destaca a violência doméstica como um aspecto similar as mulheres negras atendidas naquele CAPS, assim como o cuidado com filhos em uso de drogas, o que evidencia também o adoecimento familiar. Dessa forma, a percepção sobre a dinâmica apresentada confirma que apesar da exposição ser mais frequente entre os homens, são as mulheres que acabam por desenvolver mais problemas de saúde mental em contextos de violência (GONÇALVES; QUEIROZ; DELGADO, 2017), principalmente, são as mulheres negras que têm não apenas a perda dos filhos enquanto propulsor de sofrimento, pois também recebem em troca a impunidade e o trauma como resposta permanente do Estado que não deixa de ser tensionado pelas suas organizações sociais.[81]

A compreensão desse contexto sociocultural pela arte/educadora pode ser balizada pela experiência subjetiva de ser também uma mulher negra e trabalhadora, tendo em vista, uma percepção de identidade que reconhece os aspectos envolvidos e, do mesmo modo, compreende as limitações em promover uma prática educativa que passe pela anuência da coordenação justamente porque reconhecida a tentativa de sensibilização para o debate. Ao refletir sobre o episódio, a arte/educadora revelou ainda como sua trajetória profissional na saúde mental precisou se adaptar a situações nas quais o racismo esteve sutilmente presente. Alega que por tratar-se de uma profissional negra ainda que em espaços de poder, a primeira impressão é, notadamente, de uma pessoa subordinada ocupando um cargo também subordinado e assim o racismo se daria nos detalhes. O testemunho pessoal da arte/educadora expressa a busca particular de uma pedagogia engajada (hooks, 2017) que possibilite valorizar a expressão de quem aprende, mas também porque parte da própria experiência como possibilidade de ativismo mesmo dentro das estruturas múltiplas de dominação (COLLINS, 2016) e também porque é capaz de "[...] fazer de sua prática de ensino um foco de resistência" (hooks, 2017, p. 36).

5.2.2 Proposições alinhavadas à interlocução com Mulheres Negras

Para compreender as experiências pregressas de mulheres negras à sua chegada no CAPS e em relação ao seu processo de adoecimento, outros espaços precisavam ser

[81] O Movimento Vidas Negras Importam *(Black Lives Matter)*, a partir dos casos de violência policial em diferentes cidades no Brasil e no mundo, é um importante exemplo de mulheres negras e mães que permanecem em constante luta por justiça diante da perda dos filhos.

pensados porque o racismo está impregnado em distintos contextos sociais. Há que se observar pelas diferentes narrativas das mulheres que suas experiências diante do racismo estavam relacionadas, em grande parte, às dinâmicas interpessoais e individuais, especialmente quando vivenciadas em situações cotidianas de trabalho, na escola ou no acesso a bens e serviços sejam publicou ou privados. Evidenciando assim, como o racismo camuflado combina-se a perniciosidade das práticas de discriminação e preconceito, nas quais as microagressões cotidianas (MOREIRA, 2019; TAVARES; KURATANI, 2019) assumem a forma de insultos, expressões verbais e desprezo em relação a esse grupo. É o que veremos no extenso relato de uma das entrevistadas:

[...] Não sei se por isso ou se é pelo racismo que tem muito racismo né eu já passei já por uma situação assim antes de tá na galeria do ônibus já uns cara passar e dizer um monte de coisa para mim e só eu de negra tava ali e eu fiz que nem vi, deixei aquilo passar. E ocasiões que uma pessoa atravessa na calçada que passa por uma pessoa atravessa pela outra, entendesse? Tu sente assim que é racismo. E tem outras vezes que não tem vezes que as pessoas, tu anda normal e passam por ti e não acontece nada. Mas tem muito racismo eu acho que tem muito racismo assim o ônibus. As coisas que eu sinto quando eu vou sentar, eu sempre pergunto, pergunto eu posso sentar aqui posso me sentar aqui? Pode. Ah não! Já tô guardando o lugar para alguém. Mentira! Bota a bolsa ali só pra ti não te sentar ali. Então quer dizer que tem coisas que fica pra ti, né, mas tem coisas que fica assim né? Até nem gosto de comentar, mas pra mim tem muito racismo. Que a gente tem que presta atenção, mas tem muito muito racismo. Muita gente racista ainda. Pode não falar, mas só nessas coisas sim, sim já sente (Usuária, 47 anos, CAPS b)

Das situações importunas no cotidiano da mobilidade através do uso de transporte público, encontramos no fragmento que apresentamos a seguir, ainda a explicitação do racismo no espaço de trabalho doméstico (TEIXEIRA, 2021) como uma herança das origens históricas escravocratas, quase sempre reatualizadas. Quando a intimidade da relação patrão/empregado/a, perceptível na fala da entrevistada, não impediu que fosse dinamizado o racismo que faz com que pessoas se coloquem de joelhos frente a ele situado no relato de humilhação sofrida pela entrevistada.

[...] Já, já, de gente me botar de joelho no chão. Escovar a mancha que eu fiz na Lajota. Entendeu?! A Luci, a falecida Luci. Eu trabalhei para ela (...) bah! Ela era horrível para limpeza. Ela botava a pessoa como escravo. Tirar aquela mancha todo custo que tu colocou ali mesmo sabendo que não saía. Eu fui muito humilhada. Por isso eu hoje eu não quero o que eu fui pras minhas filhas hoje (Usuária, 50 anos, CAPS c)

Para Lefebvre (2000), um espaço (social) é descrito pelos discursos cotidianos que o discernem podendo ser um dos seus fundamentos o interdito ou não-dito das comunicações entre os membros de uma sociedade. A produção do espaço consistiria em tudo o que é interagido pela sociedade, quer seja por sua cooperação ou por seus conflitos (LEFEBVRE, 2000). Ao trazer essa dimensão para a pesquisa, percebemos como as relações de poder ao produzir certos territórios fazem também funcionar os discursos e meandros sociais capazes de excluir sujeitos/grupos inteiros.

Outra percepção bem marcada nas narrativas, diz respeito a dimensão relacional no espaço-tempo (MASSEY, 2000; HALL, 2005) quando essas mulheres se voltam para o passado na intenção de presentificar ou expressar a crueldade do racismo. Para Massey (2000), o espaço é a dimensão do social pela coexistência contemporânea com outros espaços temporais, por isso, modula nossa maneira de compreender o mundo, modificando nossas identidades e ações políticas.

[...] O que tem acontecido hoje, hoje tem acontecido tudo que está acontecendo no passado. As pessoas não te tratam mais o de hoje. Te tratam como antigamente, tá. E isso me dói muito, me revolta muito. É que tem muito racismo nesse mundo. Às vezes as pessoas dizem não existe racismo, existe na tua parte, mas não! Existe racismo (Usuária, 50 anos, CAPS c)

Veja-se que para outra entrevistada, essa dimensão da memória remete ao espaço-tempo vivido no presente onde a repressão, violência, discriminação e preconceito traduzidos pelo racismo assumem a reconfiguração simbólica de um espaço-tempo não vivido, porém, reinterpretado. Em suas palavras: Como se o tempo da escravidão tivesse voltando de novo. É isso que eu tô sentindo. Parece que o tempo da escravidão parece que tá voltando pra nós, negros (Usuária, 48 anos, CAPS z). Observa-se nesse fragmento, como o período da escravidão é redimensionado para a atualidade como espectro do racismo. Mais do que isso, traz sensações que são expressas por uma memória histórica e coletiva, ora reelaborada, pela sua correspondência com as condições vivenciadas no presente.

Santos (2000), ao utilizar o enfoque espaço-temporal, explica como o espaço considerado um "[...] mosaico de elementos de diferentes eras, sintetiza de um lado a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade" (SANTOS, 2000, p. 16). De tal modo, tempo e espaço podem conectar sujeitos a eventos históricos em distintas épocas culturais (HALL, 2003) produzindo diferentes processos de subjetivação.

Nessa linha, a propósito do sofrimento produzido pelo racismo, as práticas de discriminação e preconceito vivenciados em determinado espaço-tempo são também associadas a eventos traumáticos: [...] Como eu vou te explicar. No tempo que o meu pai era vivo, meu pai era negro e eu ia pro colégio, eles chamavam eu de nega suja, nega isso, nega podre. Nega que não pode isso, não pode aquilo. Um trauma, sabe?! (Usuária, 42 anos, CAPS e).

Tem-se o trauma como um dos efeitos perversos do racismo, pois diante de episódio vivido quase sempre é preciso reelaborar-se, psicologicamente e fisicamente, para permanecer participando da dinâmica das relações sociais e culturais. É nesse esquema

mental que pessoas negras são colocadas, estigmatizadas e, sob profundo estresse emocional, têm sua dignidade violada e essa condição dificulta a formação do próprio sentimento de valor pessoal (MOREIRA, 2019).

Um exemplo fica evidente, quando uma das entrevistadas, ao lembrar-se de uma situação experimentada dentro de uma loja de departamentos sentir-se estarrecida diante da acusação de roubo, ainda que não verbalizada pelo funcionário.

> [...] Eu lembrei que eu já entrei numa loja, fucei, fucei, fucei coisas e depois distribuí por toda a loja, tudo que eu já tinha pego e aí eu fui embora. Aí quando veio o cara da loja, queria ver a minha bolsa. Eu tava assim né, aos prantos. Eu não acredito que vai acontecer isso comigo. E agora o que é que eu faço, me apavorei e fui pra casa. Nem pra dar parte eu não atinei(...)O homem procurou, mexeu, vasculhou a bolsa, viu que não tinha nada e me pediu desculpa, e fui embora. Mas toda vez quando eu entrava naquela loja, era aquele suplício (Usuária, 42 anos, CAPS f)

Com respeito à relação interseccional entre espaço, violências, adoecimento e racismo já falamos sobre a criminalização de pessoas negras, em especial de jovens negros periféricos, entretanto, essa máxima também se aplica a mulheres negras quando reconhecidos mecanismos e usos de práticas punitivas intencionalmente aplicadas para impedir o acesso a determinados espaços sociais e culturais. Conforme afirmamos, a violência do Estado não tem apenas um caráter punitivista de salvaguardar os interesses da sociedade, mas sim, através de uma necropolítica manter o teor ideológico do racismo ante o estereótipo das massas como mecanismo de controle (BORGES, 2019; MBEMBE, 2018).

Juliana Borges, no livro *Encarceramento em massa*, sustenta que uma perene mentalidade escravocrata foi mantida após a abolição quando diversas políticas foram, pela via do racismo discriminatório, elaboradas para continuar a regrar a vida de mulheres negras e homens negros na sociedade brasileira. Sendo o sistema de justiça criminal um dos mecanismos mais eficientes em perpetuar essa lógica de exclusão, e onde o discurso impregnado no imaginário social ainda é capaz de admitir as "pela aculturação, pela assimilação e pelo epistemicídio, até as mortes físicas, que se estabelecem por violência, torturas, encarceramento" (BORGES, 2019, p. 58) inteiramente fundantes no racismo.

Ao retomar o pensamento de Frantz Fanon, essas questões se sobrelevam quando pensadas na figura do homem negro historicamente representado como violento, lascivo e agressivo. Para esse autor, as sequelas do racismo são resultado de experiências vividas por um esquema corporal histórico-racial onde a cor negra "[...] simboliza o mal, o pecado, a miséria, a morte, a guerra, a fome" (FANON, 2008, p. 161), e tal compreensão só é reforçada porque um inconsciente coletivo, como consequência de uma imposição cultural, foi eloquentemente instalado enquanto estratégia do colonialismo.

Em suma, ao reduzir mulheres negras e homens negros à condição de violentos/as, agressivos/as ou, mesmo, a uma predisposição biológica a criminalidade como aquela fundada em teorias eugenistas no início do século XX, se corrobora a ideologia que buscou inverter a real dinâmica de violência imposta pelo colonizador e que ainda pretende manter regulados esses corpos. Seja simbolicamente, ideologicamente ou pelo uso exclusivo da violência física, quando não, pela ação deliberada de matar.

5.3. Ações antirracistas figuradas: Os sujeitos envolvidos (arte/educadores/as e mulheres negras) e a Responsividade factível

Ao propor observar os movimentos contrários ao racismo institucional, resultantes de ações antirracistas seja no interior sistema de saúde regional, ou no que decorre de ações advindas dos sujeitos próprios envolvidos na pesquisa, pode-se refletir sobre uma responsividade praticada, mas nem sempre diligente. Ou seja, a despeito da questão racial não emergir das ações desenvolvidas permanentemente ainda que o fenômeno seja uma pauta política e também uma experiência vivida na atualidade, há que se compreender que outas táticas podem ser elaboradas enquanto microrrestistências por parte dos/as usuários/as, de familiares e, quiçá, dos/as profissionais de saúde.

De modo que, em termos de práticas arte/educativas que abordassem o tema da pesquisa, pouco se confirmou sobre tal perspectiva trabalhada pelos arte/educadores/as. Destarte, verificou-se em um dos relatos que a profissional precisou imputar-se pela abordagem do tema racismo ao constituir um grupo exclusivamente de mulheres negras, algo que nas suas palavras certamente foi visto como inadequado por outras/os colegas de trabalho.

> E aí eu percebi assim, isso por minha conta e risco assim, que eu tive até um pouco de receio, mas eu fiz um grupo só de mulheres, só de mulheres negras que sofriam violência doméstica. Elas estavam em tratamento pra depressão por causas de violência doméstica e mães com filhos em uso de drogas. Aí eu percebendo assim, fazendo uma ação e falei com a coordenação na época do CAPS lá que eu queria fazer esse grupo. E aí eu fiz um grupo que era uma roda de conversa, sabe?! (Profissional, CAPS z, grifo nosso)

Neste aspecto, foi possível perceber que as mulheres entrevistadas também reconhecem o grupo terapêutico como possibilidade de constituir outras maneiras de ver a si mesmas, quando compartilhadas experiências, a qualquer tempo, e não apenas pela exclusividade de um tema específico: [...] eu preciso de uma ajuda. Até um conforto, com uma conversa, com uma ideia assim já me ajuda eu, entendesse?! Não me deixa em pânico tanto assim (Usuária, 50 anos, CAPS c).

Se tomarmos esses dois fragmentos para pensar a categoria de Responsividade, ambos trazem elementos discursivos acerca de atividades ou ações onde podem ser percebidas maneiras de resistir, de responder ao processo de adoecimento e porque não, responder ao racismo**.** Para Freire (2019), ações transgressoras ou emancipatórias podem advir de diferentes contextos desde que amparadas por uma concepção problematizadora que percebe a realidade social como um processo, onde o pensar coletivo não aceita a dicotomia mundo-homens e reconhece entre eles uma inquebrantável solidariedade (FREIRE, 2019). Talvez, a postura apresentada por alguns/algumas profissionais e usuárias/os possam estar permeados por elementos compatíveis com uma luta antirracista, ainda que não demonstre uma radicalidade propriamente dita podem despertar para uma responsividade sob a forma de ações e reflexões mais efetivas, no tempo individual e coletivo, de amadurecimento para tanto. Não são ações e reflexões que emerjam naturalmente; são necessárias induções institucionais e, para tanto, os sistemas de saúde devem, organizadamente, criar agendadas que potencializem que seus agentes (profissionais e usuários/as) tenham suas ações pautadas por um processo de educação das relações étnico-raciais cujo produto seja um atendimento que não ignore as interfaces sociais de diagnósticos que não são absolutamente clínicos.

A partir dessas reflexões, trazemos algumas atividades realizadas durante o processo de investigação e que conduzem a atos políticos os quais desejavam disseminar uma consciência política no interior das práticas educativas desenvolvidas no CAPS. Esse inventário de ações faz parte do Diário de campo da pesquisa,[82] tendo como exercício de *escritação* insuflar o debate antimanicomial, sendo promovidas idas a passeatas, Assembleias e encontros na Praça central como o objetivo de construir relações junto a usuários/as, familiares, profissionais e comunidade, ou seja, àquilo que se consolida como emancipatório e transgressor: a práxis (DUARTE, 2021).

Figura 7 - Abraço coletivo em torno do CAPS Porto como ação em alusão ao dia de Luta Antimanicomial em maio de 2018 com a participação de diversos serviços de saúde mental e seus usuários (Acervo da pesquisadora)

[82] A idealização das atividades realizadas partira da pesquisadora em parceria com as/os colegas de trabalho no CAPS Porto.

Figura 8 - Ação promovida pelo CAPS Porto na Praça Coronel Pedro Osório, localizada no centro da cidade, pela passagem do dia de Luta Antimanicomial em maio de 2019 (Foto: Carlos Queiroz – Diário Popular)

Foi assim que criamos o Projeto *Lagarteando* com a Saúde Mental em 2018,[83] onde encantávamos uma possibilidade de reunir usuários, familiares e comunidade promovendo um diálogo, e também, o protagonismo dos usuários diante do estigma da loucura. Usuárias/os estavam envolvidos na organização, distribuição de materiais e apresentações artísticas, musicais e depoimentos ao ar livre. O projeto foi abraçado por outros serviços da Rede, sendo inclusive chamado a participar em atividades posteriores em parceria com os cursos de Enfermagem e Psicologia, das instituições de ensino UFPel e UCPel, respectivamente. Esse reconhecimento alcançou projeção na própria comunidade, chegando a ser publicizado em jornais pela internet de outros municípios.[84]

[83] *Lagartear* para os gaúchos significa permanecer ao sol em dias muito frios. É uma característica cultural adotada junto ao hábito de comer bergamota ou mexerica ou, ainda, tangerina. Faz parte do cotidiano e foi trazido como metáfora para o projeto por aproximar as pessoas.

[84] Disponível em: http://www.pelotas.rs.gov.br/noticia/lagarteando-reune-equipes-e-usuarios-dos-caps. Acesso em 12 jun. 2021.

Figura 9 - Diversos momentos do evento *Lagarteando com a Saúde Mental* realizados em 2018 e 2019 (Acervo da pesquisadora)

Figura 10 - Protestos ocorridos em Pelotas no ano de 2019 em defesa da educação pública, onde profissionais e usuários/as dos serviços participaram juntos das manifestações
(Acervo da pesquisadora)

O Curso Promotores em Saúde da População Negra, realizado em 2019 sob coordenação da UFRGS, Escola de Enfermagem e grupo de pesquisas *Harambee*, já estava em andamento quando a pesquisadora recebeu o convite para representar o município de Pelotas através da coordenação de saúde mental. A cada mês, eram realizadas atividades teóricas e práticas com a participação de diversos municípios gaúchos, tais atividades foram distribuídas pelos espaços da UFRGS e Memorial do Rio Grande do Sul no centro de Porto Alegre. Em dezembro, ocorreu a formatura dos participantes do curso com entrega de certificado e presença de familiares.

Figura 11 - Imagens do Curso Promotores em Saúde da População Negra, 2019 (Acervo da pesquisadora)

Vale destacar, no ano de 2020 fui convidada a participar do Movimento de Resistências de Estudantes, Técnica/os Administrativa/os em Educação e Docentes da UFPEL chamado UFPreta. Neste período, estive envolvida com ações para sobre o racismo e o preconceito em educação e saúde, dentro e fora da Universidade.

Figura 12 - Card desenvolvido para a primeira atividade virtual realizada pelo Movimento UFPreta (UFPel) em 2020. O evento foi publicizado no Facebook e promoveu o debate sobre Saúde e Racismo na pandemia.

Figura 13 - Marcha Antirracista em Pelotas durante a pandemia em alusão ao 20 de novembro (Acervo da pesquisadora, 2019)

Neste inventário que se apresenta em diferentes momentos da tese, foram trazidas algumas pequenas revoluções ou microrresitências feitas por usuários/as, familiares, profissionais de saúde, estudantes, professores, diferentes instituições de ensino e pela comunidade, onde foi possível promover a cidadania e fortalecer o debate sobre pautas como o racismo, a luta antimanicomial e os retrocessos políticos dos últimos anos. Dessa maneira, acredito que minha participação como pesquisadora e trabalhadora em diferentes contextos que reflitam sobre um novo projeto de universidade/conhecimento, apostando em epistemologias outras, seja parte constitutiva do campo da formação de professores, bem como de uma *escritação* e uma *Costuralidade* pretendidas como propostas ético-metodológicas. Por compreender que o desejo em descolonizar a educação implica também outras construções para as quais uma práxis seja possível.

5.4. Encontro Estético-Metodológico: Artesanias de si e vivências (com) partilhadas

A proposta de realizar um encontro presencial com mulheres negras participantes da pesquisa parte do entendimento de que, uma única entrevista em meio ao cenário pandêmico, talvez não daria conta de uma materialidade desejada, de algo táctil que pudesse

operar com outros sentidos também essenciais à pesquisa. Buscou-se assim, retornar às mulheres entrevistadas por meio de contato telefônico e convidá-las a participar da atividade, sendo o convite estendido a outras usuárias do CAPS Porto que não haviam participado da pesquisa. Para tanto, seguindo a mesma conduta para as entrevistas, foi solicitado aos colegas de trabalho que sugerissem nomes de usuárias em atendimento atual, conforme critério que evidenciasse serem todas autodeclaradas mulheres negras. A partir de então, criou-se um grupo de WhatsApp com aquelas que dispunham do recurso naquele momento e, com as demais, informamos data e local já definidos.

O grupo virtual foi composto por nove mulheres, entre usuárias, convidadas e pesquisadora, tendo ótima receptividade e interação nas conversações. Observou-se ainda que duas mulheres solicitaram a realização de áudios durantes as conversas, pois justificaram "não saberem ler" (DIÁRIO DE CAMPO, 2022). Esses relatos evidenciavam como, apesar de suas limitações, essas mulheres tinham interesse participar do encontro a partir do que fora informado como objetivo da atividade, ou seja, pensar a estética negra e o autocuidado.[85]

O espaço escolhido para a realização do encontro foi o CAPS Porto, pois possibilitava à pesquisadora não apenas a organização da atividade como também o acesso das mulheres já que grande parte das usuárias convidadas pertenciam ao serviço. O encontro ocorreu no dia 8 de dezembro de 2022 com duração aproximada de 2h"30min, sendo realizada uma oficina de beleza e outra de patuás com distribuição de materiais, além de uma confraternização final com lanches preparados pela pesquisadora. Ao todo, oito mulheres participaram do encontro tendo comparecido apenas uma das entrevistadas na pesquisa, justamente pela dificuldade em contactar e pela justificativa de compromissos pessoais apresentada pelas demais.

Era preciso entrar em diálogo aberto com experiências cambiantes e plurais que buscam formas de sentir, de pensar, de fazer, de ser tecidas num cotidiano já marcado pelo sofrimento, mas onde também emergem estéticas que se incorporam a dimensão afetiva e espiritual que está presente nas sabedorias insurgentes. Dessa aposta, confiávamos na perspectiva trazida por Guerreiro Arias (2010) onde fosse possível *corazonar* o trabalho metodológico/acadêmico desde a costura com outras formas de conhecimento, de epistemologias e saberes outros dos quais se "[...] pueda hilar distintas formas de alteridad,

[85] O grupo do WhatsApp permanece e, junto a ele, um estar junto pautado por uma virtualidade que, agora, confere rostos a quem participa. Lá, de vez em quando, o desejo do reencontro se anuncia; sim, de fato, mulheres nesse breve encontro se marcaram uma à outra pela vontade de continuarem a viver cada dia melhor porque elas têm a certeza de que serão continuidade nas pequenas gerações que àquele dia, já estavam na antessala da vida.

que permita re-construir esa unidad en la diversidad de siempre, una red donde vuelvan a florecer los múltiples colores de la vida" (ARIAS, 2010, p. 16).

Neste sentido, recorremos a algumas questões do roteiro de entrevistas como possibilidade de adensar a perspectiva de relação com a manualidade e saberes produzidos por essas mulheres (PAULINO, 2011), em especial, a percepção sobre família, adoecimento e sobre a experiência de ser mulher negra. E, a despeito de ser uma experimentação coletiva, notadamente embrionária, pode-se perceber a forma resignada com que essas mulheres compartilhavam suas experiências naquele "espaço" de interação. Tal como aponta Muniz Sodré (2015), guardados os tensionamentos, haverá sempre uma negociação política e amorosa que coloca a interação social em uma profundidade maior diante da intersubjetividade entre os sujeitos. Porquanto, as estéticas negras atinentes às existências e práticas sociais não se limitam a individualidade porque estão interligadas num tipo de território, corpo e comunidade, ou seja, "[...] uma área simbólica, de sentido denso, pela presença de símbolos étnicos, religiosos ou culturais de todo tipo" (SODRÉ, 2015, p. 15).

Mediante as categorias de análise da pesquisa, incorre-se sobre os diálogos apresentados nesse encontro estético-metodológico, os quais possibilitaram verificar que as dinâmicas espaciais, as violências e o processo de adoecimento tendem a emergir como similitudes e experiências muito bem marcadas, na fala das participantes,[86] pela desigualdade racial e social desde a infância. Contudo, há certos componentes de responsividade que se relacionam ao autocuidado pela via da religiosidade e da percepção de beleza negra quando subvertem os pressupostos contidos nas hierarquias raciais e enfatizam uma tática de existência-resistência cotidiana diante do racismo.

A propósito da concepção totalizante de beleza, baseada em discursos sobre o feminino e a feminilidade, foi sendo reelaborada historicamente para dar conta das demandas de consumo capitalista, para impor hierarquias sobre as relações de gênero e negar, uma vez que a lógica do patriarcado impõe, a emancipação de mulheres sobre os próprios corpos (XAVIER, 2012). Entretanto, essa mesma concepção de beleza a partir das imagens femininas negras sempre esteve submetida ao processo de inferiorização e desumanização desde a escravidão. Segundo Giovana Xavier (2012), a "beleza negra" trazida como conceito histórico, pode se inserir dentro desse processo, no qual diz respeito a uma feminilidade medida pela experiência com o racismo e, a depender da classe social

[86] Não houve exigência de preenchimento de TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) para o encontro estético-metodológico, portanto, para atender ao recomendado pela Resolução 466/12, foram feitos registros no Diário de campo (imagens, áudios e anotações) sem apresentar informações pessoais sobre as participantes.

das mulheres e do significado que essa possa assumir, pela tentativa de superação das marcas de um passado repleto de subtrações.

Contudo, também é possível constatar a força e inventividade das mulheres negras quanto ao legado deixado para os seus descendentes, não à toa, segundo a autora, quando essa beleza negra é reivindicada como sinônimo de pertencimento e valorização de uma identidade racial que precisa ser reconstruída permanentemente.

5.4.1 Qual é a nossa beleza negra?

Oxum era rainha
Na mão direita tinha
O seu espelho onde vivia a se mirar

Maria Bethânia

Essa foi a pergunta disparadora de trocas e afetos entre mulheres negras que se encontraram para a atividade no CAPS, numa tarde quente e ensolarada de primavera. A dinâmica do espelho, talvez aquele usado pelo Orixá *Oxum*, onde cada uma deveria olhar-se e dizer qual parte do corpo mais gostavam, reverberou uma atenção aos detalhes quase sempre dissipados de uma intimidade consigo mesma. Um espelhamento da alma.

[...] Mesmo com todas as dores que eu tenho no meu corpo, e eu tomo medicamento todos os dias e com todas as minhas cicatrizes, eu não gosto de olhar no espelho. Mas eu gosto de passar um batom e um creme, gosto de me sentir cheirosa e mesmo com a dor, eu me levanto todos os dias e digo: "eu tô viva!" (...) Eu tô aprendendo a gostar de mim (Usuária, DIÁRIO DE CAMPO, 2022)

Os cabelos, os olhos, o sorriso combinavam-se a outras qualidades descritas, por vezes, no "ser" cuidadosa e afetuosa. Um simples gesto de olhar-se no espelho, porém, nada fácil para quem há muito tempo deixou de lado a autoestima, ora reprimida ou talvez roubada pelo adoecimento, pelo racismo. Naquele instante emergiam, em breves pausas, reflexões sobre uma beleza que não está apenas na aparência, mas que se desloca para uma ideia de humanidade. De ser alguém para além dos impedimentos, dos lutos e das violências impostas. Um processo que se faz:

> Não à custa de um mergulho profundo em si mesmo, mas na busca interior por suas raízes culturais, emocionais, artísticas, afetivas, etc. Um resgate, é exatamente essa a palavra. Um resgate lento e gradual daquilo que fomos e que podemos retomar para continuar sendo (BERTH, 2020, p. 114).

Porém, esse resgate não seria feito sozinho... A mãe que chora a morte do filho, atualiza a dor de quase uma década trazendo à tona também outras dores. E trocava com as

mulheres, desde suas experiências mais íntimas, memórias de uma vida marcada pelo luto e pela pobreza, mas que encontrou na família e no CAPS o amparo necessário para seguir em frente. As trocas sempre respeitosas quase sempre acompanhavam um [...] comigo também foi assim (Usuária, DIÁRIO DE CAMPO, 2022). Essas mulheres assemelhavam-se em vivências e particularizavam escolhas de enfrentamento. Desse modo, iam alinhavando novas costuras de vida.

Figura 14 - Encontro Estético-Metodológico no CAPS Porto (Acervo da pesquisadora, 2022)

O cuidado de quem por muito tempo olhou pra si mesma sem se enxergar bonita. Daquela que verbaliza o processo de mudança, confia e compreende os próprios limites, após reivindicar seus direitos negados pela discriminação e preconceito. De outra que enumera as vezes em que permaneceu internada em hospital psiquiátrico porque não suportou a dureza da vida. Encorajadas pelo tratamento realizado, essas mulheres buscavam também resistir a partir de suas próprias astúcias de viver.

O cabelo preso que ora se solta, liberta! Vida de uma avó que com cabelos, raramente soltos, é emblema de que escritas e vivências sempre possuem o intervalo ininterrupto de esperanças. Para Berth (2020), os cabelos são apenas um primeiro elemento responsivo, sobretudo para mulheres negras, do orgulho essencial para iniciar o processo de empoderamento, pois há sempre um resquício colonizador que abala a percepção das escolhas estéticas e do cuidado que temos com eles. Por isso mesmo, a importância do espelhamento.

[...] Eu solto, mas acho que fica muito exagerado às vezes (Usuária, DIÁRIO DE CAMPO, 2022)

[...] Eu gosto é de alisar e pinto também (...) antes eu usava ele solto, mas agora eu não consigo mais, só amarro (Usuária, DIÁRIO DE CAMPO, 2022)

[...] Aí quando ia sair pra uma festa, a minha mãe era muito... tava sempre em festa. Aí ela fazia uns "corococó" e soltava, prendia e aqui assim ficava solto (Usuária, DIÁRIO DE CAMPO, 2022)

O relato orgulhoso de quem demorou quarenta anos para se autorizar a tatuar a própria pele porque o marido não permitia: [...] e quando eu fiz quarenta e oito anos, eu me libertei vou fazer com o meu dinheiro. Agora eu posso e quero! (Usuária, DIÁRIO DE CAMPO, 2022) Da avó que aguardava a chegada de mais uma neta, sorria e permanecia atenta ao telefone, ao mesmo tempo, em que recordava a violência sexual sofrida por ela: [...] eu fui abusada com sete anos, foi o pai dos meus irmãos, mas a minha mãe não acreditou em mim e eu carreguei isso toda a vida (Usuária, DIÁRIO DE CAMPO, 2022). Os relatos, um a um sobre as diversas violências sofridas acompanhavam, ao mesmo tempo, uma tentativa de superação.

A responsividade trazida nessas narrativas é tanto pelo enfrentamento ao adoecimento, pelas maneiras inventadas no cotidiano, como pelas movimentações políticas que se fazem quando promovidos diálogos desde uma pluralidade de mulheres que se encontravam naquele espaço. Como o louvor cantado no afinco pela religiosidade que dava o tom musical ao espaço, traduzido em acolhimento e pertencimento:

[...] Uma porta aberta está, uma porta aberta está. Abrigo e conforto há nesse lugar. Mãos amigas estendidas, socorrendo a tantas vidas, é bom amar (...) A Fundação Reviver nasceu para socorrer os anciãos. Aqueles pobres velhinhos que vivem no mundo sozinho, na solidão. Uma porta aberta está! (Usuária, DIÁRIO DE CAMPO, 2022).

Ao final, num exercício de manualidade, confeccionaram um patuá[87] como proposta de pensar o autocuidado mediante objeto ou artefato presente no seu cotidiano. Nesse instante, a pluralidade alcançava outros ritos: a bíblia, o louvor, o samba, a Umbanda, o Espiritismo, o artesanato, o refúgio na natureza e as ervas medicinais. Tantas são as formas encontradas por essas mulheres para produzir uma estética de vida em meio às desilusões. Estéticas hibridas que desafiam a racionalidade de se pensar o ser mulher negra e doente. E, assim, demove-se a razão cartesiana.

A metáfora da costura trazida para o encontro traduziu-se em experiências (com) partilhadas, porém não arrematadas. Por ora, foi possível fazer enredos, alinhavando saberes e memórias resguardadas por cada uma. Nem mesmo o escasso tempo da atividade impediu que fossem capturadas nuances de descoberta e afeto demonstrados também pelos presentes entregues por uma usuária que, mesmo com suas limitações financeiras, entregou

[87] Durante a atividade foram disponibilizados materiais de costura como tecidos, acessórios, agulhas e tesouras, além de sementes de girassol, alecrim, cravo-da-índia, canela em pau e sal grosso para a confecção de um amuleto, também chamado patuá. Ao final, foram distribuídos salgados e refrigerantes para o lanche.

a todas as participantes um tipo de patuá, gesto de refazimento e proteção produzido pela costura, pelos cheiros e pela distribuição através da manualidade. Como ela nos relata:

> [...] Pra quem tem a sua fé (...) porque isso vem da nossa cultura negra e vem passando de geração em geração. Eu aprendi com a minha avó Olinda que a mãe dela era escrava e ela passou pra nós. Eu passo também pras minhas filhas e a minha neta, ela adora, mas a minha filha não gosta e a gente respeita (Usuária, DIÁRIO DE CAMPO, 2022).

Figura 15 - Oficina de Patuá (Acervo da pesquisadora, 2022)

Para além da materialidade, é possível afirmar que essas mulheres confeccionaram a generosidade de partilhar suas experiências e respeitar as diferenças. Desta forma, se sentiram capazes de também reelaborarem suas memórias ancestrais. Cada uma em seu tempo, cada uma ao seu modo, quem sabe elas tenham saído fortalecidas desse encontro. Eu saí!

A não ser que
alguém diga o contrário
Eu deixo passar
Quando me toca o tempo
Lembro das angústias
Do crivo imensurável da pobreza
Do medo e da dor
Eu deixo passar

A memória infantil se torna adulta
E escolhe mais uma vez reprimir
Eu deixo passar

O que agora encarna o corpo
Na mente veste, ora despe
Corpo violado, molestado
Vê-se o sangue
Eu deixo passar

Não quero a culpa
Rasgando o meu sono
Prefiro esquecer
Eu deixo passar[88]

[88] RODRIGUES, Viviane. Ensaios Poéticos, Diário de Campo, 2022.

6. Ressoantes analíticos e *Costura/idade* da pesquisa: Confluências entre sujeitos e práticas

Com base nas (4) quatro categorias elencadas no subtópico anterior: Espaço, Adoecimento Violências e Responsividade, as quais produziram um diálogo analítico junto às narrativas dos/as entrevistados/as, à fundamentação teórica utilizada e ao processo participante de investigação. Nos é possível indicar três aspectos centrais de análise da pesquisa, os quais chamaremos Ressoantes Analíticos porque fazem vibrar, ressoar também outras reflexões.

Trata-se de (3) três ressoantes trazidos como proposição de arrematar a tese em sua finalidade acadêmica, mas também possibilitar a feitura de um trabalho que desejou romper com os paradigmas eurocêntricos, resquícios da colonização cultural e epistêmica, que desconsideram e invisibilizam outras epistemologias, em especial, negra e indígena. Para tanto, esses desfechos costuram a tese pelo teórico/empírico/metodológico propondo que uma práxis educativa esteja comprometida com o enfrentamento do racismo e, para essa tarefa, seja capaz de articular uma polifonia de saberes e fazeres outros: a arte, a literatura e uma estética de vida que, neste caso, desejava também reivindicar a ancestralidade negada.

1º Ressoante: Prática arte/educativa, dimensão conceitual e familiaridade: A cilada dos afetos

Em tempo, lembramos que foram realizadas (6) seis entrevistas com profissionais de ensino superior em arte que atuam nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) em diferentes bairros da cidade. Ressalta-se ainda que os diferentes "territórios" de atendimento, como são chamadas as áreas formadas por esses bairros, determinam diferentes aspectos culturais e econômicos diretamente relacionados a conformação sócio-histórica da cidade. Portanto, marcadores sociais como pobreza, gênero, raça, religião, geração entre outros adentram cotidianamente a realidade de cada um desses serviços.

Todavia, das narrativas apresentadas pelos/as profissionais, pouco se pode observar quanto ao entendimento de que esses marcadores também perpassam os condicionantes de adoecimento evidenciados nessa realidade. Em especial, a questão racial apresentava defasagem de compreensão quanto a conceitos específicos ou quase sempre eram suplantados pela "defesa" pessoal de não percepção do racismo naquele ambiente, pois esse era visto como um fenômeno distanciado do ambiente de saúde, principalmente, da saúde mental: [...] Dentro do CAPS eu sinceramente, eu não vejo não. Eu não consigo

visualizar pelo menos na minha volta, nos meus acessos de eu não, eu não consigo visualizar. Mas acho que na sociedade continua. (Profissional, CAPS f).

Além disso, quando nos reportamos ao roteiro de entrevistas (Anexo D), podemos constatar que alguns profissionais entrevistados demonstravam ter consciência do fenômeno, mas sugeriam ambivalência quanto a afirmar que já presenciaram alguma situação dentro ou fora daquele espaço de trabalho.

Eu acho que o pessoal mais antigo talvez por criação, por influência cultural das, das colonizações, talvez tenha alguma coisa nesse sentido, mas agora sinceramente eu não percebo assim, mas eu sei que acontece episódios racistas, eu sei, mas eu não me sinto... eu na verdade eu também acho que eu nunca presenciei que eu me lembre, tanto onde eu trabalho quanto, quanto quando eu era estudante (Profissional, CAPS c, grifo nosso)

De um modo geral, poucos foram os profissionais que reconheceram a desigualdade racial como fator evidente na produção de relações em sociedade e, acerca da complexidade do racismo, compreendiam sua dinâmica histórica. Entretanto, sem propor consubstanciar ações efetivamente ajustadas ao enfrentamento ou, mesmo, uma reflexão sobre o racismo a partir de sua própria prática educativa.

No sentido do racismo porque ele é complexo né, mas o que eu posso dizer é que ele é produzido em todas as esferas da sociedade e infelizmente é notório, é evidente que as pessoas que são negras, as pessoas que são indígenas, elas estão visivelmente segregadas na sociedade (Profissional, CAPS p)

Eventualmente, no dizer desses profissionais, as experiências que marcam as trajetórias de vida de pessoas negras marcadas pela segregação e preconceito são reconhecidas. Nisto, o reconhecimento encontra assento no sentido comunitário, político e social pelos quais as mulheres negras usuárias dos serviços também são capazes de pronunciar.

Então, essas mulheres negras falavam muito abertamente sobre isso e pra mim elas são referências porque elas são expertises por experiência, elas viveram isso e elas lutavam contra essa segregação étnica e racial que elas viviam na existência delas e com os descendentes, filhos delas e na comunidade delas (Profissional, CAPS p)

Como se pode ver, os relatos dos/as profissionais entrevistados revelaram alguma atenção ao racismo praticado na sociedade, porém, não foi possível verificar qualquer intenção no sentido de buscar soluções ou ações profícuas no ambiente de trabalho, ainda que algumas narrativas trouxessem elementos reflexivos sobre a temática da pesquisa no entroncamento com a realidade de vida das mulheres negras. Sequer mencionaram conceitos postos em debate na atualidade, a exemplo de racismo estrutural ou institucional, algo que já circula no campo da saúde pública, ou seja, do SUS.

Sobre a prática educativa não comprometida com a realidade social, Paulo Freire (2011) e bell hooks (2017) concordam que os diálogos teóricos levam a mudanças propositivas porque despertam consciências, entretanto, uma prática que deseja ser libertadora precisa servir não só para os alunos/as, mas também aos educadores/as ou professores/as. Por isso mesmo, é crucial que esses profissionais "[...] conversem entre si, colaborem com uma discussão que transponha fronteiras e criem um espaço para intervenção" (hooks, 2017, p. 173). Não se trata aqui, portanto, de culpabilizar os/as profissionais por suas práticas não comprometidas no enfrentamento ao racismo, porém consideramos importante inferir sobre uma postura pedagógica pensada para além de uma formação permanente ou continuada. Por compreender que ao deslocar ideias já postas, impregnadas de julgamentos ou preconceitos poder-se-á também propor uma postura pedagógica/educativa que esteja atenta as situações cotidianas assentadas no racismo. Contudo, essas posturas não se limitam apenas a uma autoformação praticada nos serviços de saúde, pois a ação educativa e política não pode prescindir do conhecimento crítico dessa realidade (FREIRE, 2019) que se estende aos demais espaços nos quais esses profissionais também transitam.

É importante observar que, em uma análise inicial das entrevistas, a insipiência sobre certos conceitos por parte dos arte/educadores/as e de usuárias já se apontava quando os mesmos/as não discorriam sobre a problemática de temas trazidos na pesquisa. Conforme já dissemos, apesar da atualidade do tema e das consequências históricas para a sociedade, os/as profissionais assim como as mulheres entrevistadas não se utilizavam desses conceitos ou terminologias afins e essa condição pode estar atrelada a incompreensão sobre os significados, o não uso desses no cotidiano, ou mesmo, da estratégia de não se imputar sobre o problema. Em vista disso, elencamos a categoria analítica Responsividade como algo a ser pensando no sentido de como o racismo não se estrutura epistemologicamente pela teoria, mas na prática, no âmbito das relações e dos espaços, como resposta a situações sem a profundidade ou compreensão do modo sistêmico como ela opera. Pois quem sofre racismo responde a ele de diferentes formas, mesmo, de modo a ameniza-lo ou ignorá-lo. Quem está na relação social que é o racismo, não negros/as também, conforme estamos a ver, respondem de diferentes formas. Com diferentes níveis de consciência racial ou sobre o racismo, os/as envolvidos/as na pesquisa não são neutros/as, mas na dinâmica das linguagens (mesmo o silêncio) consolidam estas questões levantadas.

De acordo com Hall (2003), a linguagem atua como operadora de uma estrutura de poder que não é estanque ou fixa, desse modo, se cruza com práticas discursivas e

ideológicas que insistem em justificar as diferenças sociais e culturais. Neste sentido, a noção de raça como elemento dessa linguagem tende a legitimar um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão que nada mais é do que uma prática discursiva, ou seja, o racismo. Para o autor, a linguagem como principal "meio" da cultura estabelece uma relação entre teoria e prática e vai se constituir na interpretação dos sentidos, dos conhecimentos e das mudanças sociais envolvidas nos processos culturais onde a "[...] linguagem, em seu sentido mais amplo, é o veículo do raciocínio prático, do cálculo e da consciência, por causa das formas pelas quais certos significados e referências têm sido historicamente confirmados" (HALL, 2003, p. 286).

É também por meio dessa argumentação, no escopo da teoria linguística, que Bhabha (1998) infere sobre as ideologias de dominação cultural e racial que estão presentes na contemporaneidade como herança do discurso colonial. Para esse autor, a força desse discurso como intervenção teórica representaria justamente a negação das diferenças e, portanto, "[...] impede a circulação e a articulação do significante de 'raça' a não ser em sua fixidez enquanto racismo" (BHABHA, 1998, p. 117). Logo, a negação dessa problemática teórico-prática seria o pressuposto para que as estruturas de poder sejam mantidas através dos discursos ideológicos e de seus agentes de enunciação.

Os estudos desses autores nos ajudam a analisar a categoria Responsividade a partir da insipiência sobre alguns conceitos, por parte dos sujeitos pesquisados, que ao ser evidenciada nos relatos pode também indicar a não responsabilização por efetivas práticas que possam abordar o tema, junto a outros/as profissionais, no que ser refere a uma proposta interdisciplinar. Decorre que, embora no roteiro de entrevistas não tenham sido trazidos termos como raça ou racismo institucional, esperava-se que alguns conceitos fossem suscitados tendo em vista a atualidade da pauta étnico-racial promovida pela mídia e pelas redes sociais e historicamente pelo Movimento Negro. Por outro lado, compreendíamos que talvez os conceitos fossem trazidos apenas como "modismo" e não como possiblidade de exercitar uma reflexão sobre o racismo. Assim, as exíguas reflexões demonstravam como alguns arte/educadores/as limitavam-se a pouca ou nenhuma análise sobre o tema abordado, sendo possível perceber durante as entrevistas certa indisposição de alguns profissionais em não discorrer mais sobre o assunto, optando por respostas curtas às perguntas feitas pela pesquisadora: [...] Ó nunca percebi isso aqui. (...) nunca tivemos essa coisa de racismo. Nesse sentido, não posso dizer nada, não. (Profissional, CAPS b).

Destarte, podemos afirmar que alguns profissionais apenas fizeram aproximações teóricas no que chamamos aqui de "interposição conceitual", quando há certa compreensão sobre algum conceito ainda que não se busque aprofundá-lo. Não obstante, o termo

racismo institucional foi utilizado somente uma vez, embora não fosse conceitualmente definido.

> Parece que, o que eu quero dizer assim eu quero tentar me fazer entender, mas quando por exemplo institucionalmente, politicamente, se nega que existe uma diversidade que existe uma segregação e aí eu trago um exemplo de Pelotas que eu acho que é pra mim é evidente. Não a gente não, não tem assim não, não visualiza a população diversa ocupando todos os espaços, então acho que aí existe esse racismo institucional, esse racismo social de certa forma (Profissional, CAPS p, grifo nosso)

Essa situação é também sublinhada na fala da entrevistada quando demonstra dificuldades em descrever as diferentes dimensões entre racismo, preconceito e discriminação notadamente subentendidos e, por vezes, colocados como sinônimos: [...] é difícil explicar. Quando olham pra ti com outros olhares, pensando que vai te roubar. Ou pensa que nego é isso, nego é aquilo. A senhora entendeu?!(Mulher negra, CAPS e, 2021).

Vale ponderar que, em relação às mulheres entrevistadas, a categoria analítica Responsividade pode demonstrar como elas seriam capazes de criar ferramentas emocionais e de resistência ante a lógica do poder-saber, através dos saberes transmitidos e praticados no enfrentamento ao racismo. Justamente porque, muitas vezes, impedidas de alcançar meios educacionais tradicionais que reflitam tal ação.

Em outro fragmento, observa-se a percepção da profissional sobre o racismo estrutural como estratégia de cooptação das subjetividades e de impedimentos sociais no acesso ao conhecimento. Tendo afirmado que só é possível "argumentar" sobre o tema através do entendimento teórico do mesmo e, assim, se pode "defender-se" dos mecanismos perpetrados por ele.

> Nós estamos em 2021 e a gente sente isso porque agora? porque agora as coisas são mais claras, né? A gente sabe mais, a gente sabe mais. A gente estuda mais, a gente percebe mais. E aí tu sabes argumentar. Então o racismo agora a gente consegue entender isso assim como estrutural mesmo, né? O que é o racismo estrutural, o que é o racismo social e a gente consegue se defender. Eu te confesso que eu não, o que eu não sou ligada nisso assim, sabe? Eu não me preocupo com o que as pessoas pensam na minha cor, o que acham do meu trabalho (...), mas eu percebo isso assim, eu não deixo isso me influenciar (Profissional, CAPS z, grifo nosso)

Paulo Freire (2011) afirma que a conscientização sobre as condições de opressão vividas precisa passar não apenas pelo individual, já que as teorias e práticas transformadoras só se refletem na realidade social quando mediadas pelo enfrentamento coletivo dos mecanismos de exploração. Daí a afirmação de que o educador está a serviço de uma educação libertadora que, por ser também problematizadora, "[...] de caráter autenticamente reflexivo, implica um constante ato de desvelamento da realidade" (FREIRE, 2011, p. 97). Por esse motivo, reforça-se a possibilidade de uma Responsividade

não como mero ativismo, mas enquanto empenho de reflexão que conduz à prática e, por conseguinte, à práxis educativa.

Cabe lembrar, o trabalho desenvolvido pelos técnicos em arte ou arte/educadores/as nos CAPS visa atender a uma proposta terapêutica em saúde mental, portanto, esses profissionais precisam responder a proposição da Lei 10.216/01 através da ressocialização dos sujeitos e promoção da arte como ferramenta terapêutica (BRASIL, 2001). Contudo, essa correspondência não impede que sejam desenvolvidas abordagens educativas/pedagógicas com base na sistematização de conteúdos teóricos em arte, conforme observado pelas atribuições exigidas em edital específico. Como bem demonstra o quadro 2, apresentado para descrever as características dos arte/educadores, a formação pedagógica inicial é perpassada notadamente por qualificações e especializações ulteriores. Portanto, é possível considerar que as/os participantes tinham conhecimento prévio sobre o significado de uma prática arte/educativa ou pedagógica, por assim dizer. Dessa forma, ainda que o contexto relacional aqui investigado seja dado pela intencionalidade terapêutica, é preciso despertar a consciência política e social dos sujeitos envolvidos a partir de "[...] um diálogo permanente entre realidades concretas, que desafiem a descolonização das maneiras de ensinar e partilhar, de saber e do poder" (DUARTE, 2021, p. 133). Portanto, a práxis educativa como possibilidade de reflexão seguida por uma ação, precisa pensar a realidade social na qual está inserida e não pode se furtar em reconhecer as dinâmicas impostas pelo uso da linguagem como mecanismo de poder, de hierarquização social e regulação das trocas culturais.

Essa reflexão é importante para analisarmos os percursos identitários desses profissionais quando narradas suas trajetórias individuais e coletivas, as quais possivelmente também moldaram suas práticas educativas atuais. Aqui, desejamos problematizar a concepção de "oficinas terapêuticas" utilizada para identificar o trabalho em arte na saúde mental e, frequentemente, trazido como sinônimo para o trabalho desenvolvido por arte educadores ou técnicos em arte nos CAPS e de artesãos/artesãs. Vemos generalizar-se a ideia de que ambas funções têm o mesmo enfoque e, portanto, consideradas como eminentemente manuais. Entretanto, é preciso afirmar que esses cargos têm concepções distintas porquanto determinadas pela formação acadêmica, no caso dos arte/educadores, e pelo ensino fundamental no caso dos artesãos/artesãs. E não apenas isso, as atribuições correlatas pretendem desenvolver também diferentes atividades, estando os profissionais de nível superior condicionados a estabelecer abordagens educativas em arte que sejam problematizadoras da realidade e produzam conhecimento na interface entre saúde mental e arte (BRASIL, 2016).

Para Rauter (2000), o sentido das oficinas terapêuticas diz respeito ao desejo e suas condições de efetuação na vida, trabalho e na criação em arte onde possam funcionar catalizadores na construção de territórios existenciais, os quais visem superar o isolamento e o esvaziamento da esfera coletiva moldados pelo sistema capitalista controlador das subjetividades. Nesta perspectiva, compreende-se que incorporar a manualidade do/no artesanal nas atividades educativas pode correlatar outras perspectivas de dialogar com as mulheres/usuárias, compreendendo que o laboral das mesmas se relaciona também com as mãos/artesanias do fazer. Entretanto, é preciso reafirmar a atribuição dos arte/educadores nos CAPS que tem no seu componente "educativo" a proposição de estabelecer a problematização sobre a realidade sociocultural das/os usuários justamente porque o processo saúde/doença mental no capitalismo tem como efeito "[...] dissociar a produção da vida material da produção da vida em geral" (RAUTER, 2000, p. 271).

Sendo assim, podemos constatar a partir da narrativa dos profissionais, que a categoria Responsividade é trazida pela concepção de trabalho no qual se percebe o artesanal como capaz de promover a autoestima e beneficiar a saúde mental de usuárias/os a partir de um fazer manual.

> Eu não chego a fazer interpretações assim né na questão psicológica até porque eu não tenho formação para isso. Mas eu observo que eles gostam sabe, das atividades que eles fazem, eles ficam orgulhosos e eu acho que isso também aumenta a autoestima deles e faz eles se sentirem melhor termos de saúde (Profissional, CAPS c, grifo nosso)

Neste aspecto, para as mulheres entrevistadas, a percepção sobre as práticas arte/educativas desenvolvidas nos CAPS também envolvem o manual, já que e relataram desenvolver alguns tipos de atividades, a exemplo do crochê, da música e da pintura.[89] Neste ponto, o crochê enquanto atividade terapêutica e artística tem como base o aspecto da criação que envolve para além da produção artesanal, o cálculo matemático, a concentração e um componente de memória afetiva. Sendo, por vezes, tomada como possibilidade de interação grupal através das experiências compartilhadas e geração de renda quando de interesse pessoal:

> [...] Eu acho que me enterto bastante na oficina. Muito eu me dedico muito naquilo ali. Aí sim aí eu já passo bem o dia já. Sabe?! eu passo lembrando que eu estou fazendo crochê e queria ficar mais um pouco para fazer mais um pouco. Eu gosto de fazer crochê (Usuária, 47 anos, CAPS b)

[89] Importante ressaltar, o roteiro de entrevistas para mulheres negras não menciona a palavra "artesanato ou artesanal", mas sim, "atividades artísticas". E, para os profissionais, o termo utilizado foi "práticas educativas". Tal decisão foi tomada justamente para problematizar os conceitos trazidos e fazer referência à notória generalização apresentada diante do trabalho de arte/educadores/as e artesãos/artesãs nos serviços.

Pode-se assim dizer, que o "crochetar" diferente da alienação capitalista, implica uma plasticidade emergente para inventar outros modos de vida. Deste modo, percebe-se que o "estar" nas atividades desenvolvidas no CAPS pode ser a contrapartida positiva da busca pela superação do adoecimento, porquanto essas mulheres compreendem a socialização e a produção manual como estratégia de produção de saúde mental que desencadeia a própria assunção de si mesmas como pressuposto de resistência, de devir ou vir a ser:

[...] ah, eu saio do meu mundo. Esse mundo que eu te falei há pouco. Desse mundo que vou com o mundo onde eu posso fazer, posso ser o que eu quiser. Eu posso ser pintora, posso ser costureira, crocheteira. Posso ser boleira, né? Eu posso ser o que eu quiser! (Usuária, 42 anos, CAPS f)

Há ainda, na cilada dos afetos, ponto central dessa seção de ressoar/ecos, que insiste em manter os meandros institucionais alicerçados no racismo e na discriminação, uma dimensão que se apresenta consolidada nas narrativas trazidas pelas participantes da pesquisa. Falamos em termos de atendimento e proposição de tratamento nos serviços de saúde mental investigados, nos quais se observa que a ideia de "familiaridade" nas relações interpessoais entre profissionais e usuárias não impede que as iniquidades do racismo sejam combatidas ou refletidas, ao contrário, reforça as estratégias de manutenção da regulação dos corpos e das relações de poder nesse ambiente.

Tal ideia de familiaridade comparara-se à cordialidade no tratamento fornecido pelos/as profissionais, sem observar a exigência de um serviço público que respeite a/o usuária/o atendendo aos princípios constitucionais ou direitos legais. Consequentemente, o tratamento cordial dispensado nesses espaços baseia-se quase sempre numa conduta pessoal em que o racismo e o preconceito, aparentemente, não estão explicitados:

[...], mas assim nunca senti racismo assim da pessoa me atender mal. Ou falar alguma coisa que assim me deixasse triste não, pelo contrário eu venho e elas conversam direitinho comigo. Me explicam as coisas direitinho e vou embora (Usuária, 47 anos, CAPS b)

Nesta lógica, tal como afirma Teixeira (2021), a estratégia do familiar é trazida principalmente no trabalho doméstico onde é visto como o lugar destinado a ocupação de mulheres negras numa relação de subserviência e cuidado similar a intimidade vivida nas relações em família, entretanto, baseado em um contexto econômico marcado pela estrutural de exploração racial desde a escravidão. São formas sutis, asseguradas muitas vezes pela estratégia da intimidade: [...] eu trabalhei nas casas assim eu nunca fui discriminada. Eu sempre sentei na mesa (...) eu limpo a casa pra ela, pra mim, eu sou de casa (Usuária, 60 anos, CAPS p). Dessa forma, apesar de certos avanços percebidos a

partir de políticas públicas conquistadas, não se pode garantir que as relações de trabalho sejam menos opressoras justamente porque o racismo se reconfigura habilmente na sociedade, mantendo as estruturas de dominação e desigualdade social atualizadas (TEIXEIRA, 2021).

De volta à relação profissional-usuária, é notório o sentimento de familiaridade relacionado ao simples aceno de comunicação que possa ocorrer fora do CAPS, onde a atenção amistosa das/os profissionais quase sempre é compreendida como uma extensão do cuidado: [...] só de saber que vocês amam a gente já faz uma grande diferença. Na rua mesmo ou mesmo fora do CAPS eu encontro qualquer um "oi" me sinto feliz, sabe?! (Usuária, 60 anos, CAPS p). Em outras palavras, a percepção de familiaridade evidenciada nessas relações levanta a questão sobre as estratégias institucionais que pretendem manter impassível a estrutura de desigualdade racial, em especial, quando negligenciados os marcadores sociais que perpassam as dinâmicas de atendimento. De modo a revelar que, no âmbito do atendimento fornecido pelos CAPS investigados, o racismo institucional se atrela a uma noção de "intimidade" estabelecida na relação profissional-paciente que endossa a omissão sobre o racismo e corrobora "[...] que há inegáveis diferenças étnico-raciais no tratamento da doença mental" (ROCHA, 2021, p. 93) junto à organização dos processos de trabalho nesses serviços.

Acerca das práticas arte/educativas desenvolvidas nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) em Pelotas, perpassadas pela dimensão conceitual e pela noção de familiaridade, pode-se afirmar que fazem parte de uma estrutura alicerçada na desigualdade racial e, portanto, são expressões do racismo institucional apresentado no âmbito geral da saúde pública e, consequentemente, no Sistema Único de Saúde (SUS). Nesta perspectiva, o caráter institucional do racismo se mostra complacente com inação de diferentes profissionais e gestão municipal diante dos aspectos sociais e étnico-raciais que, conforme já dissemos, traduzem a realidade sociocultural de grupos vulnerabilizados historicamente. Pois, como podemos analisar, a partir da interlocução como os sujeitos desta pesquisa, o sofrimento psíquico oriundo da experiência de sofrer racismo está diretamente relacionado aos marcadores sociais de violência, pobreza, raça, gênero, entre outros, ainda que não completamente entendidos pela perspectiva interseccional, como no caso de mulheres negras.

No entanto, essas narrativas também demonstram que há possibilidade de redimensionar as experiências vividas diante do racismo desde que pautadas no cuidado terapêutico e na ação educativa que alcance todos os sujeitos envolvidos no processo de tratamento. Daí a importância de trazer à tona o debate e reconhecer a existência do

racismo nesses espaços, a despeito de iniciar esse trabalho apenas pela prática arte/educativa.

2º Ressoante: Mulheres negras costuram existências possíveis ante as violências e apagamentos estéticos

E uma análise sobre o entrecruzamento das opressões vividas pelas participantes da pesquisa e de como se encontram numa dimensão de enfrentamento, consideramos importante sublinhar as diversas maneiras buscadas para (sobre)viver a um sistema que as explora e invisibiliza historicamente. Uma vez que trazemos a dimensão de violência e dos apagamentos estéticos que podem ser ancestrais, religiosos, epistêmicos e subjetivos, pretendemos trazer à tona as diferentes experiências vividas ante o racismo por mulheres negras, as quais nem sempre são compreendidas por elas como parte de um sistema social e político que se empenha em perpetuar a dinâmica de uma sociedade desigual.

Beatriz Nascimento (apud RATTS, 2006) chamava de "emaranhado de sutilezas" do racismo os mecanismos combinados ao sexismo, ambos alicerçados na cultura brasileira que inferioriza e estereotipa mulheres negras. Por esse motivo, a violência é também a negação de sua autoestima e perpassa diferentes lugares, tempos e condições sociais nas quais elas se encontram: [...] eu virei a cabeça porque o meu pai quis abusar de mim, aí eu fugi de casa (Usuária, 42 anos, CAPS e).

Já dissemos aqui, que o cenário atual brasileiro expresso pelas vítimas de feminicídio e demais mortes violentas intencionais contra mulheres em relação ao perfil racial é, estatisticamente, sobrerepresentado por mulheres negras. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), em relação à violência sexual, acredita-se que as maiores vítimas sejam mulheres e meninas negras, de baixa escolaridade e em idade reprodutivas, ademais, o estupro de vulnerável ocorre em grande parte no âmbito familiar ou na intimidade com pessoas próximas e, portanto, revela a dificuldade de assegurar a denúncia e proteção às vítimas.

[...] Eu fui estuprada quando era guria bem nova, eu tinha uns 5 anos só que isso meu pai na época eu nunca contei porque queria fazer mal pro meu pai pra minha mãe. Então meu pai botava empregada para trabalhar em casa e elas levavam os namorados, os namorado faziam mal por mim que era mais velha né? Então fui eu vou te dizer o pai tinha confiança nelas porque elas nos levava para nós fazer, fazer aula de música que era todas as quinta-feira, mas quando dizia vamos fazer hoje à noite, então chegava a me dar uma ansiedade, uma coisa que eu passava mal (Usuária, 47 anos, CAPS b)

Como é possível verificar, a violência que ronda a infância ilustra uma prática encontrada no interior das famílias e traz consequências sociais e psicológicas que acompanham essas mulheres ao longo de toda a vida.

Importante também lembrar da violência envolta às relações onde matar e morrer que fazem parte da política de morte estatal e institucional, principalmente contra a juventude negra, e onde geralmente são avós, mães e tias figurando o papel de mães que choram por seus filhos/as. Conforme proposto por Achille Mbembe (2018), o estado de exceção que antes era um instrumento provisório diante da violência " [...] deixa de ser uma suspensão temporal do estado de direito" (MBEMBE, 2018, p. 8) para se tornar um dispositivo permanente de controle e terror sobre os corpos indesejáveis, criminalizados desde sempre. É essa formação de terror ou necropolítica facilitada pelo estado de exceção que legitima a violência física e simbólica contra a juventude, homens e mulheres negras, os/as quais permanecem subjugados por uma lógica colonial amparada por normas legais e institucionais.

Por essa razão, a opressão racial expressa pela violência vai gerar uma dinâmica social particular marcada por uma atmosfera de temor capaz de produzir sofrimento emocional e traumas psíquicos, porque frequentemente deixam a morte e o luto como efeitos diretos e indiretos na saúde dessa população (GONÇALVES; QUEIROZ; DELGADO, 2017). Dessa forma, para mulheres negras a morte e o enlutamento como resultado dessa violência associam-se ao processo de adoecimento e justificam também as formas de enfrentamento para se manterem vivas.

[...] Eu tenho um filho preso que matou com 18 anos de idade. O Alberto morreu, meu filho mais velho que se enforcou, sabe? E o Felipe, dos gêmeos morreu afogado (Usuária, 42 anos, CAPS f)

[...] Aí outras mães também perderam um filho, mas ela estava evoluindo e eu não consegui. Cada conversa eu ia ficando e ficando e pensava vai melhorar, vai melhorar, vai melhorar até que um dia aconteceu essa tragédia aí eu não consegui mais assimilar. Quase baixei no Espírita. Não fiquei porque não tinha vaga. Aí me mandaram de volta pro CAPS (Usuária, 60 anos, CAPS p)

Por vezes, as condições de enfrentamento precisam ser buscadas para além do cuidado que já exercem em suas famílias, já que se encontram na condição feminina de mulheres que assumem o lar porque abandonadas por seus parceiros e pelo amparo do Estado.

[...] Na época que o meu filho faleceu. Antes disso estava na saúde mental, já tava com depressão no decorrer de andar atrás dele. Eu me sentia assim insatisfeita porque eu trabalhava e não tinha como ficar assim, dava mais aquela tensão e o pai dele também nunca me ajudou (Usuária, 60 anos, CAPS p)

Importante destacar que apenas a profissional autodeclarada negra observou a violência relacionada aos condicionantes socioeconômicos e culturais que impactam diretamente as mulheres negras. Neste contexto, para além da violência simbólica há também o machismo, espólio do patriarcado, faz supor que não haja racismo no interior das relações afetivas. Não obstante, o racismo de intimidade cordial e recreativo objetiva encobrir uma narrativa depreciativa, mas também pretende afirmar uma superioridade moral (MOREIRA, 2019). O relato trazido pela profissional revela que mesmo em uma situação dita familiar ou doméstica entre marido e esposa, onde se evidencia um tipo de violência: a psicológica, por meio de um discurso que animaliza e discrimina a mulher negra:

> Ela é uma mulher negra, o marido dela não deixava ela usar maquiagem. Ele dizia para ela. Ela disse que no começo com 22 anos ela casou e o marido não deixava ela usar maquiagem porque dizia que uma mulher negra maquiada ficava parecendo uma macaca (Profissional, CAPS z)

Nesta situação se pode verificar a combinação das categorias analíticas trabalhadas: Violência, Espaço, Adoecimento e Responsividade quando se aponta para condição vivenciada pela usuária no espaço doméstico e afetivo. Mas também é possível constatar a Responsividade da arte/educadora que, enquanto mulher negra, se colocou a refletir sobre tal situação ainda que não tenha verbalmente associado o ocorrido a alguma forma de violência.

Nesta lógica, é preciso lembrar ainda que a violência expressa pelo racismo encontra no estigma da loucura a ampliação da discriminação sofrida e reforça as opressões que recaem sobre essas mulheres:

> [...] Eu sou chamada de bipolar doente, coisa horrorosa, eu sou atacada assim que essa negra tá pensando?! Já fui espancada em cima do muro da minha casa. (...) E aí ficam me, me atacando, eu fico indefesa, fico muito indefesa. E eu sinto que isso é um preconceito (Usuária, 48 anos, CAPS z)

De acordo com Passos (2018), a associação entre ser louco e negro encontra guarida histórica na sociedade brasileira, a qual produziu uma correlação entre raça, loucura e pobreza como mecanismo de exclusão dos sujeitos libertos da escravidão, teoricamente embasados pelos ideais eugenistas de degenerescência e inferioridade negra. Assim como vimos no capítulo anterior, a predominância de sujeitos negros nos manicômios do início do século XX nos quais mulheres e homens foram colocados à margem da sociedade, coincide com as primeiras teorias de eugenia e branqueamento difundidas no pós-abolição.

Diante disso, a discriminação e o preconceito trazidos com o estigma da loucura combinam-se ao racismo expondo algumas situações que são barreiras cotidianas para a autoestima e para o enfrentamento do racismo.

[...] Nega, louca, ladra! Capaz até de me prenderem já pensou? aí eu vou chegar em casa, mãe... Chegar lá e dar notícia pra minha mãe, "a minha filha, vocês chamaram ela de louca, ladra, bandida, negra, negra bandida." Eu não acredito. Eu acabei não indo na polícia dar parte (Usuária, 42 anos, CAPS f)

Compreendemos assim que, ao buscarem tratamento no CAPS, essas mulheres poderiam encontrar ou somar às suas lutas, outras maneiras de resistir, uma reação como possibilidade de enfrentar o adoecimento e as perversidades vividas pela desigualdade racial. De onde seria possível, elaborar também condições de sobrevivência e de existência junto aos seus pares, na interação social pelo viés terapêutico:

[...] Eu me envolvo mais com meus netos então, dou uma esquecida e vou levando. Teve uma época que eu deixei de me arrumar, de me pintar, mas aí vim aqui e conversei, minha autoestima voltou de novo. Eu consigo me arrumar, não tanto como era (Usuária, 60 anos, CAPS p)

Essas astúcias do cotidiano (CERTEAU, 2014), percebidas na busca pelo tratamento psicológico pode responder à hipótese de que mesmo ao acionar os dispositivos assistenciais em saúde, não há reduzi-las a uma experiência essencialista (hooks, 2017) porque essas mulheres continuam a forjar suas próprias táticas de resistência. E assim, retomamos a ideia de que mulheres negras são plurais e vão se diferenciando a partir de suas próprias escolhas subjetivas e políticas. Ao serem questionadas sobre a compreensão do racismo como fator de adoecimento ou propulsor de sofrimento psíquico, algumas mulheres afirmavam deixar "passar" uma situação de racismo como uma forma de autopreservação, evitando assim mais sofrimento para além daquele já vivido em outras circunstâncias:

[...], mas eu deixo passar eu sei que eu que eu já estou com a idade que eu tô, né. Então eu nunca tinha sofrido racismo, então quando as pessoas falam uma coisa pra mim agora entra por um ouvido e sai pelo outro. Eu não vou tá provocando uma pessoa que eu sei que é racista (Usuária, 47 anos CAPS b)

Outro aspecto que considero importante é a noção de comunidade que surgiu no âmbito das narrativas como um instrumento de resistência, visto que atende a uma relação de familiaridade em que se pode também atribuir uma política de cuidado. É o que demonstra uma entrevistada que justifica a necessidade de se sentir respeitada levando em conta o sentido de pertencer a uma comunidade: [...] a gente mora numa comunidade,

como a gente mora numa comunidade, a gente tem que procurar se dar com todo mundo, né?! (Usuária, 48 anos, CAPS z).

Para Stuart Hall (2003), Hommi Bhabha (1998) e Doreen Massey (2000) as chamadas "comunidades" estão longe de ser consideradas homogêneas ou fixas, apesar de tendermos a restringi-las porque deixamos de observar sua perspectiva sociocultural e histórica, passível de significados variáveis a depender do grupo ou indivíduo ao qual pertence. Os autores afirmam em que pese os elos de continuidade com seus locais de origem, algumas práticas em comunidade não podem ser consolidadas porque provém de misturas étnicas, raciais e culturais distintas. Ademais, é preciso entender que a perspectiva de "unidade em comum", não raro, é vista na singularidade local das periferias, bairros e vilas como uma construção social e cultural. Possivelmente, herança de uma formação sócio-histórica desde o período pós colonial onde o vínculo simbólico, de contiguidade geográfica, precisou ser produzido para que mulheres e homens negros praticassem novas formas de existir.

A propósito da pluralidade de mulheres negras e como elas podem articular suas lutas pessoais com as coletivas, Werneck (2009) e Gomes (2017) afirmam que as ações empreendidas por elas, historicamente, devem ser colocadas na esfera das disputas políticas e pautas necessárias para a emancipação social e não apenas isso, também atingem outros planos fazendo intercâmbio entre diferentes mulheres e suas distintas experiências de vida. Por essa razão, são as formas organizativas que podem promover transformações desde a comunitária, a política, a social e a religiosa, todas elas constituem articulações mais ou menos visíveis especialmente a partir de sua capacidade de circulação e articulação entre diferentes grupos sociais (WERNECK, 2009).

Essa perspectiva pode ser encontrada no relato da entrevistada:

> [...] Aqui mesmo no CAPS (nome), eu já fui em várias reuniões com o vice-prefeito. De sentar e conversar com o vice prefeito e tá arrumadinha e medicada. E explicar pro vice-prefeito "ah senhor vice-prefeito, falta isso no CAPS, às vezes aqui no CAPS (nome) falta desde o papel higiênico, da água mineral ou da água comum. Falta a merenda, falta tinta para a gente trabalhar, falta esmalte para a gente trabalhar, falta muita coisa. E quando eu vou até o vice-prefeito é pedindo uma professora ou um professor de música, que eu era da área da música. Então isso é muito importante para nós, porque ajuda na memória (Usuária, 48 anos, CAPS z)

Em termos de luta, de resistência através de posturas sociopolíticas ou comunitárias, é sobretudo a "mulher negra anônima" (GONZALES, 2020) que vai sustentar e desempenhar o papel de alicerce econômico, afetivo e moral das famílias negras brasileiras. Sob o ponto de vista estrutural do racismo, o melhor exemplo são as mulheres de periferia que sobrevivem "[...] na base da prestação de serviços, segurando a barra

familiar praticamente sozinha. Isso porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto perseguição policial sistemática" (GONZALES, 2020, p. 83).

Por outro lado, a noção de pertencimento pode ser também uma forma de valorizar a beleza e estética negra e enfrentar o racismo quando nos deparamos com uma realidade social que inferioriza essas mulheres, sendo regulada a partir de um padrão de branquitude. Percebe-se que apesar de certo esvaziamento do padrão estético imposto desde o trabalho histórico do Movimento Negro, da recuperação do conceito de ancestralidade e da busca pela emancipação social e racial, o mercado econômico permanece cooptando essas subjetividades porque atua sob o interesse hegemônico de hierarquizar grupos, povos, raças e etnias (GOMES, 2017). Por essa razão, a ideia de pertencimento que se expressa na beleza e na religiosidade pode ser também uma alternativa emancipatória pela qual algumas mulheres negras são capazes de alcançar, ainda que inconscientemente.

[...] Ah eu sou uma belezura! (RISOS). Gosto muito de dar gargalhada, gosto muito de estar no meio do povo negro, gosto muito da Umbanda, né?! eu sou umbandista. Adoro o povo áfrico, ah se eu pudesse tá no povo áfrico eu era uma mulher que eu ia viver no povo áfrico. Entendeu?! (Usuária, 50 anos, CAPS c)

Para Beatriz Nascimento (apud RATTS, 2006), "aquilombar-se" seria uma ação de resistência pela qual se dá continuidade histórica e não de buscar apenas sobrevivência cultural como se convencionou generalizar. Por esse motivo, "[...] a Terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou" (RATTS, 2006, p. 59). Nesta perspectiva, deve-se entender que espaços geográficos como a comunidade são importantes e simbólicos, mas é preciso entender que o corpo negro constrói e qualifica também outros espaços, de diferentes extensões e durações, como se ocupa e como os seus integrantes se reconhecem também num sentido de pertencimento.

Por fim, nesse momento de análise, percebemos que as hipóteses levantadas durante a elaboração do projeto de pesquisa foram confirmadas tendo em vista constatar que práticas educativas em arte desenvolvidas nos serviços CAPS não estão comprometidas com a problematização do racismo como um fator de adoecimento. Por isso mesmo, tendem a interferir na qualidade do tratamento de saúde integral das mulheres negras.

Em contrapartida, afirmamos que as mulheres negras participantes da pesquisa são capazes de externalizar suas vivências cotidianas interseccionadas pelas questões de raça, gênero e classe, entretanto, porque não se encontram numa estrutura político-econômica e cultural que possibilite problematizar ou reconhecer o racismo institucional enquanto propulsor de sofrimento psíquico, ainda permanecem condicionadas a um sistema de saúde que falha em promover a equidade necessária para suas demandas de atendimento. Dessa

maneira, elas vão buscar no acesso aos serviços de saúde mental CAPS uma forma de enfrentamento ao racismo atrelada a seus meios de autoemancipação.

Podemos asseverar que não há essencialidade, mas sim pluralidade entre essas mulheres que, apesar de terem suas vivências invisibilizadas pela estrutura racial que insiste em oprimi-las. Além disso, são capazes de buscar ajudas mútuas advindas de outros espaços de convivência: família, amigos, comunidade, coletivos entre outros dispositivos, porque compreendem as nuances políticas e sociais, quer sejam individuais ou coletivas.

Ao descrever as reações e políticas de resistência incorporadas na vida dessas mulheres, depreendemos que seja possível lutar para que as políticas públicas para esse grupo sejam devidamente colocadas em prática. E, para além disso, que possam ser costuradas existências através do reconhecimento de seus saberes e fazeres negros e, porque não, através de uma práxis educativa pela via da *Costuralidade*.

3º Ressoante: Arte/educação e *Costuralidade* como intervenção política e emancipatória: O que pode a práxis educativa na saúde mental?

A *Costuralidade* como aposta metodológica propôs impulsionar um fazer pedagógico que fosse regido por diversas polifonias, entre as quais: a arte, a literatura, a memória e as múltiplas vozes interlocutoras de um dado contexto investigado. Dessa forma, propusemos criar como um método/categoria de análise da experiência com o racismo no âmbito educativo/terapêutico dos CAPS que fosse singular às mulheres negras.

Desse modo, a *Costuralidade* foi anunciada como um ponto de inflexão teórico-metodológico que pudesse ser também o exercício de uma práxis educativa, ou seja, um compromisso ético-político com o debate sobre o racismo institucional nesses serviços e que, ao mesmo tempo, refletisse sobre a atuação dos arte/educadores/as ante o tratamento do adoecimento mental dessas mulheres. Entretanto, não há como considerar uma intervenção política e emancipatória sem considerar como as questões étnico-raciais se apresentam no contexto de um fazer pedagógico por formação, mas que pretende ser terapêutico enquanto proposição em Lei sobre o tratamento em saúde mental.

Quando direcionamos o olhar para o contexto de escolarização onde a arte/educação compõe o currículo, ainda que tenhamos a Lei 10639/2003[90] como obrigatoriedade para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em escolas

[90] Altera a LDB no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" nos estabelecimentos da Rede de Ensino fundamental e médio, oficiais e particulares. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 14 out. 2021.

públicas e privadas, é fácil observar o quanto sua aplicação tem sido limitada. Este cenário não é novo, haja vista, considerar que a referida Lei como política pública carece de monitoramento e implementação efetiva nos espaços escolares, e também requer um compromisso ético dos professores assim como da gestão escolar, porquanto tenciona ser esse um dispositivo de enfrentamento ao racismo incrustrado no sistema educacional, historicamente, em todos os níveis.

Nessa perspectiva, retomamos a função dos profissionais arte/educadores entrevistados na pesquisa e sua estreita relação com a prática pedagógica desde a formação inicial no ensino superior porque é possível afirmar a partir de suas qualificações em educação continuada, que esses profissionais reconhecem a atualidade dos Parâmetros Curriculares Nacionais que enfatiza a Lei 10639/2003. E, embora não atuantes em um contexto de escolarização, compreendem as orientações didático-pedagógicas concernentes à referida Lei podendo, efetivamente, serem capazes de transpô-la para outros contextos educativos, neste caso também terapêutico.

Ao questionar a prática arte/educativa, com base nas atribuições exigidas para esses profissionais conforme edital específico, estamos também questionando a perspectiva ético-estética-política da arte/educação (BARBOSA, 2012) desde o reconhecimento desse trabalho como ferramenta de intervenção social política e emancipatória. E não apenas isso, é necessário perceber que a finalidade da arte/educação "[...] deve ser, sempre, o desenvolvimento de uma consciência estética" (DUARTE JÚNIOR, 2012, p. 73), de tal forma, que os elementos expressivos da arte que estão contidos no bojo da educação e correspondem aos símbolos estéticos de diversas culturas, de diferentes períodos históricos também se mesclam aos diversos campos de conhecimento -científico, filosófico, religioso- que fundamentam nossa compreensão de ser/estar no mundo. Desse modo, ao afirmarmos que o fazer pedagógico precisa ser atualizado permanentemente, tendo em vista as diversas facetas do racismo e seus meandros sociais, atenta-se ao fazer teórico-prático que não escapa às estratégias institucionais, político-econômicas e socioculturais reiteradamente alimentadas pela estrutura de desigualdades raciais.

Conforme Freire (2011) e hooks (2017), o que descreve uma prática pedagógica comprometida com os grupos oprimidos/marginalizados é nada menos que questionar profundamente as políticas de dominação, exploração de classe e os impactos dessas para esses grupos. Nisso decorre questionar o racismo, o sexismo e outras estruturas que expressam não apenas a colonização do pensamento, mas também a predominância de um sistema educacional que impede a produção de um pensamento crítico com vias de alcançar a libertação e emancipação desses grupos. É então que uma educação como

prática da liberdade nasce da disposição em agir e refletir, simultaneamente, sem desconsiderar que:

> A prática educativa implica ainda processos, técnicas, expectativas, desejos, frustrações, a tensão permanente entre prática e teoria, entre liberdade e autoridade, cuja exacerbação, não importa de qual delas, não pode ser aceita numa perspectiva democrática, avessa tanto ao autoritarismo quanto à licenciosidade (FREIRE, 2019, p. 151).

A prática educativa como práxis, ou seja, como uma ação-reflexão da prática político-educativa, estaria condicionada a uma luta política e histórica onde a leitura do mundo não pode ser somente a leitura dos acadêmicos imposta às classes populares tampouco uma leitura complacente de educadores e educadoras que, apesar de parecerem comprometidos/as, invalidam as diferentes experiências e formas de resistência dos sujeitos. É, portanto que, "[...] o educador ou a educadora crítica, exigente, coerente, no exercício de sua reflexão sobre a prática educativa ou no exercício da própria prática, sempre a entende em sua totalidade" (FREIRE, 2019, p. 151). Destarte, concebe-se a formação docente pela práxis educativa no sentido de uma reflexão teórica que não prescinde em analisar a realidade sociocultural desses sujeitos e grupos sociais oprimidos. E no sentido de ação dessa prática, que ela deva estar comprometida com a formação de quem se encontra em processo permanente de libertação (FREIRE, 2011). Quer dizer, uma formação docente que é, acima de tudo, uma formação humana.

Mas, de fato, o que pode a práxis educativa na saúde mental?

Com efeito, não se pretendeu durante as entrevistas analisar a compreensão dos arte/educadores/as sobre a noção de prática educativa, arte/educativa ou, mesmo, artesanal porquanto a intencionalidade da pesquisa era depreender, mormente, sobre a atuação desses profissionais diante do racismo institucional e em que medida eram ou não criados instrumentos de enfrentamento para esse fenômeno. Nisso, ressalvada a imparcialidade da pesquisadora em fazer afirmações ou questionamentos obtusos aos entrevistados, quanto à percepção de "prática educativa" como viabilidade de refletir sobre a própria prática, apenas um profissional apresentou essa reflexão de maneira voluntária:

As práticas educativas e aí eu precisaria pensar assim o que são as práticas educativas, quando eu penso né no que são essas práticas me parece que elas têm uma identidade que não contempla a diversidade. Me parece muito as práticas educativas partem de um pressuposto organizacional, histórico de acesso social, de organização, enfim todos os parâmetros que ela tem direcionamento que essas práticas têm um direcionamento que é construído dentro de um universo acadêmico. (...) porque ao olhar pra o que se considera quando se propõem uma prática educativa embasada nessa perspectiva, não se leva em consideração a peculiaridade das pessoas que estão ali naquele local, de onde elas vêm (Profissional, CAPS p, grifo nosso)

Pude ver que, na percepção deste profissional, a prática educativa no senso comum se volta para um pressuposto burocrático e organizacional que desconsidera as diversidades apresentadas. Neste sentido, o teor acadêmico mencionado tem a ver com a racionalidade científica de uma teorização que se afasta de uma prática comprometida com a realidade educacional. E, acrescenta que, diante dessa perspectiva não seria possível compreender os mecanismos que segregam, exploram e invisibilizam a histórica de determinado grupo populacional. Assim, se referindo a uma educação que precisaria ser inclusiva em qualquer contexto, tanto terapêutico como educativo.

> Pensar numa prática que não contempla as peculiaridades, que não remonta aos valores daquelas pessoas, da gênese daquelas pessoas e que não leva em consideração que houve uma segregação. Que houve uma exploração, que houve uma apropriação indébita de tudo o que essas pessoas tinham na sua história, dos seus antepassados, não é trabalhar com uma educação inclusiva. E com o processo seja ele terapêutico ou educativo, social, é de fato mascarar em nome de uma política que no meu ver não contempla as reais necessidades de cada pessoa e das suas comunidades (Profissional, CAPS p)

É possível perceber, no excerto acima, que a percepção de uma prática educativa em âmbito terapêutico não foge à regra da escolarização justamente porque atende a um processo pelo qual se realiza a leitura da realidade sociocultural e econômica. Entretanto, a afirmação apresentada sobre a prática educativa fez observar também que a proposição para uma transformação desse cenário estaria subjugada, no entender do entrevistado, apenas a uma burocratização normatizada pela qual [...] os movimentos não são pra promover uma mudança efetiva, mas sim pra protocolares muitas vezes (Profissional, CAPS p). Sem, portanto, possibilitar que as/os profissionais a reflitam sobre a própria atuação pedagógica.

Evidentemente, podemos afirmar que a temática racial não possuía centralidade na prática educativa dos/as profissionais entrevistados/as tampouco tendeu a passar pelo trânsito de uma interdisciplinaridade multiprofissional no contexto dos serviços de saúde analisados, em que pese o debate sobre o racismo estar na pauta atual de diversos setores sociais. Desta forma, podemos também inferir que o enfrentamento ao racismo numa direção individual ou interpessoal não poderá alcançar efetivamente uma luta antirracista porque não está comprometida com uma mudança estrutural e, portanto, coletiva. Sendo assim, um fazer pedagógico precisa compreender as distintas experiências desde as realidades sociais e culturais também distintas. Não por acaso, os serviços CAPS estão diretamente envoltos por essas realidades e propõem tratamento a partir de uma abordagem psicossocial, ou seja, atinente aos condicionantes sociais que influenciam no adoecimento mental ou psíquico da população. E é nesta seara que as mulheres negras

pesquisadas se encontram e onde a intersecção das opressões que as aviltam, como já dissemos, estão fundadas no racismo.

Para Akotirene (2019), apesar de importante, o conceito de interseccionalidade abarca os aspectos socioculturais e econômicos brasileiros porque nasce no contexto estadunidense e, portanto, precisa ser traduzido analiticamente para a transversalidade entre raça e gênero no Sul Global. Desse ponto de vista, é preciso entender a interseccionalidade para mulheres negras brasileiras como um trabalho intelectual amplo e aprofundado porque a violência do Estado não cessa em produzir o apagamento dessas epistemes e experiências, as quais são imprescindíveis para compor enfrentamentos políticos e sociais. Por isso mesmo, a práxis educativa dos arte/educadores/as precisa estar permanentemente atualizada e comprometida com uma consciência crítica atenta ao entrecruzamento dessas opressões e exigente quanto a superação da passividade ante a realidade histórico-cultural na qual a sociedade se estruturou.

Diante disso, os pressupostos de Fanon (2008) sobre uma práxis revolucionária também invocam uma consciência crítica como exigência de superação da lógica colonial que soube eloquentemente incutir a inferioridade, a exploração e a passividade dos sujeitos expressa nessa realidade. Para o autor, a práxis efetivamente revolucionária estaria implicada pela recusa do paradigma ocidental pela adoção de um novo humanismo ou humanidade como projeto de sociedade. Contudo, essa práxis que também é educativa não escapa de pensar estratégias coletivas inerentes à luta pela libertação econômica, epistêmica e subjetiva daqueles/as que não foram os sujeitos da história precisamente porque desumanizados pelo racismo.

Gonzales (2020) irá acrescentar que embora existam pessoas brancas empenhadas na luta contra o racismo e suas práticas, o que se pode evidenciar é que mesmo politicamente se continua a reduzir o racismo a discursos democráticos, porém excludentes. Nesse sentido, separar o racismo da desigualdade de classe fortalece os aparelhos institucionais alicerçados no capitalismo e na exploração econômica. A autora acrescenta que o chamado "racismo por omissão" não foge à regra, pois é um mecanismo combinado à pretensa democracia racial e superioridade cultural ainda constituída nas relações cotidianas no Brasil.

Por conseguinte, podemos reiterar que as práticas arte/educativas desenvolvidas nos CAPS não estão comprometidas com a problematização do racismo como determinante social e histórico, devendo ser levado em consideração nos processos de tratamento em saúde mental. Sendo que o racismo institucional praticado nas rotinas de

atendimento é definitivo para interferir na qualidade do cuidado e tratamento em saúde integral das mulheres negras.

Em síntese, ao ponderar que a arte/educação pode ser uma ferramenta de intervenção política e emancipatória vislumbramos uma educação humanista interessada em reagir aos ditames sociais e políticos enraizados no racismo. Para isso, não precisamos enquanto educadores/as recuperar fórmulas educacionais ou reinventar a roda, mas sim, ter sensibilidade para compreender o mundo em sua pluralidade e ética para desenvolver um trabalho comprometido com o desenvolvimento humano, social e político, sem, porém, discutir o *que*, *como* e *por que ensinar* (DUARTE JÚNIOR, 2012).

E, para que essa ferramenta possa ser de fato uma práxis educativa na saúde mental, será preciso reconhecer as implicações da luta antirracista para a educação, do ativismo histórico realizado pelos Movimentos Sociais, do reconhecimento das epistemologias outras e, seguramente, pelo ajustamento social e político das instituições no enfrentamento do racismo. Já que debater o tema das relações étnico-raciais encadeia uma mudança de postura, de sensibilidade e, principalmente, de consciência ética em educação.

Talvez, a proposição de uma *Costuralidade* arte/educativa seja um caminho possível.

Para manter a pulsão da tese: A práxis educativa não encerra aqui

Mas eram tantas lágrimas,
que eu me perguntei se minha mãe tinha olhos
ou rios caudalosos sobre a face
E só então compreendi
Minha mãe trazia, serenamente em si, águas correntezas
Por isso, prantos e prantos a enfeitar o seu rosto
A cor dos olhos de minha mãe era cor de Olhos D'água

Conceição Evaristo

Talvez possamos finalizar essa conversa com uma epígrafe. Não que a vida de mulheres negras seja sublime poesia, ao contrário, há muita dor nas linhas escritas e costuradas por essas mulheres... *a fios de ferro!* Como bem disse Conceição Evaristo. Mas caberia afirmar, como pesquisadora, que vi lágrimas, vi risos e ouvi relatos onde sobrava vida. E porque tinha vida, compreendi que as mulheres interlocutoras desta pesquisa traziam em si *águas correntezas* desenhando os próprios caminhos.

Não ousaríamos falar por todas as mulheres negras, tampouco pelas que foram interlocutoras desta pesquisa. Contudo posso dizer que, enquanto mulher negra trabalhadora e pesquisadora, estive em processo de desfazimento e refazimento de algumas percepções acerca de mim mesma no contato com os diálogos, os saberes e com as reflexões trazidas diante deste tema tão doloroso, ainda que necessário. Posso dizer que o racismo escancarado nos deixa num vazio tão grande que a sensação é de desvanecimento e, ao mesmo tempo, de dor física, mas eu também ousaria afirmar que o racismo implícito, na estrutura das relações sociais e cotidianas, nos devolve essa mesma sensação.

Abordar esse tema, no que concerne a sua importância em qualquer contexto, não é tarefa simples porque requer atribuir a outrem a sua responsabilidade pelo debate; o qual desagrada a quem não se percebe como reprodutor/a dessas relações. Por outro lado, atualizar memórias vividas com o racismo e reafirmar a própria existência é ainda mais difícil.

Como vimos, a pretensa democracia racial enraizada na sociedade brasileira foi determinante para manter incólume a estrutura socioeconômica onde negras e negros permanecem em situação desfavorável em relação a outros grupos. Se compararmos as discussões trazidas pelo Movimento Negro e por mulheres negras há quarenta anos atrás, é possível admitir que avançamos muito em trazer o debate político para dentro das famílias, das escolas, da universidade e meios de comunicação. Contudo, pouco alcançamos

enquanto sociedade na superação de ideologias que nos colocam sempre à margem: desassistidos, desumanizados e criminalizados com o aval do Estado.

Vimos reacender os discursos antidemocráticos, racistas, misóginos e LGBTfóbicos insufladores de ódio enquanto o mundo se deparava com a pandemia Covid-19. No Brasil, particularmente, dadas as circunstâncias do projeto de governo contrário às políticas públicas de amparo às minorias, que desde 2018 trabalhou ostensivamente para desarticular o trabalho já conquistado pelos movimentos sociais e esse cenário demonstrou o quanto as populações negra e indígena permaneciam submetidas a um sistema colonizador com interesses explicitamente elitistas e conservadores. Para esse sistema, negar a existência do racismo foi um dos aportes discursivos e políticos que desmantelou diversas políticas públicas e assegurou o funcionamento arbitrário das instituições, as quais assumiram contornos próprios. Nesta perspectiva, as áreas da educação e da saúde foram diretamente impactadas pela revogação de políticas que contribuíram para o aprofundamento das desigualdades sociais e raciais.

Por este enfoque, realizamos uma breve revisão sobre o racismo e a herança escravocrata no Brasil, acerca do racismo impregnado nas instituições políticas e sociais e na cultura, examinando em especial, as áreas da educação e saúde, a partir de estratégias colonizadoras que insistem em ser perpetuadas e encontram na suposta democracia racial o mais eloquente instrumento em legitimar o racismo. A literatura científica revisitada nos permitiu desenvolver aspectos centrais para a pesquisa, entre os quais, entender o racismo como um fenômeno contemporâneo inveterado de narrativas históricas e culturais que ainda sustenta a noção de raça como um validador da pretensa superioridade biológica. Não obstante, essa literatura contribuiu para elucidar que os aspectos sociais, políticos e culturais interferem diametralmente na saúde da população negra sendo necessário reconhecer suas demandas específicas e a violência estatal como um dos principais determinantes para o seu agravo. Outro fato decorrente dessa revisão foi compreender a correlação entre o adoecimento mental de mulheres negras com a reprodução do racismo e, embora tratar-se de uma questão de saúde pública e coletiva, ainda há responsabilidades políticas e sociais pouco comprometidas com esse grupo.

Sob a ótica do racismo estrutural e institucional, constatamos que a concepção de mulheres negras foi concebida desde o colonialismo pela negação de sua subjetividade e pelas opressões multifacetadas que as aviltam até hoje. E, em que pese elas tenham construído as bases econômicas e socioculturais desse País, ainda têm os seus saberes ancestrais escamoteados e suas epistemologias apagadas por esse sistema. Portanto, para reconhecer as mulheres negras como sujeitas históricas propomos um debate que fosse

além de enumerar vulnerabilidades sociais e desigualdades raciais, mas sim, buscar a valorização dos saberes e lutas individuais e coletivas. Todavia sem homogeneizar, visto que a pesquisa demonstrou que elas encontram e, algumas vezes, escolhem distintas maneiras enfrentar a violência física e simbólica do racismo.

Concomitantemente, trouxemos a dimensão da arte/educação para compreender atuação dos profissionais nos CAPS e refletimos sobre a formação de professores e sua estreita relação com a experimentação de outras práticas pedagógicas, entre as quais, a que se faz no âmbito terapêutico em saúde mental. Afirmamos que este é, por excelência, um trabalho interdisciplinar e precisava estar consonância com outras instrumentalizações, haja vista, estar entre dois campos de conhecimento (educação e saúde) e, portanto, apresentar uma complexidade particular porque opera ainda no plano da arte. Essa complexidade também corresponde a um olhar sobre a própria prática educativa, pela ação e reflexão crítica, quando se propõe pensar uma práxis educativa amparada na perspectiva ético-estético-política da arte/educação. Nesse ponto, a perspectiva empírica da pesquisa mostrou que a reflexão sobre a própria prática foi sendo construída ao longo da investigação pela interação com os outros/as profissionais de saúde em seus processos de trabalho e com mulheres usuárias dos serviços de saúde mental. Em especial, com usuárias do serviço essa relação foi aprofundada no trabalho realizado pela pesquisadora, ainda que o racismo não fosse verbalizado nas narrativas produzidas por elas. Mas se apresentava nos processos de trabalho, dinamizado nas relações interpessoais vividas naquele espaço e fora dele.

Com base nisso, se delineava no curso do processo investigativo a presença de (4) quatro categorias analíticas: Espaço, Adoecimento, Violência e Responsividade, sendo que as narrativas dos entrevistados/as transitavam entre subjetividades existenciais a partir dos lugares sociais que ocupavam e na relação estabelecida pelo âmbito institucional, entre profissional-usuário/a. Desse modo, a tese alcançou (3) três dimensões principais, alcunhadas *ressoantes analíticos*, pois tangenciam algumas suposições trazidas e sendo possível analisar que em relação a dimensão conceitual há variáveis entre os lugares de reflexão (para os/as entrevistados/as) e a noção de responsividade no debate sobre o racismo, portanto, a não utilização de conceitos ou terminologias estaria atrelada tanto a incompreensão sobre os significados quanto a estratégia de não se incumbir sobre o problema. Quanto a noção de familiaridade, consideramos que há uma armadilha na percepção dos afetos constituídos no espaço dos serviços e também fora dele no que trata de compreender as iniquidades do racismo, quase sempre veladas, que acabam reforçando as estratégias de manutenção do status quo. No que se refere às mulheres negras e suas

existências ante os apagamentos estéticos que podem ser ancestrais, religiosos, epistêmicos e subjetivos, a violência simbólica e física é notadamente encontrada em quase todas os relatos mesmo quando não compreendida como resultante do racismo estrutural, institucional ou interpessoal. Em vista disso, as mulheres não percebem a violência como um determinante em saúde tampouco refletem sobre o institucional quando encontram empecilhos estruturais e sistêmicos para o seu atendimento ou assistência em saúde mental.

Quanto a percepção do que pode a práxis educativa na saúde mental analisamos que grande parte dos profissionais entrevistados desconsidera as diversidades raciais durante os processos de trabalho e, por isso, não se imputam responsabilidade pela temática na sua prática pedagógica/educativa. E quando acentuadas ou percebidas essas diversidades, foi constatado que a temática racial não possuía centralidade na prática educativa dos/as profissionais e ainda não está problematizada no contexto dos serviços de saúde analisados. Ressaltamos, porém, que a pesquisa tem um caráter introdutório e certamente não dá conta da complexidade do tema em questão, considerando a problemática sobre as relações raciais e a saúde mental ainda pouco aprofundada, de tal forma, não sendo possível esgotar a discussão e havendo necessidade de aprofundar o tema em pesquisas futuras.

Vale destacar, no final do ano de 2022, a pesquisadora recebeu o convite para trabalhar como apoiadora técnica na Rede Temática das Equidades, dentro da Secretaria Municipal de Saúde, diretamente ligada à gestão municipal. Neste sentido, passou a ocupar-se diretamente da elaboração de estratégias para execução da PNSIPN, além de atuar como membro suplente no Conselho da Igualdade Racial, Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, Comitê Gestor Quilombola e Conselho dos Povos de Terreiro de Pelotas. Sendo que no ano seguinte, em 16 de janeiro de 2023, foi instituída a Política Municipal de Saúde da População Negra de Pelotas (PMSPNP) através da Lei municipal nº 7.155, objetivando promover ações em saúde já previstas pela PNSIPN. Desse modo, entramos em contato com algumas ações já realizadas pela gestão municipal no tocante ao trabalho com educação permanente, principalmente, naquele desenvolvido pelo junto a Rede das Equidades, onde são levadas discussões sobre racismo estrutural/institucional para as equipes da Atenção Primária do município. Em razão disso, observamos o quanto a temática está longe de ser assimilada pelos trabalhadores como uma obrigatoriedade prevista em lei. Portanto, avalio que a implementação da PNSIPN como instrumento de enfrentamento ao racismo nos serviços de saúde de Pelotas, apesar de instituída, carece de monitoramento e avaliação permanente.

Com efeito, enquanto resultado da investigação e retornando a questão problema desta pesquisa, o impacto do racismo institucional no tratamento do adoecimento de mulheres negras no contexto das práticas arte/educativas em saúde mental reverberou outras instâncias nas quais os processos de trabalho institucional também colaboram para manutenção e reprodução da discriminação e preconceito a esse grupo. As hipóteses suscitadas pela pesquisa dão subsídios para pensar estratégias de monitoramento e avaliação das políticas públicas existentes, bem como reafirmam que as instituições em educação e saúde precisam rever suas atividades já que permanecem revestidas pelo racismo sistêmico. Para que se possa arrefecer o racismo nesses espaços e, principalmente, possibilitar que uma práxis educativa aliada ao trabalho terapêutico seja ao mesmo tempo uma prática antimanicomial e antirracista; tendo em vista que ambas devem caminhar juntas.

Inscreve-se também aqui, o papel da universidade no que refere abordar a questão do racismo e pautar as relações étnico-raciais, em termos acadêmicos e científicos, nos currículos de formação de professores porque repensar essa formação daria maiores embasamentos, até mesmo comparativos, nas áreas da educação e da saúde. Inclusive, com especial atenção a questão do racismo na saúde mental visto que é preciso pensar em outras bases epistemológicas para compreender essa temática nos diversos campos de produção de conhecimento.

Aposta de tese

Esta pesquisa teve como objetivo principal compreender como o racismo institucional incide no campo das práticas educativas desenvolvidas pelos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), no tocante ao atendimento de mulheres negras e, com isso, analisarmos o potencial desses encontros entre mulheres negras, educadores/as e práticas educativas para melhor compreendermos o fenômeno de discriminações e preconceitos no interior desse serviço.

Essas proposições se anunciavam a partir do trabalho da pesquisadora enquanto arte/educadora/professora, mas eram também vivenciadas nas relações interpessoais que evocavam episódios camuflados pelo racismo, quando não explicitamente praticado nesses espaços de atendimento, para além daquele destinado às práticas educativas. Dessa forma, as possibilidades de responder à questão problematizadora e se afastar emocionalmente daquelas situações exigiu certa obstinação, haja vista, enquanto corpo negro se ter a experiência de sofrimento frequentemente descredibilizada perante o racismo.

Importante lembrar, o racismo institucional visa, além de dominar e manipular sujeitos negros/as para manutenção de privilégios sociais de outros grupos, utilizar dessa estratégia nos processos de trabalho dos serviços, de igual forma, àqueles de natureza pública ao reconfigurar sistematicamente as práticas de opressão e exploração quase sempre veladas, mas com a mesma eficácia ideológica no sentido de suprimir direitos, oprimir, deslegitimar ou, mesmo, criminalizar a população negra. Outro ponto a destacar, é que a democracia racial e o negacionismo institucionalizado também justificam as práticas de discriminação e preconceito para além do estigma de adoecimento mental, e fazem com que, principalmente, mulheres negras usuárias tenham ofuscadas as múltiplas opressões já vividas em diferentes espaços. Mais ainda, tenham negadas suas qualificações e descredibilizados os saberes e fazeres que as constituem, por isso mesmo, tendo suas subjetividades reduzidas sem que se observe as diversas maneiras encontradas para existir e, ao mesmo tempo, resistir.

Dito isso, há de se concluir, após investigar a atuação das práticas educativas em arte e analisar os demais processos de trabalho correlacionados ao tratamento terapêutico, se confirma a presença do racismo institucional no âmbito dos serviços especializados em saúde mental – CAPS em Pelotas. De modo que, esse fenômeno se apresenta sob a forma de mecanismos estruturais que legitimam condutas profissionais excludentes, seja no atendimento direto ou indireto, em certa medida, através de práticas que se não abrangem a concretude das interfaces da raça com a experiência psicossocial dessas mulheres e, automaticamente, produzem o impedimento a um acesso em saúde generalizado a partir de pressupostos de um ser mulher universal que, logicamente, ao não o ser, hierarquiza e priva. Da mesma forma, interferindo na qualidade do tratamento de saúde integral desse grupo e, portanto, refletindo no seu processo de reabilitação bem como na compreensão que elas têm sobre o racismo sistêmico praticado em outros contextos sociais.

Com relação às experiências pregressas de mulheres negras à chegada no CAPS, em relação ao seu processo de adoecimento, é possível afirmar que elas se utilizam se astúcias próprias de enfrentamento ao racismo produzidas tanto por meio da autoemancipação, quanto no esteio procedente de espaços de convivência como a família, os coletivos e as comunidades. Desse modo, sendo capazes de externalizar suas vivências cotidianas interseccionadas pelas questões de gênero, classe e raça, apesar de não encontrarem ações institucionais que reconheçam o racismo institucional enquanto experiência de sofrimento psíquico. Portanto, sem que seja estimulado o debate mesmo diante da estrutura de exploração-opressão atualizada sistematicamente pelo racismo.

Como aposta de tese, foi afirmado que, no âmbito das práticas educativas em arte desenvolvidas no CAPS, não havia comprometimento dos/as profissionais com a problematização do racismo como fator de adoecimento, tampouco, se permitia refletir sobre o tema enquanto marcador de desigualdades sociais. E na medida em que a *escritação*, como um fazer pela costura de afetos e da práxis pedagógica, se atrelava à investigação pela interface com as ferramentas metodológicas (entrevistas e documentos) se dava corpo material ao debate sobre racismo e saúde mental, confirmando a aposta anunciada. Sendo assim, ratifico mais uma vez que, as práticas educativas não abrangem a discussão sobre o racismo em suas dinâmicas de atendimento e acabam por permitir a reprodução do racismo institucional nesses espaços. Ressaltamos ainda, que os movimentos contrários ao racismo institucional somente poderão ocorrer quando os sujeitos (profissionais e usuários/as) produzirem coletivamente reflexões/ações imbuídas pelo debate.

Por fim, e para manter a pulsão da tese, a pesquisadora retoma aqui o seu fazer artístico ao apropriar-se das memórias afetivas que a constituem como mulher negra, pesquisadora e trabalhadora que pretendeu costurar a existência de tantas mulheres e, ainda, escrever sobre elas. Esta tese se fez impregnada de diferentes experiências e tentou produzir uma composição poético-artístico-pedagógica sem deixar de adotar uma postura ética diante da formação docente, que permaneceu acontecendo para a pesquisadora. Um trabalho feito em várias mãos pela manualidade, interlocução e escrita que ancoravam o doloroso debate sobre o racismo.

A *Costuralidade* que traçou o percurso da pesquisa esteve entre o escrever, o agir e o costurar, ao questionar principalmente o impacto do racismo institucional ante o tratamento de mulheres negras no âmbito educativo/terapêutico realizado naqueles serviços. Exatamente porque durante o processo de trabalho, tanto como profissional ou pesquisadora, foi possível compreender que o racismo atuava como propulsor de adoecimento e restritor da dimensão terapêutica sob vários aspectos, e essa experiência se colocava muitas vezes no embate com minha própria vivência de ser mulher negra. Contudo, foi também um olhar atento às particularidades de cada mulher sujeita ou não da pesquisa, e de como elas enfrentavam o racismo num cotidiano marcado pela desigualdade social. Justamente porque esse olhar esteve mediado por uma memória pessoal que conduziu a reflexões sobre o próprio existir na costura com a existência de outras mulheres negras.

Resta-nos agora, acreditar que este trabalho poderá ser um provocador de outras experimentações educativas, artísticas e inspirador de novas metodologias de ensino, mas

possa ser também ação crítica e reflexiva potencialmente transformadora de uma dada realidade.

Pela *Costuralidade* se olha para as artes de viver, de resistir e de refazer-se em meio às linhas costuradas pela vida. A práxis educativa não encerra aqui!

Compreendi que a vida seria feita de desafios
Mas tudo o que eu queria era cantar
Tem dias que eu canto
Tem dias que não.
Encanto[91]

[91] RODRIGUES, Viviane. Ensaios Poéticos, Diário de Campo, 2022.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio L. de. **O que é Racismo Estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AMARANTE, Paulo. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Visível e invisível: A vitimização de mulheres no brasil 4ª edição. *In*: **Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2023**. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf (forumseguranca.org.br). Acesso em 06 mar. 2023.

ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro**. – 1. ed. – São Paulo: Geração Editorial, 2013.

ARIAS, Patricio G. **Corazonar: uma antropologia comprometida com la vida**. Quito, Ecuador; Abya Yala, 2010.

AZEVEDO, Célia M. M. de. **Onda Negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites – Século XIX**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. 267 p.

BARBOSA, Ana M. (Org.) **Arte/Educação no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**: edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAIRROS, Luiza. **Nossos feminismos revisitados**. Estudos Feministas, v. 3, n. 2 (Florianópolis, Universidade de Santa Catarina,1995, pp. 458-63.

BASAGLIA, Franco. **A instituição negada**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BATISTA, Luís E.; WERNECK, Jurema; LOPES, Fernanda (org.). **Saúde da população negra**. 2. ed. -- Brasília, DF: ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2012.

BENTO, Maria A. S. **Pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSFOGUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Soc. estado**. Brasília, v. 31, n. 1, pág. 15 a 24 de abril de 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 set. 2020.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998. Interrogando a identidade.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BOSI, Afredo. Prefácio. *In:* MASSI, A.; MOURA, M. M. **Lima Barreto - Diário do Hospício e O Cemitério dos Vivos**. 1. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BRANDÃO, Carlos R. **A pergunta a várias mãos. Experiência da pesquisa no trabalho do educador**. São Paulo. Cortez Editora, 2003.

BRANDÃO, Carlos R.; STRECK, Danilo R. A pesquisa participante e a partilha do saber: uma introdução. (Org.). **Pesquisa participante: o saber da partilha**. 2. ed. São Paulo: Ideias & Letras, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 189, de 19 de novembro de 1991**. Aprova os Grupos e Procedimentos da Tabela do SIH-SUS, na área de Saúde Mental. Brasília: Ministério da Saúde, 1991.

BRASIL. Ministério da Saúde**. Lei n.º 10216, de 06 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em: 15 fev. 2018.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Saúde da população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade** / Fundação Nacional de Saúde. - Brasília: Funasa, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**: **diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos.** Brasília, 2012. Disponível em: http://www.conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/index.html. Acesso em: 03 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde/ Secretaria de Atenção à Saúde/ Departamento de Regulação, Avaliação e Controle**/Coordenação Geral de Sistemas de Informação** – 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS** – 3. ed., 3. reimpr. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017.

CALDWELL, Kia L. A militância das mulheres negras e o desenvolvimento do campo de saúde da população negra no Brasil. *In:* SILVA, Joselina; PEREIRA, Amauri M. (Org.). **O Movimento de Mulheres negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala, 2014.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estud. Avançados.** São Paulo, v. 17, n. 49, pág. 117-133, dez. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 dez. 2020.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CERQUEIRA, Daniel. **Atlas da Violência 2021** / Daniel Cerqueira et al., — São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: 5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf (ipea.gov.br). Acesso em: 05 nov. 2022.

CESAIRE, Aimé. **Discurso sobre el colonialismo**. Madrid: Ediciones Akal, 2006.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. 22. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

COLLINS, Patricia H. **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro.** 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 13 ago. 2020.

COLLINS, Patricia H. Espitemologia Feminista Negra. *In:* Joaze Bernardino-Costa; Nelson Maldonado-Torres; Ramos Grosofoguel (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afro-diaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 139-170.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p.171-188, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf. Acesso em: 02 mar. 2019.

CUNHA, Estela M. G. de P.; JAKOB, Alberto A. E. Diferenciais raciais nos perfis e estimativas de mortalidade para o Brasil. *In*: Brasil. **Fundação Nacional de Saúde. Saúde da população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade** / Fundação Nacional de Saúde. - Brasília: Funasa, 2005.

CZERESNIA*,* Dina*;* MACIEL, Elvira M.G.S.; OVIEDO, Rafael A.M. (Org.). **Os sentidos da saúde e da doença**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2013.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, Carolina B. **Docência negra na educação infantil: consciência política, fazer pedagógico e práxis**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

DUARTE JÚNIOR, João-Francisco. **O sentido dos sentidos: a educação (do) sensível**. 5ª. ed. Curitiba: Criar, 2010.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.

FAUSTINO, Deivison M. **"Por que Fanon? Por que agora?": Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil** / Deivison Mendes Faustino. – São Carlos: UFSCar, 2015. 260 f.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura: na Idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Org. Trad. Roberto Machado. 7ª ed. - Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 17ª ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 69ª ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GERALDO, R. M. et al. (2022). Preenchimento do quesito raça/cor na identificação dos pacientes: aspectos da implementação em um hospital universitário. **Ciência & Saúde Coletiva**, 27(Ciênc. saúde coletiva, 2022 27(10)). Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-812320222710.08822022. Acesso em: 22 nov. 2022.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência** I Paul Gilroy; tradução de Cid Knipel Moreira. - Sao Paulo: Ed. 34; Rio de janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GOES, Emanuelle F.; RAMOS, Dandara de O.; FERREIRA Andréia J. F**.** Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 2020.

GOFFMAN, Ervin**. Manicômios, prisões e conventos**. 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

GOMES, Nilma L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In*: BRASIL. **Educação Antirracista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03**. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. P. 39 - 62. (Coleção Educação para todos) 236 p.

GOMES, Nilma L. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONÇALVES, Hérica C. B.; QUEIROZ, Marcello R. de; DELGADO, Pedro G. G. Violência urbana e saúde mental: de uma nova agenda? **Fractal, Rev. Psicol.**, 2017, vol.29, n.1, pp.17-23. ISSN 1984-0292. Disponível em: https://doi.org/10.22409/1984-0292/v29i1/1256. Acesso em: 26 mar. 2020.

GONZALES, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização Flávia Rios, Márcia Lima. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARÃES, Antônio S. **Raça, cor, cor da pele e etnia**. Cadernos De Campo n. 20, p. 265-271. São Paulo, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v20i20p265-271. Acesso em: 02 jan. 2020.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais.** Organização Liv Sovík; Tradução Adelaine ta Guardia Resende - Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomás Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro – 10 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

HAMILTON, Charles V; KWAME, Ture. **Black power: the politics of liberation in America**. Nova York: Random House, 1967.

HASENBALG, Carlos A. **A discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Tradução de Patrick Beurglion. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** 2 ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

hooks, bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.
IBGE, 2011. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf. Acesso em: mar. 2019.

IBGE, 2018. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018 / **IBGE: Coordenação de População e Indicadores Sociais** - Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf.
Acesso em: 05 jan. 2020.

IBGE, 2020. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2019**. Disponível em: https://bibliotecaI.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 23 nov. 2020.

IPEA. Nota técnica: **Emprego Doméstico no Brasil: transições em contextos de crises.** São Paulo: Instituto de Pesquisa econômica aplicada (IPEA), 2021. Disponível em: bmt_72_emprego_domestico.pdf (ipea.gov.br). Acesso em: 05 nov. 2022.

JESUS, Carolina M. de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 10 ed.- São Paulo: Ática, 2014.

KILOMBA, Grada. "A Máscara" *In*: **Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano**. 1 ed. – Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/39868012/MEM%C3%93RIAS_DA_PLANTA%C3%87%C3%83O_EPIS%C3%93DIOS_DE_RACISMO_COTIDIANO. Acesso em: 30 abr. 2020.

KOSBY, Marília F. **Nós cultuamos todas as doçuras: as religiões de matriz africana e a tradição doceira de Pelotas**. Porto Alegre: Après Coup – Escola de Poesia, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. - 2ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LAGARDE, Marcela. **Los cautiverios de las mujeres. Madresposas, monjas, putas, presas y locas**. Coyoacán, México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005. Disponível em: lagarde-marcela-los-cautiverios-de-las-mujeres-scan.pdf (wordpress.com) . Acesso em: 22 jul 2023.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LOPES, Fernanda. Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer: tópicos em saúde da população negra no Brasil. Brasil. Fundação Nacional de Saúde. *In*: **Fundação Nacional de Saúde. Saúde da população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade** / Fundação Nacional de Saúde. - Brasília: Funasa, 2005a.

LOPES, Fernanda. Para além da barreira dos números: desigualdades raciais e saúde. **Cad. Saúde Pública**, 2005 b, vol.21, n.5, pp.1595-1601. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/csp/v21n5/34.pdf. Acesso em: 13 out. 2019.

LÓPEZ, Laura C. The concept of Institutional Racism: applications within the healthcare field. Interface - **Comunic., Saude, Educ**., v.16, n.40, p.121-34, jan./mar. 2012.

LOPES, Fernanda; WERNECK, Jurema. Saúde da população negra: da conceituação às políticas públicas de direito. *In*: WERNECK, J. (org.). **Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Criola, 2009. p. 5-23. Disponível em: https://criola.org.br/wp-content/uploads/2017/10/livro_mulheresnegras_1_.pdf. Acesso em: 06 jan. 2019.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. – 1. ed. – Belo Horizonte:Autêntica Editora, 2019.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas**. 5 ed. São Paulo: EPU, 1986.

LUGONES, María. Colonialidad y género. *In:* Tejiendo de *otro modo*: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en *Abya Yala* / Editoras: MIÑOSO, Yuderkys E, CORREA, Diana G. L, MUÑOZ, Karina O.– **Popayán: Editorial Universidad del Cauca**, 2014.

MACHADO, Silvia de A. P. **Canção de ninar brasileira: aproximações**. 2012. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.8.2012.tde-28082012-124302. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8151/tde-28082012-124302/publico/2012_SilviaDeAmbrosisPinheiroMachado_VRev.pdf. Acesso em: 21 jan. 2021.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. *In*: ARANTES, Antônio (org.) **O espaço da diferença**. Campinas, Papirus, 2000.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte**. São Paulo: n-1 edições. 2018.

MINAYO, Maria C. de S. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Editora Hucitec/Rio de Janeiro: ABRASCO, 1992.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **O negro na sociedade brasileira: resistência, participação e contribuição**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. Instituto Kuanza. São Paulo, 2006.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3ª ed. – São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

NUNES, Georgina H. L. Ser mulher, sul mulher: "a gente tem que sempre fazer vento". *In*: SILVA, Joselina; PEREIRA, Amauri M. (Org.). **O Movimento de Mulheres negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala, 2014.

NUNES, João A.; SIQUEIRA-SILVA, Raquel. Dos "abismos do inconsciente" às razões da diferença: criação estética e descolonização da desrazão na Reforma Psiquiátrica. Brasileira. **Sociologias**, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222016000300208&script=sci_abstract&tlng=pt. Acessado em 09 jun. 2019.

OLIVEIRA, Eduardo D. de. **Filosofia da ancestralidade: corpo e mito na filosofia da Educação Brasileira**- UFC. 2005. 353f. - Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2005.

PASSOS, Rachel G. "De escravas a cuidadoras": invisibilidade e subalternidade das mulheres negras na política de saúde mental brasileira. **O Social em Questão** - Ano XX - nº 38 / 2017. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_38_art_4_Passos.pdf.. Acesso em: 10 ago. 2020.

PASSOS, Rachel G. "Holocausto ou Navio Negreiro?": inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira / Holocaust or "The Ship Negreiro?": concerns for the Brazilian Psychiatric Reform. **Argumentum**, 10(3), 10-23, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.18315/argumentum.v10i3.21483. Acesso em: 18 ago. 2020.

PASSOS, Rachel G. Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial. EM PAUTA, Rio de Janeiro _ 1o Semestre de 2020 - n. 45, v. 18, p. 116 – 129. **Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/47219/31983. Acesso em 10 ago. 2020.

PASSOS, Rachel G.; MOREIRA, Tales W. F. Reforma Psiquiátrica brasileira e Questão Racial: contribuições marxianas para a Luta Antimanicomial. **SER Social**, Brasília, v. 19, n. 41, p. 336-354, jul.-dez./2017. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14943/13262. Acesso em: 10 ago. 2020.

PAULINO, Rosana. **Imagens de sombras**. 2011. 98 f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, USP, São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27159/tde-05072011-125442/publico/tese.pdf. Acesso em: 02 jul. 2019.

PRESTES, Clélia R. dos S. **Estratégias de promoção da saúde de mulheres negras**: **interseccionalidade e bem viver**. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. S. Paulo: Cortez Ed., 2010.

RAMOS, Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 1995.

RAUTER, Cristina. Oficinas para quê? Uma proposta ético-estético-política para oficinas terapêuticas. *In*: Amarante P. (Org.) **Ensaios: subjetividade, saúde mental, sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2000. p.267-77.

ROCHA, Renan V.de S. **Saúde Mental e Racismo à Brasileira: Narrativas de Trabalhadoras e Trabalhadores da Atenção Psicossocial**. Renan V. de S. Rocha; Mônica de Oliveira Nunes de Torrenté; Maria Thereza Ávila Dantas Coelho. 1ª edição/Salvador – Bahia. Editora Devires, 2021.

SANTOS, Joel R. dos. **O que é Racismo**. 9ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense. 1985.

SANTOS, Helio. **A busca de um caminho para o Brasil – a trilha do círculo vicioso**. São Paulo: Senac, 2001.

SANTOS, Márcia P. A. dos. *Et al*. População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. **Estud. Avançados.** São Paulo, v. 34, n. 99, 2020 p. 225-244. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000200225&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 nov. 2020.

SANTOS, Milton. Ser negro no Brasil hoje. **Folha de São Paulo** [on line], São Paulo, 07 de maio, 2000. Coluna + brasil 501 d.c. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0705200007.htm. Acesso em 12 mai. 2022.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo, EDUSP, 2020.

SILVEIRA, Elaine R. Luto impedido, luto negado – violência e trauma ontem e hoje. *In*: **Clínicas do Testemunho RS e SC Por que uma clínica do testemunho?** / Clínicas do Testemunho RS e SC. Porto Alegre: Instituto APPOA, 2018. 304 p.

SILVEIRA, Nise da. **Imagens do Inconsciente**. Rio de Janeiro: Alhambra, 1981.

SCHUCMAN, Lia V. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. São Paulo, 2012. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

SILVA, Petronilha B. G. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil**. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007.

SILVA, Márcia. A. (2016). O Artesanato como ferramenta metodológica na perspectiva dos estudos de gênero: articulando pesquisa, ensino e extensão universitária. **Revista**

Trama Interdisciplinar, 7(1). Disponível em: http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/view/9337. Acesso em 15 ago. 2020.

SOUZA, Neusa S. **Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Prefácios de Maria Lúcia da Silva e Jurandir Freire Costa. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SODRÉ, Muniz. CULTURA, CORPO E AFETO. DANÇA: **Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Dança**, *3*(1), 2015. Disponível em: https://doi.org/10.9771/2317-3777dança.v3i1.13161. Acesso em: 03 mar. 2023.

TAVARES, Jeane S. C.; KURATANI, Sayuri M. de A. Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se "Tornaram Negras". **Psicol. cienc**. Prof., Brasília, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932019000100118&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 nov. 2020.

TEIXEIRA, Juliana. **Trabalho Doméstico**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2021.

THEODORO, Mário. (2014). Relações raciais, racismo e políticas públicas no Brasil contemporâneo. **Revista De Estudos E Pesquisas Sobre As Américas**, 8(1), 205-219. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/18484. Acesso em 15 ago. 2020.

THEODORO, Mário. **A sociedade desigual: racismo e branquitude na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial** / Françoise Vergès; traduzido por Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. Título original: Un féminisme décolonial. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

XAVIER, Giovana. **Brancas de almas negras? beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação (EUA, 1890-1930)**. 2012. 424 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.12733/1617639. Acesso em: 3 mar. 2023.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. *In*: WERNECK, J. (org.). **Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Criola, 2009. p. 5-23. Disponível em: http://bibliotecadigital.abong.org.br/xmlui/handle/11465/886. Acesso em: 13 jun. 2019.

WERNECK, Jurema. Racismo Institucional e saúde da população negra. **Saúde Soc**. São Paulo, v.25, n.3, p.535-549, 2016.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Coronavirus disease (Covid-19) advice for the public**. Disponível em: https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public. Acesso em: 09 nov. 2020.

Anexos

Anexo A - CARTA DE ANUÊNCIA NÚCLEO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA **(NUMESC)**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PELOTAS

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE COLETIVA

AUTORIZAÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA

Autorizo a realização da pesquisa intitulada **" Mulheres Negras costurando existências Cartografia das Práticas Educativas em Saúde Mental"**, a ser realizada pela pesquisadora VIVIANE COSTA RODRIGUES. Solicito que a coleta de dados deverá ser realizada mediante autorização do Comitê de Ética e que após a conclusão do trabalho, seja realizado a devolutiva à secretaria de saúde para conhecimento dos resultados.

Pelotas, 13 de maio de 2021.

Caroline Vasconcellos Lopes
COREN-RS 164 187
Integrante NUMESC

Anexo B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA USUÁRIAS DOS SERVIÇOS CAPS

Universidade Federal de Pelotas
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

Orientadora: Drª Georgina Helena Lima Nunes

Orientanda: Viviane Costa Rodrigues

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Vimos, respeitosamente, por meio do presente documento, solicitar a sua colaboração na pesquisa intitulada **"MULHERES NEGRAS COSTURANDO EXISTÊNCIAS: cartografia das práticas educativas em saúde mental"**, que será realizada com os Técnicos em Arte e usuárias dos CAPS da cidade de Pelotas. Esta pesquisa tem como objetivo principal "compreender como o racismo institucional incide no campo das práticas educativas desenvolvidas pelo CAPS, no que tange ao atendimento de mulheres negras".

PROCEDIMENTOS: Será realizada entrevista gravada em áudio e observação com a senhora. Os resultados serão usados apenas para fins científicos e estarão à sua disposição sempre que solicitado.

RISCOS: O estudo pode trazer riscos mínimos, como algum desconforto durante a entrevista, considerando que será um momento de reflexão acerca da implicação de cada usuária com fenômeno do racismo. Caso a participante sentir alguma dificuldade terá a entrevista interrompida e reagendada para outro momento.

BENEFÍCIOS: O benefício para as participantes deste estudo está no reconhecimento do impacto do racismo institucional no atendimento de mulheres negras, de modo a propiciar o desenvolvimento de práticas educativas como recurso terapêutico. Tal resultado poderá contribuir para a prática dos técnicos em Arte que atuam na assistência direta aos usuários e familiares dos CAPS, bem como para o debate sobre o racismo institucional nos CAPS, como proposta de equidade, reafirmada pelo SUS.

PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA: Como já me foi dito, minha participação neste estudo será voluntária e poderei interrompê-la a qualquer momento, se eu assim o desejar, sem prejuízo algum no meu atendimento neste serviço de saúde.

CONFIDENCIALIDADE: Estou ciente que a minha identidade permanecerá confidencial durante todas as etapas do estudo, meu anonimato será assegurado pelo uso de um nome fictício. Todos os resultados serão transcritos e analisados com responsabilidade e honestidade e usados exclusivamente para fins científicos.

CONSENTIMENTO: Pelo presente consentimento informado, declaro que fui esclarecida, de forma clara e detalhada, livre de qualquer forma de constrangimento e coerção, dos objetivos, da justificativa, dos riscos e dos benefícios de minha participação na presente pesquisa. A pesquisadora respondeu a todas as minhas perguntas até a minha completa satisfação. Portanto, estou de acordo em participar da pesquisa. Este formulário de Termo Consentimento Livre e Esclarecido será assinado por mim em duas vias, ficando uma em meu poder e, a outra, com a responsável pela pesquisa.

Assinaturas:

_____	_____
Orientadora	Orientanda
Profa. Dra. Georgina H. Lima Nunes	Viviane Costa Rodrigues
e-mail: geohelena@yahoo.com.br	e-mail: viviianecosrodrigues@gmail.com
Tel: (53) 981394445	Tel: (53) 991510511

Data ____/____/____

Anexo C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA TÉCNICOS EM ARTES VISUAIS DOS SERVIÇOS CAPS

Universidade Federal de Pelotas
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

Orientadora: Drª Georgina Helena Lima Nunes

Orientanda: Viviane Costa Rodrigues

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Vimos, respeitosamente, por meio do presente documento, solicitar a sua colaboração na pesquisa intitulada **"MULHERES NEGRAS COSTURANDO EXISTÊNCIAS: cartografia das práticas educativas em saúde mental"**, que será realizada com os Técnicos em Arte e usuárias dos CAPS da cidade de Pelotas. Esta pesquisa tem como objetivo principal "compreender como o racismo institucional incide no campo das práticas educativas desenvolvidas pelo CAPS, no que tange ao atendimento de mulheres negras".

PROCEDIMENTOS: Será realizada entrevista gravada em áudio e vídeo, se necessário, com o senhor(a). Os resultados serão usados apenas para fins científicos e estarão à sua disposição sempre que solicitado.

RISCOS: O estudo pode trazer riscos mínimos, como algum desconforto durante a entrevista, considerando que será um momento de reflexão acerca da implicação de cada profissional no processo de cuidado. O (a) participante sentido alguma dificuldade terá a entrevista interrompida e reagendada para outro momento.

BENEFÍCIOS: O benefício para os participantes deste estudo está no reconhecimento do impacto do racismo institucional no atendimento de mulheres negras, de modo a propiciar o desenvolvimento de práticas educativas como recurso terapêutico. Tal resultado poderá contribuir para a prática dos técnicos em Arte que atuam na assistência direta aos usuários e familiares dos CAPS, bem como para o debate sobre o racismo institucional nos CAPS, como proposta de equidade, reafirmada pelo SUS.

PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA: Como já me foi dito, minha participação neste estudo será voluntária e poderei interrompê-la a qualquer momento, se eu assim o desejar, sem prejuízo algum no meu atendimento neste serviço de saúde.

CONFIDENCIALIDADE: Estou ciente que a minha identidade permanecerá confidencial durante todas as etapas do estudo, meu anonimato será assegurado pelo uso

de um nome fictício. Todos os resultados serão transcritos e analisados com responsabilidade e honestidade e usados exclusivamente para fins científicos.

CONSENTIMENTO: Pelo presente consentimento informado, declaro que fui esclarecido(a), de forma clara e detalhada, livre de qualquer forma de constrangimento e coerção, dos objetivos, da justificativa, dos riscos e dos benefícios de minha participação na presente pesquisa. A pesquisadora respondeu a todas as minhas perguntas até a minha completa satisfação. Portanto, estou de acordo em participar da pesquisa. Este formulário de Termo Consentimento Livre e Esclarecido será assinado por mim em duas vias, ficando uma em meu poder e, a outra, com a responsável pela pesquisa.

Orientadora
Profa. Dra. Georgina H. Lima Nunes
geohelena@yahoo.com.br
Tel: (53) 981394445

Orientanda
Viviane Costa Rodrigues e-mail:
e-mail: vivianecosrodrigues@gmail.com
Tel: (53) 991510511

Data ____/____/____

Anexo D – ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS COM PROFISSIONAIS

I- Identificação do participante

Data:

Idade:

Sexo: (M) (F)

Raça/cor:

Formação/período:

II- Entrevista/roteiro discursivo com os técnicos superiores em Arte dos CAPS

- Fale sobre sua experiência de trabalho no CAPS
- Como as práticas artísticas atuam no trabalho terapêutico?
- Sobre racismo, onde e como se produz?
- Há diferenças raciais e discriminação neste ambiente?
- É possível associar adoecimento mental às questões raciais?
- De que forma a questão racial e outras que se interseccionam às vidas das mulheres podem estar presentes nas práticas educativas?

Anexo E – ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS COM USUÁRIAS

I- Identificação da participante

Data:

Idade:

Raça/cor:

Formação escolar:

Ocupação:

Tempo de atendimento no CAPS:

Estado civil:

Número de dependentes:

II- Entrevista/roteiro discursivo com mulheres negras usuárias dos CAPS

- Sobre o trabalho manual, relação com os materiais e escolhas.
- Fale um pouco de si mesma (tempos de infância, escola, família, etc.).
- Como chegou ao CAPS? Qual foi seu diagnóstico?
- Como se sente como mulher negra?
- Sabe o que é racismo? Cite um exemplo, caso já o tenha vivenciado.
- Como se sente em relação ao tratamento no CAPS? Já sofreu racismo neste ambiente?
- Há relação entre racismo e adoecimento mental?
- As atividades artísticas e artesanais ajudam no tratamento?